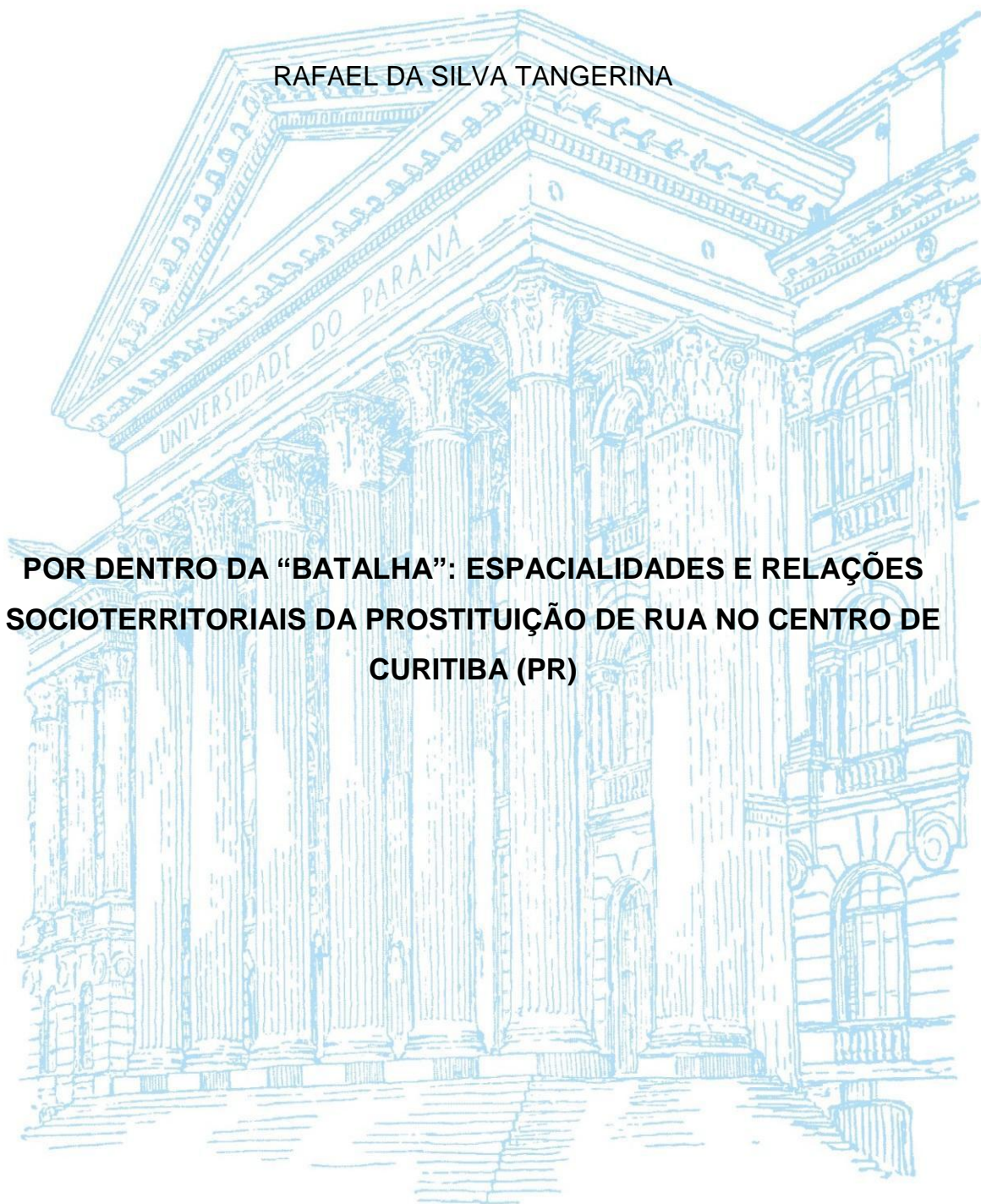


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RAFAEL DA SILVA TANGERINA

**POR DENTRO DA “BATALHA”: ESPACIALIDADES E RELAÇÕES  
SOCIOTERRITORIAIS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA NO CENTRO DE  
CURITIBA (PR)**



CURITIBA  
2017

RAFAEL DA SILVA TANGERINA

**POR DENTRO DA “BATALHA”: ESPACIALIDADES E RELAÇÕES  
SOCIOTERRITORIAIS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA NO CENTRO DE  
CURITIBA (PR)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, linha de pesquisa Produção do Espaço e Cultura, do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini

CURITIBA  
2017

---

T164p

Tangerina, Rafael da Silva

Por dentro da “batalha”: espacialidades e relações socioterritoriais da prostituição de rua no centro de Curitiba (PR) / Rafael da Silva Tangerina. – Curitiba, 2017 .  
180 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017 .

Orientador: Adilar Antônio Cigolini.

1. Prostituição. 2. Espaço urbano. 3. Território. 4. Curitiba (Pr). I. Universidade  
Federal do Paraná. II. Cigolini, Adilar Antônio. III. Título.

CDD: 306.74

---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS DA TERRA  
Programa de Pós Graduação em GEOGRAFIA  
Código CAPES: 40001016035P1

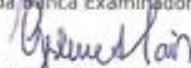
#### TERMO DE APROVAÇÃO

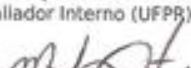
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RAFAEL DA SILVA TANGERINA**, intitulada: **"POR DENTRO DA "BATALHA": ESPACIALIDADES E RELAÇÕES SÓCIO-TERRITORIAIS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA NO CENTRO DE CURITIBA (PR)."**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua

A PROVAÇÃO

Curitiba, 05 de Junho de 2017.

  
ADILMAR ANTONIO CIGOLINI  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
GISELENE APARECIDA DOS SANTOS  
Avaliador Interno (UFPR)

  
MARCIO JOSÉ ORNAT  
Avaliador Externo (UEPG)

OBS: este documento é válido por 60 (sessenta) dias a contar da data.

*Aos meus pais, pelo amor incondicional e por, desde sempre, me proporcionarem oportunidade de estudo. A Adriana, esposa, companheira com quem pude compartilhar momentos de dificuldade, alegria e ansiedade. Ao meu filho Vinícius, energia do meu dia-a-dia.*

*Amo vocês!*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini, pela oportunidade e confiança depositadas; pela paciência e motivação constantes; pela valiosa e competente orientação acadêmica, sem a qual não seria possível a apresentação desse estudo.

Aos professores componentes da banca de qualificação, Dr. Alessandro Filla Rosanelli e Dr. Marcos Torres, pela disposição e contribuições essenciais para o amadurecimento do conteúdo deste estudo.

Aos colegas pesquisadores do Núcleo de Estudo em População e Território – NUPOTE – da UFPR, pelos vastos momentos de discussão e aprendizagem conjunta. Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), em especial as secretárias Adriana e Alexandra e aos professores Francisco Mendonça, Sylvio Fausto Gil Filho e Cecilian Sarh, que, durante as disciplinas ministradas, expuseram-me, de forma profícua, um leque de possibilidades de interpretação sobre o fenômeno aqui investigado, proporcionando momentos valiosos de reflexão durante a trajetória do curso.

A CAPES pelo financiamento desta pesquisa. Aos amigos que atuam no Parque da Ciência Newton Freire Maia (em especial, Anísio, Matheus, Marcos e Tiago), que muito contribuíram para minhas reflexões assim como pelos momentos dispensados no auxílio ao trabalho de campo. Ao amigo geógrafo Lawrence Malanski pelo incentivo e pela parceria ao longo do curso, assim como, ao amigo cineasta Leandro Schip (*in memoriam*) pelas várias conversas e dicas de material sobre o cotidiano da cidade.

As funcionárias do Arquivo Público do Paraná, Adriene de Paiva, Marina Carneiro e Ana Maronezi pela paciência e prestatividade durante a pesquisa documental. A Carla Amaral, criadora da Organização não governamental Transgrupo Marcela Prado e atual coordenadora do Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais (CPATT), pelo apoio e orientações junto à coleta de informações.

As(os) profissionais do sexo que participaram da pesquisa, meu especial obrigado!

*Curitiba, que não tem pinheiros, esta Curitiba eu viajo. Curitiba,  
onde o céu azul não é azul, Curitiba que viajo. Não a Curitiba  
para inglês ver, Curitiba me viaja.*

*Dalton Trevisan - Em Busca de Curitiba Perdida*

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Art. - Artigo

Av. - Avenida

CONSEG - Conselho de Segurança

DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis

PL - Projeto de Lei

PROST - Prostitutas

TRANS - Travestis e Transexuais

R. - Rua

## **LISTA DE SIGLAS**

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

AMOS - Associação de Amigos e Moradores do Passeio Público e Santos Andrade

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social

FAS - Fundação de Ação Social

GM - Guarda Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

LNA - Ladies National Association

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PESTRAF - Pesquisa sobre Prostituição e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial

NUPOTE - Núcleo de Estudo em População e Território

PM - Polícia Militar

ONGs - Organizações não governamentais



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Territórios da prostituição de rua no centro de Curitiba.....	95
Quadro 2: Entrada na Prostituição.....	132
Quadro 3: Relações socioterritoriais no grupo.....	135
Quadro 4: Relações socioterritoriais com outros grupos de prostituição.....	138
Quadro 5: Relações socioterritoriais com clientes.....	140
Quadro 6: Relações socioterritoriais com moradores e comerciantes.....	142
Quadro 7: Relações socioterritoriais com policiais.....	146

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pontos de prostituição de rua em Curitiba.....	19
Figura 2 - Diferentes visões da prostituição no mundo atual.....	31
Figura 3 - Capa do prontuário de registro das meretrizes.....	86
Figura 4 - Prontuário das meretrizes - identificação fotográfica.....	87
Figura 5 - Prontuário das meretrizes - situação conjugal.....	87
Figura 6 - Prontuário das meretrizes - Descrição de sinais particulares.....	88
Figura 7 - Prontuário das meretrizes - Cartão com impressões digitais.....	88
Figura 8 - Prontuário das meretrizes - Registro de contravenções.....	89
Figura 9 - Prontuário das meretrizes - Registro de endereços.....	89
Figura 10 - Mapa da prostituição no centro de Curitiba (1929-1937).....	90
Figura 11 - Mapa dos Territórios da Prostituição em Escala Temporal.....	92
Figura 12 - Mapa dos Territórios da Prostituição por segmentos.....	94
Figura 13 - Parque Passeio Público: Território das Prostitutas.....	97
Figura 14 - De espaço a território: Pontos no interior do Parque.....	98
Figura 15 - Pontos no interior do Parque: árvores e bancos.....	98
Figura 16 - Passeio Público: Entrada Rua Carlos Cavalcanti.....	99
Figura 17 - Hotel e bares nas imediações do Passeio Público.....	100
Figura 18 - Posto da Polícia Militar e Sede da Guarda Municipal de Curitiba.....	102
Figura 19 - Praça Osório: Território dos Michês.....	105
Figura 20 - Território diurno dos michês.....	106
Figura 21- Travessa Jesuíno Marcondes e Rua Voluntários da Pátria: Território noturno dos Michês.....	107
Figura 22 - Praça Osório: Dia e Noite.....	108
Figura 23 - Travessa Jesuíno Marcondes: marquises ocupadas pelos michês.....	109
Figura 24 - Praça Ouvidor Pardinho: Território das Trans Profissionais do Sexo.....	111
Figura 25 - Avenida Getúlio Vargas: Dia.....	112
Figura 26 – Avenida Iguaçu: Dia.....	112
Figura 27 - Imediações da Praça Ouv. Pardinho – Noite.....	113
Figura 28 - Território móvel das Trans (1970 – 2017).....	117
Figura 29 – Carla Amaral – Coordenadora do CPATT.....	118
Figura 30 - Rua Riachuelo: Exclusivo de dia; misto de noite.....	119
Figura 31 - Esquina Rua Riachuelo/Alfredo Bufren /Tobias de Macedo.....	120

Figura 32 - Paço da Liberdade na Praça Generoso Marques.....	124
Figura 33 - Ocupação de marquises na Rua Riachuelo.....	124
Figura 34 - Hotel e Bares na Rua Alfredo Bufren com a Rua Riachuelo.....	125
Figura 35 - Território Misto: Rua Cruz Machado.....	126
Figura 36 - Os dois lados da Rua Cruz Machado.....	126
Figura 37 - Rua Cruz Machado: Bares e casas noturnas.....	127
Figura 38 - Rua Ermelino de Leão.....	128
Figura 39 - Comércio nas ruas Dr. Carlos de Carvalho e Cruz Machado.....	128
Figura 40 - Mapa de representatividade dos territórios nas entrevistas.....	131

## **RESUMO**

Este estudo procurou compreender a prática e a dinâmica da prostituição de rua na região central de Curitiba - capital do estado do Paraná, pelo viés de suas espacialidades e relações socioterritoriais. Considerando o território, prioritariamente, como um conjunto de relações sociais, um campo de forças do poder espacializado, constatamos que diferentes segmentos da prostituição de rua territorializam, por certo período de tempo, ruas, praças, avenidas e um parque público cravado no centro da cidade. O trabalho de campo colocou-se como um dos pilares metodológicos, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas junto a profissionais do sexo que atuam em diferentes grupos e territórios no centro da cidade. Por meio de uma abordagem qualitativa, utilizamos a análise de conteúdo como forma de exposição e discussão das informações. Verificamos que os diferentes segmentos da prostituição de rua criam condutas e códigos internos de ação cotidiana visando manter suas práticas atuantes e que, ao promoverem a territorialização de espaços públicos de uso livre e comum, reafirmam suas identidades por meio destes territórios, caracterizando-os como reflexo e condicionante para a reprodução das relações sociais de poder.

Palavras-chave: Prostituição, espaço urbano, território, Curitiba.

## **ABSTRACT**

This study sought to understand the practice and dynamics of street prostitution in the central region of Curitiba, capital of the state of Paraná, by the bias of its spatiality and socio-territorial relations. Considering the territory, as a set of social relations, a field of forces of spatialized power, we find that different segments of street prostitution have territorialised, for a certain period of time, streets, squares, avenues and a public park centered in the center Of the city. The fieldwork has become one of the methodological pillars, as well as semi-structured interviews with sex workers who work in different groups and territories in the city center. Through a qualitative approach, we use content analysis as a form of exposure and discussion of information. We have verified that the different segments of street prostitution create conduits and internal codes of daily action so that it is possible to keep their practices active and that by promoting the territorialization of public spaces of free and common use reaffirm their identities through these territories, Characterizing them as a reflex and conditioning for the reproduction of social relations of power.

Keywords: Prostitution, urban space, territory, Curitiba.

## APRESENTAÇÃO

A Geografia contemporânea considera a existência de territórios de grupos sociais urbanos dos mais diversos e variados tipos, que não são subordinados diretamente a qualquer tipo de lógica estatal. Neste estudo, atentaremos para os territórios da prostituição de rua em seus diversos segmentos, na região central de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Importante destacar que a prostituição é um daqueles fenômenos sociais fortemente carregados de valores, opiniões, preconceitos e estereótipos e investigá-la requer inúmeros cuidados, habilidades e certo jogo de cintura na tentativa (nem sempre bem sucedida) de evitar armadilhas durante a trajetória de pesquisa.

Raramente as pessoas demonstram indiferença sobre o assunto. Muito pelo contrário, exibem ideias bem formadas e em geral associadas à condenação e reprovação moral. Assim, um grande desafio neste trabalho será o de abordar a prostituição de rua de maneira livre e independente deste conhecimento informado pelo senso comum, com o intuito de apresentar algumas das lógicas socioterritoriais que dão sentido a esta prática no cotidiano de uma grande cidade como Curitiba.

Destacamos que, embora esteja fortemente atrelado ao espaço, tal fenômeno é pouco trabalhado na Geografia, sendo mais estudado em outros campos das Ciências Humanas e Sociais como Psicologia, História, Sociologia e Antropologia e também nas Ciências da Saúde. Diante disso, acreditamos que reconhecer a relação territorial que os diferentes segmentos da prostituição de rua possuem com os seus espaços, particularmente pela análise da apropriação de espaços públicos comuns e livres, nos permita enriquecer o conhecimento sobre o território enquanto categoria de análise, já que tende a propiciar uma reflexão que vai além da visão clássica fundamentada, sobretudo, no âmbito do Estado-Nação.

O interesse pelo tema vem desde 2002, ao trabalhar como pesquisador de rua para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), experiência esta concomitante ao curso de graduação em Geografia que desenvolvia junto a UFPR. Em campo, ou seja, na rua, durante a coleta de dados socioeconômicos para as pesquisas da referida instituição, procurava por meio da observação do espaço geográfico e do diálogo com diferentes atores sociais, interpretar a realidade e associá-la aos conceitos e categorias de análise até então trabalhados no ambiente

acadêmico, em especial nas aulas de Epistemologia da Geografia, Geografia Urbana e Geopolítica. Assim, ao constatar frequentemente nas ruas e praças da capital paranaense, a presença significativa de prostitutas na “batalha”<sup>1</sup>, fazendo o “ponto”<sup>2</sup>, interessei-me pela temática.

Tal interesse culminou em uma monografia de especialização apresentada em 2007 na UFPR<sup>3</sup>. Dez anos se passaram e agora, durante o curso de mestrado como pesquisador financiado pela CAPES e como membro do NuPoTe (Núcleo de Estudo em População e Território), tive a oportunidade de buscar maior aprofundamento na temática, através do reconhecimento de teorias e métodos cabíveis e pertinentes para a compreensão, mesmo que de certas nuances, das atuais relações cotidianas que se estabelecem por meio da prostituição em espaços públicos de uso livre e comum na região central de Curitiba.

No entanto, é de suma importância que se leve em consideração a complexidade que envolve o referido fenômeno e o próprio desafio de se trabalhar com uma atividade historicamente estigmatizada e marginalizada, tendo exigido de nossa parte, práticas de investigação bastante cuidadosas, tanto no que se refere a questões operacionais, em especial no trabalho de campo, como em questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos, ainda mais se considerarmos elementos inerentes à referida atividade como a discriminação, o anonimato e, não raramente, o sigilo por parte dos participantes da pesquisa.

Esperamos que esta pesquisa possa trazer aportes para incentivar o desenvolvimento de novas investigações sobre o temário, na medida em que pode representar uma contribuição ao entendimento do complexo campo de forças que atua na dinâmica do espaço e da sociedade urbana.

---

<sup>1</sup> Expressão corriqueiramente utilizada por profissionais do sexo nas ruas de Curitiba ao se referirem ao seu trabalho.

<sup>2</sup> O *ponto* é um espaço físico em uma área pública onde quem se prostitui exerce o seu trabalho.

<sup>3</sup> “Espaço Urbano e Territórios da Prostituição”. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Análise Ambiental do Departamento de Geografia da UFPR em 2007, na linha de pesquisa “Produção e Transformação do Espaço Urbano Metropolitano” sob a orientação do Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1. PROSTITUIÇÃO: ESTIGMA, RESISTÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
1.1 UM ARCO NA HISTÓRIA.....	22
1.2 AS DIFERENTES VISÕES DA PROSTITUIÇÃO NO MUNDO ATUAL.....	30
1.3 PROSTITUIÇÃO À BRASILEIRA: UMA BREVE RETROSPECTIVA.....	32
1.3.1 Prostituição é trabalho? .....	36
1.3.2 A legislação brasileira e o atual embate político.....	38
<b>2. UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A PROSTITUIÇÃO .....</b>	<b>44</b>
2.1 ESPAÇO: DE “PALCO” A “ARENA DE LUTAS”.....	44
2.2 TERRITÓRIO: O PODER ESPACIALIZADO .....	50
2.2.1 Territorialidade e prostituição de rua .....	61
2.2.2 Algumas abordagens sobre territorialidades da prostituição no Brasil .....	66
<b>3. EXPOSIÇÃO METODOLÓGICA: EXPLORANDO OS TERRITÓRIOS.....</b>	<b>70</b>
3.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA.....	70
3.2 O TRABALHO DE CAMPO: COM OS PÉS NOS TERRITÓRIOS.....	73
3.2.1 Incursões iniciais e técnicas de pesquisa .....	74
3.2.2 “Oi, você pode me ajudar?” O desafio das entrevistas.....	78
3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	81
<b>4. TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA NO CENTRO DE CURITIBA.....</b>	<b>84</b>
4.1 VOLTANDO NO TEMPO .....	84
4.2 OS DIAS ATUAIS: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS... 91	
4.2.1 Parque Passeio Público: Território das Prostitutas .....	96
4.2.2 Praça Osório: Território dos Michês .....	103
4.2.3 Praça Ouvidor Pardini: Território das Trans Profissionais do Sexo .....	110
4.2.4 Rua Riachuelo: Da exclusividade do dia a mistura da noite.....	121
4.2.5 Rua Cruz Machado: “Cada um pro seu lado” .....	125



4.3 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	130
4.3.1 Entrada na Prostituição.....	132
4.3.2 Relações Socioterritoriais no grupo .....	134
4.3.3 Relações Socioterritoriais com outros segmentos da prostituição .....	137
4.3.4 Relações Socioterritoriais com clientes .....	139
4.3.5 Relações Socioterritoriais com Moradores e Comerciantes .....	142
4.3.6 Relações socioterritoriais com policiais.....	145
4.4 UM BREVE RETROSPECTO .....	147
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>150</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>154</b>
 <b>ANEXOS .....</b>	 <b>165</b>

## INTRODUÇÃO

Diante de questões cruciais da Geografia Humana, no que se refere às dimensões da relação sociedade-espço, acreditamos que relações sociais são sempre espaciais e existem a partir da construção de espacialidades. Assim, podem ser objeto de valiosos estudos, em virtude da enorme complexidade e dos conflitos que apresentam. Como apontado por Corrêa (2005, p.145), o interesse dos geógrafos pelo espaço urbano se dá pelo fato de este ser “[...] fragmentado, articulado, reflexo e condição social, bem como campo simbólico e arena de lutas”.

Podemos dizer que a multiplicidade de elementos é uma das características mais marcantes presenciadas na metrópole contemporânea. Esta constatação, atrelada a discursos e práticas preconceituosas e discriminatórias, acarretam à existência de impasses e tensões no cotidiano da urbe. Assim, os conflitos passam a ser comuns, permitindo que o geógrafo faça uma leitura de um “campo de lutas” composto de áreas consideradas socialmente “respeitáveis” e outras como “errantes” a partir dos embates realizados pelos variados atores e agentes sociais.

De fato, no universo urbano, vários espaços provocam sentimentos de constrangimento, repúdio e mal-estar aos habitantes da cidade, ainda que, contraditoriamente, estejam profundamente ligados a aspectos inalienáveis da vida social. Neste cenário encontram-se os territórios da prostituição de rua.

Esclarecemos que a prostituição consiste em uma relação sexual entre pessoas em que o vínculo determinante não é o afeto ou o desejo recíproco, mas sim, o ato de proporcionar prazer sexual em troca de dinheiro e/ou outros valores. Sua existência permanente nas cidades brasileiras vem sendo discutida em diversas perspectivas teóricas e, mais recentemente, na Geografia, por meio de estudos como o de Ribeiro e Mattos (1996), Campos (2000), Silva (2000), Ornat (2008; 2011), Alcântara (2009), Pimentel e Barbosa (2010), Lima (2010), Ribeiro e Oliveira (2011) dentre outros.

Assim, nas últimas décadas, esse tema vem ganhando visibilidade na academia, colocando elementos para pensar as territorialidades principalmente das pessoas envolvidas na chamada prostituição de rua. Em concordância com essa linha de pensamento, Souza (1995; 2013) salienta que o conceito de território pode e deve ser aplicado nas mais diferentes escalas e situações, inclusive àquelas do cotidiano.

De acordo com este autor, dar a devida atenção ao que se passa com o mundo da vida, ou em outras palavras com o cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais, nos leva a observar e considerar, em matéria de campo de força do poder espacializado, realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais. Souza (1995; 2013) exemplifica tal argumento, tomando como referência as grandes cidades contemporâneas, que apresentam possibilidades de inúmeras práticas espaciais ocorrendo em uma escala geográfica reduzida, denominada por ele de nanoterritórios, em que as fronteiras englobam uma rua ou um trecho de rua, sendo essa a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências cotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente.

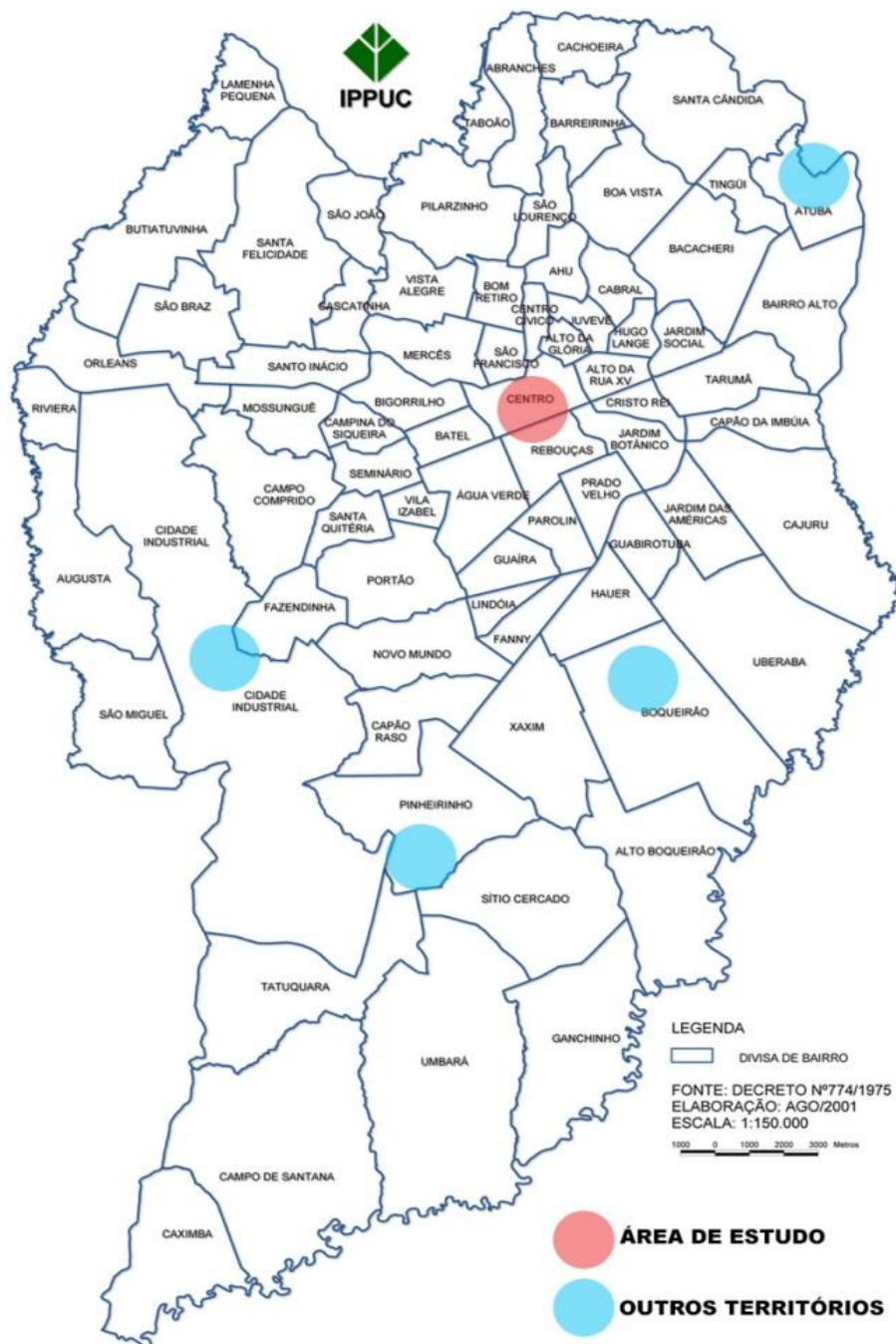
Para Gomes (2006), em seu ensaio sobre uma geopolítica urbana, o território é considerado parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder. Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem. Por meio deste controle “[...] é possível à imposição das regras de acesso, de circulação e a normatização de usos, de atitudes e comportamentos sobre este espaço”. (GOMES, 2006, p. 13). Este controle do território é a expressão de um poder, ou seja, ele é aquilo que está em jogo em grande parte das disputas sociais, aí incluídas aquelas que disputam um direito à cidade. Já, a territorialidade é vista por Gomes como o “[...] conjunto de estratégias, de ações, utilizadas para estabelecer este poder, mantê-lo e reforçá-lo”. (GOMES, 2006, p. 13).

Ribeiro e Mattos (1996) esclarecem que no caso da prostituição, uma rua, um conjunto de ruas, uma praça ou um parque público pode ser um território, durante certo período de tempo e isso ocorre porque o indivíduo, ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, cria um território. No entanto, os autores explicam que para estes territórios poderem existir como tal, é necessário um esforço constante para sua instalação e manutenção.

Ribeiro e Mattos (1996) ainda destacam que a prática da prostituição configura-se a partir de relações de poder. Tal prerrogativa justifica-se pelo fato de pessoas que ganham a vida se prostituindo, estabelecerem territórios onde se desenvolvem esta atividade. Para os autores, o espaço se torna um território desde que seja tomado por uma relação social de comunicação, onde seus atores (prostitutas, michês e travestis, bem como eventuais clientes) se concentram e vivenciam-no em um determinado período de tempo.

Os principais pontos de prostituição de rua em Curitiba já foram mapeados (Figura 1)<sup>4</sup>. No entanto, salientamos que o recorte espacial ora investigado é a região central da cidade.

Figura 1 – Principais pontos de prostituição de rua em Curitiba



Org. TANGERINA, (2017)

<sup>4</sup> Além da região central, levantamento aponta locais periféricos que também servem de território para a prostituição de rua, dentre eles estão: Av. Marechal Floriano e Rua Anne Frank no Bairro Boqueirão, BR-476/116, eixo sul, no Bairro Pinheirinho, Rua João Bettiga no bairro CIC - Cidade Industrial de Curitiba e BR-476/116, eixo norte, no bairro Atuba. Levantamento Disponível em <http://www.aids.gov.br/noticia/comercio-do-sexo>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

Esclarecemos que a referida escala de análise não utiliza limites administrativos dos bairros conforme lei municipal, mas sim o centro expandido da cidade, onde foi verificada a existência de territórios da prostituição em seus diversos segmentos. Assim, além de logradouros públicos do bairro centro, o recorte espacial analisado abrange também parte do bairro que lhe é próximo, o Rebouças.

Destacamos que o foco central desta pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, está concentrado na análise dos territórios da prostituição de rua, considerando as relações socioterritoriais decorrentes da manutenção desta atividade. Buscamos delimitar e analisar os territórios de atuação de prostitutas, michês (garotos de programa) e Trans (travestis e transexuais profissionais do sexo), marcados por limites e desdobramentos de suas territorialidades que, por sua vez, estão em um processo permanente de (re)construção e (re)organização frente ao campo de forças que atua na dinâmica do espaço intra-urbano.

Conforme Ribeiro e Mattos (1996), em estudo que foi inspirador sobre a prostituição em espaços públicos na área central da cidade do Rio de Janeiro, para uma grande parte da sociedade, essas áreas estão associadas a verdadeiros territórios do medo e da segregação.

Para um melhor entendimento, esclarecemos que o trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro discute a relação entre a estigmatização e a prática da prostituição em uma perspectiva histórica, por meio de obras como “*As Prostitutas na História*” de Nickie Roberts (1998) e “*A Prostituição ontem e hoje*” de Margareth Rago (2011). Trata também da condição, ou não, de legalidade em alguns países, além da discussão do tema no Brasil por meio de levantamentos históricos e de políticas recentes envolvendo o fenômeno.

Visando uma leitura abrangente sobre os territórios da prostituição e uma análise que não se limite a questões meramente locacionais, torna-se necessário verificar como os conceitos de espaço e território se articulam e se solidarizam ante a avaliação da realidade do fenômeno em sua complexidade.

Diante desta premissa, o segundo capítulo visa construir um arcabouço teórico de cunho geográfico, por meio de autores como Henri Lefebvre e sua teoria sobre o espaço social, Milton Santos e sua concepção de espaço geográfico, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Carlos e Doreen Massey sobre as relações sociais no urbano, Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza sobre a multidimensionalidade do território e a ideia deste como campo de forças. Outros especialistas como Claude

Raffestin, Robert Sack e Marcos Aurélio Saquet contribuem com a discussão pelo viés do conceito de territorialidade. Ainda, nesse capítulo, diferentes abordagens sobre o conceito de poder são brevemente comparadas através de autores como Max Weber (1981), Hannah Arendt (2007), Michel Foucault (1977;1979) e Pierre Bourdieu (2010).

O capítulo é finalizado com menções a algumas abordagens sobre o fenômeno da prostituição e suas respectivas relevâncias para o estudo do tema na Geografia brasileira.

Já o terceiro capítulo objetiva expor a metodologia utilizada para a coleta, organização e interpretação dos dados. No entanto, destacamos desde já, que na pesquisa de campo as técnicas e métodos de coleta de dados exigiram atenção especial de nossa parte enquanto observador, assim como nas anotações por meio de registros em diário de campo. Foram realizadas treze entrevistas com profissionais do sexo de diferentes segmentos que atuam em diferentes territórios da prostituição no centro de Curitiba. As entrevistas não foram gravadas no intuito de propiciar uma relação de informalidade dada à natureza e a complexidade do fenômeno. Entretanto, para cada uma delas, preparamos um caderno de anotações contendo formulários com um roteiro semiestruturado. Em suma, neste capítulo, a proposta é discutir os procedimentos metodológicos de forma mais profunda, destacando as estratégias de abordagens, os agentes envolvidos e as dificuldades encontradas durante a trajetória da pesquisa.

Por fim, no quarto e último capítulo, apresentamos e analisamos os territórios da prostituição de rua no centro de Curitiba. Para tanto, identificamos e caracterizamos os territórios e colocamos em tela as relações socioterritoriais e as táticas de territorialização observadas em campo e captadas nas entrevistas. Assim, o capítulo consiste em apresentar os diversos territórios de prostituição em espaços públicos (parques, ruas, avenidas e praças) imersos a dinâmica do centro da cidade.

Assim, ecoando a argumentação de Ornat (2008a/b; 2011), esperamos que esta pesquisa possa trazer visibilidade a grupos marginalizados fornecendo, quiçá, subsídios à elaboração de políticas públicas, fundamentais para a ampliação e fortalecimento da cidadania destes grupos sociais, além de fomentar e contribuir com lutas que resultem na superação de desigualdades, discriminações e conflitos socioterritoriais

## 1. PROSTITUIÇÃO: ESTIGMA, RESISTÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO

### 1.1 UM ARCO NA HISTÓRIA

De acordo com Goffman (1988), a sociedade estabelece meios de categorizar pessoas e definir atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. O autor explica que os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas.

A partir desta premissa, o estigma em sua relação com a prostituição, será utilizado em referência a um atributo profundamente depreciativo. Colocamos em relevo os ensinamentos de Goffman (1988) sobre a construção do estigma. Para ele, este termo refere-se a:

[...] pré-concepções que são transformadas em expectativas normativas, definindo-se como exigências sociais apresentadas de forma rigorosa. Assim, a estigmatização desconsidera quaisquer aspectos bons que determinada pessoa ou grupo possa ter e foca apenas os ruins, e dessa forma diminui a pessoa estigmatizada, reduzindo seu valor. Assim, uma das características essenciais do estigma é a intensidade do seu efeito de descrédito, sempre desproporcional e muito grande, pois trata-se de uma discrepância entre a identidade social virtual dessa pessoa e sua identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p.13).

Neste contexto, considerando a prostituição como fenômeno social e histórico, Roberts (1998) explica que seu conceito pode variar dependendo da sociedade e das circunstâncias onde ocorre. Num extremo, em sociedades mais liberais, praticamente inexistente a prática, pois a permissividade de troca é gerada pelo prazer ao invés do comércio; já em outro extremo, quando existe rigidez comportamental, é perseguida e punida como delito, e muitas vezes como crime.

A mesma autora esclarece que a palavra prostituir vem do verbo latino *prostituere*, que significa expor publicamente, por à venda, referindo-se às cortesãs de Roma que se colocavam na entrada das casas de devassidão. A ONU (Organização das Nações Unidas) amplia essa definição e considera a prostituição como o "[...] processo em que as pessoas mediante remuneração de maneira habitual, sob quaisquer formas, entregam-se às relações sexuais, com pessoas do mesmo sexo ou

do sexo oposto"<sup>5</sup>. Completa a definição dizendo que o ato sexual comercial é como qualquer ato sexual, em que algo de valor seja dado ou recebido por alguém.

Já Pereira (2012, p.07) explica que a prostituição pode ser definida como a “troca consciente de favores sexuais por interesses não sentimentais, afetivos ou de prazer”. Apesar de comumente a prostituição consistir numa relação de troca entre sexo e dinheiro, esta não é uma regra. O autor esclarece que também se pode trocar relações sexuais por favorecimento profissional, por bens materiais, por informação, etc.

Para Rago (2011), o discurso simplista de que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo faz parte de uma postura prejudicial, uma vez que naturaliza um fenômeno que na realidade “[...] é cultural e histórico, não necessário e insolúvel” (RAGO, 2011, p. 224). A autora ressalta a importância de situá-la e discuti-la historicamente:

Historicizar o acontecimento e problematizar a experiência, por mais dolorosos e difíceis que possam ser, são possivelmente maneiras de se aproximar dessas realidades, enfrentá-las e, quem sabe, encontrar novos elementos para lidar e responder a elas de uma maneira mais eficaz e construtiva. (RAGO, 2011, p. 224).

Roberts (1998) explica que os assírios em 1100 a.C., escreveram as primeiras normas que continham regras de conduta para as prostitutas, determinando que tipo de vestimentas estas deveriam usar e proibindo-as de fazer uso do véu (símbolo de mulheres casadas), sob pena de serem punidas com chibatadas e terem piche derramado sobre suas cabeças caso transgredissem tal norma. Segundo a autora, os hebreus realizaram um combate ainda mais rígido ao atacar a prostituição e qualquer mulher que fugisse das normas de virgindade, casamento e submissão ao homem. Tais normas sustentavam-se na ideia de Eva, que dera origem a todo o mal da humanidade.

Roberts (1998) esclarece que a Grécia foi o primeiro país a agenciar mulheres para fins de prostituição. A autora explica que na vida social da Atenas clássica, as mulheres foram, sistematicamente, perdendo direitos. A autora aponta que Sólon, no século VI a.C, implementou um programa de leis que regulamentou o lugar de todas

---

<sup>5</sup> IMPERIANO Roberta Lopes. **Exploração sexual feminina de adolescentes**. Disponível em: <http://apps.cofen.gov.br/cbcentf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/exploracao%20sexual%20feminina%20de%20adolescentes.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2015.



as mulheres na sociedade<sup>6</sup> e enfatiza que, a partir destas medidas, a prostituição expandiu-se de forma considerável.

Percebendo-a como uma boa fonte de lucros, Sólon instituiu os bordéis oficiais administrados pelo Estado. Nestes bordéis, prostituíam-se escravas, que viviam em péssimas condições, moradias insalubres e apertadas, análogas as celas e seus ganhos, controlados pelo Estado, não eram pagos a elas, mas a um funcionário que administrava o bordel, muito dificilmente chegando até elas. Este foi o primeiro tipo na história de cafetinagem das mulheres. (ROBERTS, 1998, p. 14).

Já sobre a Roma antiga, Afonso e Scopinho (2013) apontam que entre os séculos VIII a.C. e V d.C. teria acontecido um processo parecido com o da Grécia. Embora as mulheres romanas tivessem mais liberdade e direitos que a gregas, leis patriarcais regulamentaram a família e deram poder aos homens por meio da posse da terra e da estrutura política.

Até o início da República, a prostituição não era muito disseminada no território, mas a expansão do império, a crescente urbanização e a forte estratificação social favoreceram o surgimento e expansão da prostituição. As mulheres dos povos derrotados em guerras tornavam-se escravas, e muitas delas seriam prostituídas por suas senhoras gerando riqueza para a nobreza. O campesinato também teve suas terras destruídas pelas guerras, empobreceu e grande parte das mulheres camponesas tornou-se também prostitutas. (AFONSO e SCOPINHO, 2013, p.02-3).

Roberts (1998) salienta que as prostitutas de classe baixa, eram obrigadas a registrarem-se, pagar impostos por sua atividade e proibidas de vestirem determinadas roupas, já as de classe mais alta, como as atrizes ou dançarinas, não tinham essas exigências por parte do Estado romano. Devido à baixa fiscalização, e a impossibilidade de retirar seu nome, uma vez que ele fosse colocado na lista das prostitutas registradas, muitas mulheres não se registravam. Segundo a autora, as prostitutas romanas dividiam-se em duas categorias: as *meretrices* registradas e as *prostibulae* não registradas. Destaca ainda que a prostituição não era considerada

---

<sup>6</sup> Roberts esclarece que o lugar da mulher era o espaço doméstico, sua educação era exclusivamente voltada para isto, ela tinha uma série de restrições em relação a sair de casa, era proibida de possuir ou herdar qualquer propriedade, vivia sob o controle do pai, posteriormente, do marido, e, se este morresse antes dela, do filho mais velho. Para o ditador, as mulheres eram todas divididas em duas categorias: Esposas ou prostitutas, de modo que qualquer mulher que tentasse ter uma vida independente de um homem, as estrangeiras, as pobres e as escravas, eram enquadradas na segunda categoria o que, muitas vezes, de fato acontecia, pois possuíam poucas opções de sobrevivência além da prostituição.

uma atividade ilícita ou estigmatizada pela política. Assim, o Estado lucrava com ela por meio dos impostos, e os senadores alugavam suas propriedades para bordéis.

Por sua vez, Afonso e Scopinho (2013) ao se referir a Idade Média, destaca que a prostituta era vista com o um mal necessário. Ecoando Roberts (1998) e Rago (2011) explicam que, com a ascensão do cristianismo, coexistia, ao mesmo tempo, combate e tolerância à prostituição, já que enquanto fossem atuantes na atividade, as prostitutas eram excomungadas, mas, até certo ponto, eram também toleradas uma vez que funcionassem “[...] como um tipo de dreno no qual os homens poderiam descarregar o efluente sexual que os afastava de Deus.”<sup>7</sup> (AFONSO e SCOPINHO, 2013, p.03).

Segundo Roberts (1998) e Rago (2011), no contexto pós Europa medieval, a norma geral continuou a mesma onde regras e leis eram criadas para controlar a prostituição e inclusive a vida privada das prostitutas, buscando diferenciá-las (pela retirada de direitos e aplicação de imposições) das mulheres de família. Em países como Portugal e Espanha foram instituídos bordéis estatais.

Já no contexto pós Revolução Industrial, a crescente industrialização, o desemprego feminino e os baixos salários das mulheres empurraram muitas da classe trabalhadora para a prostituição.

A classe trabalhadora crescia, sindicalizava-se, aderiu a ideais políticos mais revolucionários e a uma cultura sexual mais liberal, fazendo com que a burguesia se sentisse ameaçada. Como resposta, a classe média/burguesa buscou expandir para a classe trabalhadora seus ideais de moralidade: adoração ética do trabalho e controle da sexualidade, sustentados na família nuclear patriarcal. Neste contexto, entre o final do século XIX e o início do século XX, não havia lugar para a prostituta e a repressão a ela, em âmbito internacional, intensificou-se. (ROBERTS, 1998, apud AFONSO;SCOPINHO, 2013, p.03-4).

Diante deste cenário, os Estados precisavam, então, dar uma resposta, ou por meio da regulamentação/legalização, ou por meio da proibição<sup>8</sup>. No ocidente, de

---

<sup>7</sup> No século XII houve um movimento forte da Igreja em “salvar” as prostitutas, baseados ainda na figura de Maria Madalena como prostituta arrependida que teria sido salva e perdoada por Deus, foram criadas comunidades monásticas de ex-prostitutas intituladas “Lares de Madalena”. Neste mesmo século foram instituídas leis, por juristas franceses, para regulamentar a prostituição, essas leis retiravam direitos das prostitutas, proibindo-as, por exemplo, de acusar outras pessoas de cometerem crimes contra elas ou de vestirem determinados tipos de roupas.

<sup>8</sup> Entre as décadas de 1860 e 1870, países ocidentais como a Grã-Bretanha tomaram a posição de regulamentar a profissão. A disseminação da sífilis contribuiu para a repressão às prostitutas. Como forma de controle, foram criados os Atos das Doenças Contagiosas, que legitimavam que a polícia pudesse deter qualquer mulher e enquadrá-la como “prostituta comum” (ROBERTS, 1998).

forma em geral, a regulamentação atingiu maior força após 1870, época em que emergiram também muitos movimentos contra os Atos das Doenças Contagiosas, liderados pelos oponentes da regulamentação, denominados abolicionistas. A maioria das abolicionistas eram feministas (de classe média), como Josephine Butler. O grupo de Butler, Ladies National Association (LNA), foi até os bairros operários das cidades em que os Atos estavam em vigor, e incentivaram as prostitutas a rebelarem-se contra o registro e os exames obrigatórios. (LEGARDINIER, 2009; PHETERSON, 2009).

As abolicionistas enxergavam as prostitutas como produto, ou vítimas das condições econômicas, da opressão de classe, do Estado e do patriarcado. Conseguiram o apoio da classe trabalhadora e foram vitoriosas, obrigando o Parlamento inglês a suspender os Atos em 1883, e a repudiá-los em 1886. Na década de 1880, parte deste movimento, por influência do cristianismo, converteu-se em um movimento em prol da pureza social, que buscou, a partir de um discurso religioso, combater a prostituição e resgatar as “mulheres decaídas”. (LEGARDINIER, 2009; PHETERSON, 2009).

Na Alemanha, desde o final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a urbanização e o crescimento econômico levaram, assim como em outros países, à difusão da prostituição e a debates em relação a ela: a direita constituiu as Associações de Moralidade e a Associação para Proteção dos Jovens, que combatia a prostituição através de um discurso moral; à esquerda, representada pelos feministas de tendência butlerista e pelo Partido Democrático Social Marxista, opunham-se à prostituição, respectivamente, por considerá-la uma escravidão sexual feminina e um símbolo da corrosão social causada pelo capitalismo, que não mais necessitaria existir em um mundo socialista. Havia, ainda, alguns que defendiam a regulamentação. (LEGARDINIER, 2009; PHETERSON, 2009).

Entre 1890 e 1914, Alemanha, Noruega, Holanda, Dinamarca, Espanha, Bulgária e Finlândia seguiram uma política de governo de fechar os bordéis sem, no entanto, dar outras oportunidades ou perspectivas às mulheres que neles trabalhavam. Durante o período da Primeira Guerra Mundial, autoritários de praticamente todos os países respaldaram-se no poderio dos militares para impor as medidas que lhes fossem convenientes em relação à prostituição. Na Alemanha e na França bordéis foram regulamentados da noite para o dia, com o intuito de satisfazer as tropas do exército. Já na Inglaterra, para evitar a prostituição foram estabelecidos

toques de recolher para mulheres. Nos Estados Unidos, em 1917, a zona de meretrício foi fechada, e em 1918, a prostituição foi colocada totalmente na ilegalidade. (LEGARDINIER, 2009; PHETERSON, 2009).

No final da década de 1920, na Rússia, quando Stálin assumiu o poder, decretou de modo abrupto o fim da prostituição, que, segundo ele, teria sido extinguida da noite para o dia. Na realidade as prostitutas atuavam na clandestinidade, e como não havia qualquer tipo de legislação com relação à prostituição, ficavam sujeitas à arbitrariedade da polícia, eram frequentemente enquadradas como tendo cometido crimes como parasitismo, sendo levadas a campos de trabalho do sistema penal. (AFONSO;SCOPINHO, 2013).

Rago (2011) cita que na Espanha, durante a década de 1930, as anarquistas do grupo “*Mujeres Libres*”, que participou da Revolução Espanhola, construíram os “*libertórios de la prostitución*”, onde havia o acolhimento de prostitutas que desejassem abandonar a atividade e buscar novos caminhos. Entretanto, segundo a autora, não houve resultados que perdurasse tempo suficiente para produzir mudanças estruturais e concretas.

Afonso e Scopinho (2013) explicam que depois da Primeira Guerra Mundial, outros acontecimentos como a Revolução Russa, a Grande Depressão, a Guerra Civil Espanhola, e a ascensão do fascismo e do nazismo, culminando na Segunda Guerra Mundial, tomaram a atenção dos governos, que deixaram mais em segundo plano o combate à prostituição.

Já durante a Segunda Guerra, a preocupação moral e o combate à atividade intensificaram-se. Na Itália, Mussolini instituiu rígidas políticas de regulamentação. Hitler, na Alemanha, implantou uma política sexual bastante repressora contra sexualidades consideradas desviantes. Prostitutas clandestinas eram marcadas em suas roupas com estrelas negras e mandadas para campos de concentração. (ROBERTS, 1998).

Segundo Oliveira (2008), em 02 de junho de 1975 houve um ato na França que foi considerado por alguns autores um marco mundial na história da prostituição. O autor menciona a ocupação de 150 prostitutas na igreja de Saint-Nyzier, em Lyon, protestando contra abusos policiais, como multas, prisões, e até mesmo assassinatos de suas colegas. Posteriormente, o dia 02 de junho foi declarado o “Dia Internacional da Prostituta”.

Já no que compete à prostituição masculina, Parent *et al* (1948 apud Alcântara 2009), a menciona desde a mais remota civilização na Caldéia e na Babilônia, através de rituais religiosos e usos hospitaleiros. Na Grécia antiga, a grande incidência de relacionamento entre homens, permitiu de certa forma, um estímulo à prostituição feminina, no sentido de combater a relação íntima entre homens, entretanto, esse estímulo à prostituição feminina não era contra o prostituto, mas sim, contra as relações homossexuais que estavam se expandindo.

Ao verificar a história da sexualidade de Foucault (1990), a cultura grega antiga facilitou a prostituição de homens, embora não tenha sido uma atividade praticada em toda a Grécia. Destaca-se que o cidadão poderia ter relações sexuais tanto com homens como com mulheres, mas desde que fosse ativo no ato sexual. Essa questão, segundo o autor, era fundamental para o povo grego, porque as atitudes sexuais implicavam também numa questão moral. Logo, os homens ativos eram considerados viris, fortes e corajosos, ou seja, bem vistos aos olhos da população. No caso do passivo, já apresentaria atitude a preguiça, indolência, desprezo pelas atividades rudes do esporte e passavam a ser discriminados, especialmente, se fossem homens adultos, diferentemente dos mais jovens que eram aceitos pela sociedade. (ALCÂNTARA, 2009, p.23).

Em se tratando da Roma Antiga, os prostitutos não ficavam sob a fiscalização e nem eram castigados pelas leis, pois eram geralmente filhos de escravos, com aspectos afeminados. Segundo Parent *et al* (1948 apud Alcântara 2009, p.24) “era expressiva a prostituição masculina, onde para cada classe de prostitutas havia uma de prostitutos”. Segundo Trevisan (1998), haviam prostitutas e prostitutos nas ruas de Roma e, o homem romano podia ter relações sexuais tanto com homens como com mulheres. No entanto, o direito de penetrar cabia somente ao cidadão livre, sendo, proibida a passividade que era exclusiva aos jovens escravos. Isso ocorria segundo o autor, porque o homem que se deixava ser passivo se igualava ao escravo, o que era considerado uma humilhação.

Na época dos imperadores, a prostituição masculina era praticada livremente, pois não estava atrelada às leis romanas. As represálias se iniciam com o estabelecimento do cristianismo:

Constantino foi quem cortou de um só golpe a prostituição masculina que se fazia em plena luz do dia, acabando com todo o exército de afeminados e degenerados. Essa prostituição se fazia as ocultas no interior de certas habitações, cuja existência, a policia desconhecia. (PARENT, 1948 apud ALCÂNTARA, 2009. p.25).

Com a constituição do cristianismo em Roma, a prostituição de homens tornou-se clandestina, sendo praticada em áreas restritas, a qual era mantida em sigilo e não exposta às autoridades de vigilância. Já na França, no período da Idade Média, Parent *et al* (1948 apud Alcântara 2009) cita a ordem dos templários, acusada de heresia e imoralidade pela Igreja Católica. Dentre tais imoralidades, estavam as praticas sodomitas que provavelmente teriam sido influenciados durante a estada no oriente.

[...] no recebimento dos irmãos o recém-vindo e o recebente beijavam-se reciprocamente na boca, no umbigo, no ventre, sob a espinha dorsal. O Padrinho proibia ao iniciado ter comércio com mulheres, mas autorizava-o a entregar-se com os companheiros aos mais horíveis excessos de impuridade e a prostituir-se com todos os irmãos. (PARENT, 1948 apud ALCÂNTARA, 2009, p.27).

Apesar de todas as negações diante das acusações, o fato é que as práticas homossexuais e a prostituição masculina “[...] foram usadas como argumento pela Igreja Católica para abolir a ordem dos templários, onde muitos foram sentenciados à morte, sendo queimados na fogueira”. (PARENT, 1948, apud ALCÂNTARA, 2009, p.27).

Já na segunda metade do século XIX, Queiroz (1999) contribui para a discussão afirmando que o conhecimento das ciências estava voltado para as investigações das aberrações sexuais, como a homossexualidade e a prostituição. Como aponta a autora, a pederastia era considerada uma prática sexual antinatural e, portanto, a prostituição masculina era considerada mais abominável que a feminina.

A prostituição do gênero masculino e a prática homossexual eram vistas como perversão, algo abominável e um crime, o que fez com que vivesse um tempo na clandestinidade. No entanto, desde o início do século XX e nas décadas de 30 e 40, os prostitutos passam a fazer parte de vários pontos em São Paulo como a Praça da República, Parque do Anhangabaú, Jardim da Luz, e a Rua Conselheiro Nébias. (QUEIROZ, 1999, p.45).

Mattos (2002) ao estudar a dinâmica dos espaços de prostituição no Rio de Janeiro entre 1840 a 1940 destaca o garoto de programa na sociedade da época. Segundo o autor, a grande maioria dos imigrantes vindos de outros países era de homens, o que ocasionou uma desproporção entre a quantidade de mulheres, e isso, segundo o autor, contribuiu para o aumento das relações homossexuais, fazendo com que a prostituição masculina se difundisse pela cidade.

Ainda segundo Mattos (2002), os garotos de programa eram conhecidos na época como *bagaxa*, e atendiam a população homossexual em troca de dinheiro e exercia muitas vezes, o papel de passivo na relação sexual. O autor esclarece que a prática homossexual crescia na cidade, juntamente com a prostituição masculina e que no intuito de combater esse tipo de relação crescente, o governo brasileiro importou as *ilhoas* (prostitutas), cujo maior objetivo era diminuir a relação homossexual entre homens.

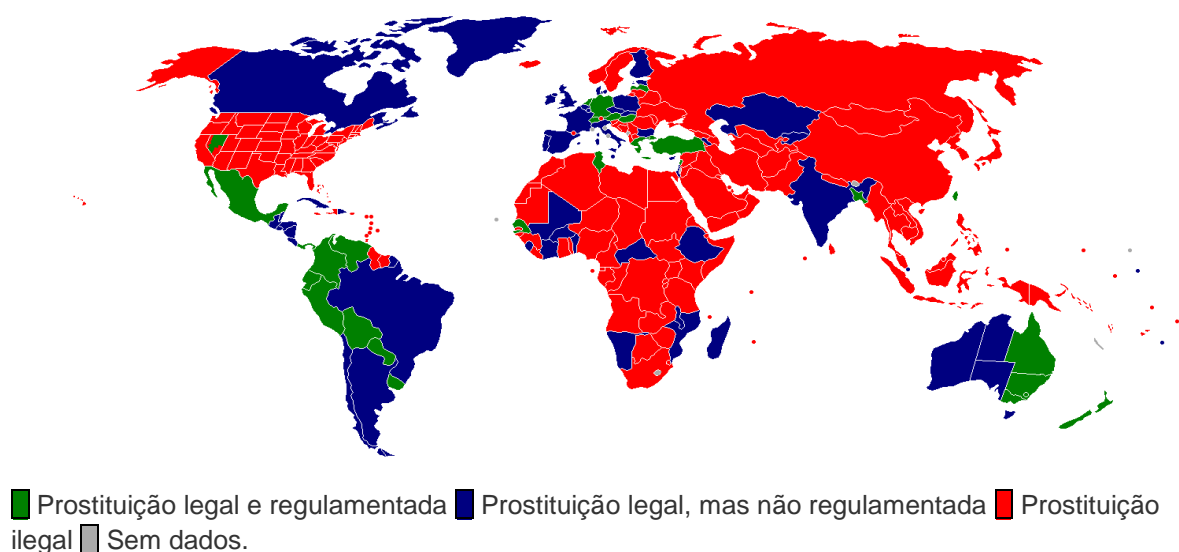
Assim, percebe-se que a prostituição masculina foi mais reprimida pela prática homossexual em si, do que pelo próprio ato de se prostituir. De qualquer forma, Franco da Silva (2011) explica que a ordem moral hegemônica inventa um sujeito da prostituição a partir de comportamentos considerados “desviantes, antinaturais, doentios, contrários à vontade de Deus, à família e à segurança da sociedade como um todo” (p.09). Logo, o autor salienta que o sujeito da prostituição é marcado pelo signo e discurso de indivíduos perigosos à ordem social. “A sexualidade implica convenções específicas para cada sociedade que busca subordinar a intimidade e a privacidade do indivíduo à moral da coletividade”. (FRANCODA SILVA, 2011, p.09).

## 1.2 AS DIFERENTES VISÕES DA PROSTITUIÇÃO NO MUNDO ATUAL

Os Estados tratam a prostituição atualmente de forma diferenciada. A Figura 2 mostra a abrangência de três perspectivas: a proibicionista, a abolicionista e a regulamentarista.

Na visão proibicionista, a prostituição é considerada atividade ilegal. Alguns exemplos de países que adotam essa legislação são Tailândia e Irã. O primeiro penaliza com multas tanto quem oferece como quem compra serviços sexuais, proíbe os bordéis e pune com cadeia o incentivo à atividade. No segundo, conforme Oliveira (2008), as leis são ainda mais severas, onde os clientes são punidos com 75 chicotadas e expulsos de suas comunidades por três meses, enquanto as prostitutas, além desta penalidade, podem ser presas. O autor ainda esclarece que quem for flagrado em bordéis pode ter uma pena de até dez anos de prisão.

Figura 2: Diferentes visões da prostituição no mundo atual



FONTE: HUGHES, Donna. A Legalização da Prostituição refreará o Tráfico de Mulheres? In: <[www.apf.pt/temas/tema](http://www.apf.pt/temas/tema)>(2004). Acesso em 10 de maio, 2015.

Os Estados Unidos também se enquadram na visão proibicionista. Dos cinquenta estados da Federação, somente em Nevada a prostituição não é considerada crime. O referido estado permite oficialmente algumas formas de prostituição em alguns condados, todos distantes de Las Vegas, a cidade conhecida pela concentração de cassinos. Contratar serviços de prostitutas também é ilegal. Cidadãos desavisados frequentemente abordam agentes policiais femininas nas ruas, caracterizadas de prostitutas, e terminam presos. Em suma, tal como a prostituição, promover a prostituição, nos Estados Unidos, é crime contra a ordem pública.

Já na legislação abolicionista, que é o caso do Brasil, a prostituição autônoma é legal, porém não regulamentada. Criminaliza-se o incitamento a prostituição, punindo os cafetões, donos ou gerentes de casa de prostituição, mas não a prostituta. Outro exemplo de país abolicionista é o Canadá, onde a prostituição é legal, mas as outras atividades ligadas a ela não, estando proibidas pelo Código Penal a solicitação de serviços sexuais e a atividade de cafetões. Outros exemplos de países abolicionistas são: Portugal, Espanha, Itália, França, Finlândia, Dinamarca, Luxemburgo e Suécia. Este último, em 1999, passou a penalizar os clientes da prostituição com multas e prisão de até seis meses.

Nos países que adotam o regulamentarismo, a prostituição é legalizada e regulamentada, e teoricamente as prostitutas maiores de idade teriam os mesmos



direitos de qualquer trabalhador, atuando com carteira assinada e direito a férias. O exemplo mais conhecido que adota essa legislação é a Holanda. Entretanto, Oliveira (2008), alerta que, a realidade mostra-se bastante distante da teoria. Segundo o autor, 80% das 40 mil prostitutas do país são imigrantes em situação ilegal (sendo uma parcela inclusive de brasileiras), que além de não ter acesso a esses benefícios, é obrigada a submeter-se a péssimas condições de trabalho, dependendo fortemente e cada vez mais de intermediários. Outros países que compartilham de uma visão regulamentarista são Alemanha, Áustria, Reino Unido, Irlanda, Austrália, Suíça e a Nova Zelândia. (POULIN, 2005).

### 1.3 PROSTITUIÇÃO À BRASILEIRA: UMA BREVE RETROSPECTIVA

Segundo Bassermann (1968), as discussões sobre a prática da prostituição iniciaram-se muito cedo na sociedade brasileira, uma vez que as prostitutas começaram a existir ainda no período colonial, tendo em vista que essa prática veio da Europa e teve no Brasil uma rápida e incessante aceitação. Para Macedo (1872 apud Bassermann, 1968), a prostituição teve sua expansão com a chegada de D.João VI e os bailes populares.

No século XIX, a maioria das prostitutas da corte imperial era constituída por mulheres escravizadas, de modo que, para elas, a prostituição misturava-se a uma variedade de serviços domésticos. O auge da prostituição teria sido na década de 1930, destacando-se, naquela época, o Rio de Janeiro, que tinha as estrangeiras como composição majoritária da categoria. (PEREIRA, 2005).

Em São Paulo, o surgimento da antiga Zona do Meretrício deu-se entre o final do século XIX e o início do século XX<sup>9</sup>, influenciada, pela concepção higienista de médicos, criminologistas e autoridades públicas, de que as sexualidades perigosas,

---

<sup>9</sup> Em 1897, sob a autoria do delegado Cândido Motta, apareceu o primeiro projeto de regulamentação da prostituição em São Paulo, que continha itens como: a) Que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três; b) As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas; c) Não é permitido chamar ou provocar os Transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversações com os mesmos; d) Das 6h da manhã, nos meses de abril e setembro inclusive, a das 7h da tarde as 7h da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos Transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas; e) Deverão guardar toda a decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuário que resguardem completamente o corpo e o busto (RAGO, 1991, p. 113).

dentre elas a prostituição, deveriam ficar segregadas (RAGO, 1996). Além deste projeto, foi criado um Livro de Registro das prostitutas na Delegacia de Costumes, no qual era exigido que elas passassem informações como nome, idade, nacionalidade e endereço de residência.

Já no contexto da Ditadura do Estado Novo, Rago (1996) explica que por volta de 1940, em São Paulo, através do então interventor, Ademar de Barros, houve uma política de confinamento da prostituição, segregada no bairro judeu do Bom Retiro, enquanto no Rio de Janeiro as prostitutas foram também segregadas na região do Mangue. A mesma autora esclarece que em 1954, durante o governo de Lucas Nogueira Garcez em São Paulo, a zona de meretrício foi fechada e a prostituição se dispersou espalhando-se por diversos bairros. A autora explica que este desconfinamento, entretanto, aconteceu sem nenhum tipo de proteção, o que acarretou as prostitutas maior exposição à violência policial.

Já em 1987 aconteceu no Brasil o I Encontro Nacional de Prostitutas, criando a Rede Brasileira de Prostitutas, que tem como reivindicação o reconhecimento legal da prostituição como profissão. Em 1992 foi criada por um grupo de prostitutas, entre as quais, Gabriela Leite, a ONG Davida, com o intuito de combater a discriminação e o estigma. (OLIVEIRA, 2008).

Rago (2011) destaca que a partir dos anos noventa, a sociedade de certa forma incorporou e ressignificou alguns aspectos da figura da prostituta<sup>10</sup>. Na reatualização do Código Penal em 1988, através de pressões feministas, foi desfeita a divisão entre mulheres honestas e mulheres perdidas, que permitia que violências como o estupro, quando praticadas contra as mulheres perdidas, ficassem impunes. (RAGO, 2011).

De acordo com Rago (2011), da mesma forma que ao longo das décadas, a prostituição foi sofrendo transformações, transformou-se também a forma de a sociedade enxergá-la. Hoje, segundo a autora, convivem juntas, diferentes formas de enxergar a prostituição.

Os próprios movimentos feministas, nacional e internacionalmente, estão divididos, basicamente entre duas posições: a das feministas radicais, baseadas no abolicionismo, que interpretam a prostituição como uma forma de dominação

---

<sup>10</sup> O termo “mulher pública” outrora usado para referir-se a elas, hoje alude à mulher que participa diretamente da política (Rago, 2011).

masculina e violência contra a mulher<sup>11</sup> e a das ditas feministas liberais, que, baseadas em uma lógica econômica liberal ou neoliberal, entendem que a mulher deve ser livre para fazer o que quiser com seu corpo, inclusive cobrar por serviços sexuais. Estas últimas interpretam a prostituição como uma escolha livre da mulher, configurando-se como um trabalho igual a qualquer outro. (POULIN, 2005).

O Estado brasileiro, desde 1942 adota o abolicionismo, fundamentado na visão de que a prostituta é vítima de certas condições sociais e exerce sua atividade muitas vezes pela exploração/coação de um terceiro (o cafetão) que recebe parte de seus lucros.

As políticas públicas voltadas à prostituição no Brasil começaram a mudar a partir da década de 1990, inaugurando um período de incorporação de novos elementos, perspectivas e sujeitos no debate sobre a prostituição e os direitos das pessoas que exerciam a atividade. (ALVAREZ; TEIXEIRA RODRIGUES, 2001).

A discriminação e a violência policial, constantes no universo cotidiano das prostitutas brasileiras, em períodos anteriores e na história recente, constituíram o impulso determinante para que surgissem as primeiras organizações. Após a realização, em 1987, do I Encontro Nacional de Prostitutas, na cidade do Rio de Janeiro, a estratégia para garantir o reconhecimento público da profissão e a cidadania das profissionais do sexo<sup>12</sup> foi à criação e a legalização de associações em diferentes Estados. Dois anos depois, durante o II Encontro Nacional de Prostitutas, nasceria a Rede Nacional de Profissionais do Sexo. Nos anos seguintes um conjunto de entidades foi criado nos diversos estados brasileiros. (BARRETO, 1995; LEITE, 1995).

Essas organizações se consolidaram em torno do desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e ao combate ao HIV/Aids, o que provocou um redimensionamento da atenção dada à questão da violência, colocada, inicialmente, em segundo plano, embora os incidentes, envolvendo discriminação e violência

---

<sup>11</sup> Somando-se a opressão masculina e a necessidade de sobrevivência, este grupo de feministas afirma que a prostituição constitui-se como uma prática que objetifica a mulher e mercantiliza seu corpo, constituindo-se como exploração, abuso e violação de direitos.

<sup>12</sup> De acordo com Roberts (1998), é no bojo do surgimento dos movimentos sociais de defesa da proposição de ressignificação da prostituição, ou do "trabalho sexual", como "um trabalho como outro qualquer", a partir de meados da década de 1970, que emerge o termo "trabalhadores do sexo" ou "profissionais do sexo", para se referir àqueles que exercem a prostituição ou se dedicam ao "comércio do sexo".

policial, continuassem a acontecer. O rebatimento de tais situações nas condições de saúde e de segurança das mulheres e o próprio amadurecimento das entidades foram fatores fundamentais para que a discussão sobre a violência sofrida pelas profissionais do sexo fosse resgatada e situada dentro do debate mais amplo acerca da dignidade e dos direitos das mulheres que exercem a prostituição. (ALVAREZ; TEIXEIRA RODRIGUES, 2001).

Imerso a esse contexto, pesquisas que seguem uma visão abolicionista como a Pestraf<sup>13</sup> apontam que além da inserção feminina, há um aumento da prostituição masculina e homossexual no mercado da prostituição. A pesquisa também evidencia o aumento da inserção nessas atividades, de mulheres, crianças e adolescentes de classe média, além das classes populares. Segundo o estudo, geralmente, os indivíduos apresentam baixa escolaridade, habitam em espaços urbanos periféricos com carência de saneamento, transporte (dentre outros bens sociais comunitários), moram com algum familiar, têm filhos e exercem atividades laborais de baixa exigência.

Diante deste complexo contexto, a perspectiva das organizações de profissionais do sexo, de forma em geral, é desvencilhar a análise da prostituição de atividades criminosas (como as apontadas pela Pestraf) e colocar a discussão no campo da cidadania, onde se enfatiza em especial, a questão da atividade estar atrelada a direitos sexuais e trabalhistas, e não a uma questão criminal/penal como é o caso da exploração sexual de menores.

Esse processo tem requerido uma distinção clara de foco e de posicionamento dentro do movimento de prostitutas, acerca de questões próximas ao seu campo de atuação e de atividades ilegalmente associadas como o tráfico de pessoas, para fins de exploração sexual, e a exploração sexual de crianças e adolescentes - muitas vezes referida como prostituição infantil ou infanto-juvenil.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Pestraf – Pesquisa sobre Prostituição e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil. A Pestraf, foi coordenada pelo Cecria – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes e organizada pelas pesquisadoras Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal.

<sup>14</sup> Atualmente, o termo prostituição é empregado para fazer referência à prestação voluntária de serviços sexuais por pessoa adulta, isto é, maior de 18 anos, e com negociação prévia dos tipos de serviços que serão realizados, sexuais ou não. “A utilização da criança/adolescente como objeto sexual ocorre como uma relação de exploração de trabalho” (SILVA, SENNA & KASSAR 2005, p. 36). Ou seja, qualquer ato sexual que acontece com menores de 18 anos é, juridicamente, classificado como exploração sexual, diferenciando-se, portanto, da prostituição voluntária. A criança está fora dessa lógica de prostituição como profissão reivindicada pelos movimentos da categoria.

Segundo Teixeira Rodrigues (2003) os movimentos de profissionais do sexo, principalmente a partir da década de 1990, lograram trazer outros setores da sociedade para a discussão de propostas relacionadas ao campo da prostituição e influenciar na adoção de iniciativas importantes na perspectiva do reconhecimento de direitos e da identidade das pessoas envolvidas. A autora menciona que no campo das políticas públicas, além da área de saúde, deve-se assinalar a abertura de diálogo com as áreas do trabalho, da justiça, do turismo e do legislativo, e, como resultado deste movimento, houve inovações importantes em algumas dessas áreas.

A inclusão da/o profissional do sexo dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a apresentação do Projeto de Lei 098/2003 do Deputado Fernando Gabeira e posteriormente o PL Gabriela Leite, apresentado pelo Deputado Jean Wyllis, são processos que demonstram essas articulações, bem como os ganhos e impasses encontrados até o presente momento.

#### 1.3.1 Prostituição é trabalho?

A discussão e aprovação da atual versão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) se deu no início dos anos 2000, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e envolveu diferentes setores da sociedade que atuam na defesa dos interesses e direitos das prostitutas para discutir a inclusão da atividade na CBO.

As ações coordenadas pelo MTE na discussão relacionadas ao estatuto do trabalho sexual refletiram novas tendências em relação à questão da prostituição, que emergiram no Brasil, ao longo das duas últimas décadas do século 20. O debate contou com a participação de técnicos da área e representantes de organizações de defesa dos direitos das prostitutas, como se pode depreender das definições contempladas pela Classificação Brasileira de Ocupações. (BARRETO, 1995).

O atual CBO traduz o reconhecimento por parte do MTE da(o) profissional do sexo como trabalhadores e inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição. A medida foi ao encontro da posição defendida pelo movimento de prostitutas de retirar tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal, tratando as questões relacionadas à atividade, na esfera da legislação trabalhista. (BARRETO, 1995).

As ocupações do mercado brasileiro de que tratam a CBO foram organizadas na norma aprovada em 2002, em conjuntos mais amplos que aquele da ocupação - as famílias, que abrangem um grupo de ocupações similares. A ocupação de profissional do sexo indexada na CBO com o número 5198-05, faz parte da família prestador de serviço e inclui também as denominações garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), e travesti (profissionais do sexo).

Além da definição, cada ocupação inclui informações referentes à descrição da atividade, às características do trabalho, às áreas de atividades, às competências pessoais, aos recursos de trabalho, aos participantes da descrição, ao relatório da família, e a tabela de atividades.

Chama a atenção na descrição sumária da ocupação o cuidado em explicitar os diferentes locais em que o trabalho sexual se realiza - o que é feito de modo ainda mais extensivo na descrição das condições gerais de exercício -, e, principalmente, o cuidado em incorporar ao campo de ação dos profissionais do sexo outras atividades não relacionadas diretamente com a prestação de serviços de natureza sexual: atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; promovem a organização da categoria; realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados.

O documento elaborado pelo Ministério do Trabalho enfatiza a necessidade de profissionais do sexo contarem com informações sobre saúde sexual e outras que lhes proporcionem condições de exercerem sua atividade com segurança e competência. Na descrição das "características do trabalho", ao abordar a "formação e experiência" destaca ainda a importância de terem acesso a alternativas que lhes possibilite outros meios de geração de renda que viabilize o abandono da prostituição se assim o desejarem. Por fim, a recomendação de "prestar solidariedade aos companheiros", incorporadas pela legislação dentre as "competências pessoais", sinaliza para um ponto chave no universo da prostituição: os inúmeros conflitos que permeiam as relações entre os profissionais do sexo, provocados pela disputa por clientes, pontos ou por atritos envolvendo companheiros, namorados e maridos (ALVAREZ; TEIXEIRA RODRIGUES, 2001).

A inclusão da atividade na legislação do Ministério do Trabalho representa um avanço inequívoco no modo como as políticas públicas brasileiras têm tratado

o tema da prostituição. Dentre os aspectos inovadores da medida, além da inclusão de representantes legítimos do grupo interessado na questão, há que se ressaltar o fato dessa iniciativa significar uma alternativa às soluções policiais - sob a responsabilidade de autoridades policiais ou sanitárias - ainda bastante demandadas em diferentes segmentos da sociedade brasileira. (TEIXEIRA RODRIGUES, 2003, p. 23).

A valorização das entidades da categoria e o engajamento dos/as profissionais do sexo em entidades dessa natureza têm demonstrado ser uma questão crucial para o combate à sua exclusão e discriminação, bem como para a conquista da sua cidadania. Entretanto, na visão de Teixeira Rodrigues (2003), os êxitos inscritos nessa iniciativa são insuficientes para modificar o estatuto formal da prostituição ou seu reconhecimento como profissão, circunstância que segundo a autora, demandaria outro tipo de iniciativa e legislação.

### 1.3.2 A legislação brasileira e o atual embate político

Sobre a abordagem da prostituição no Direito Penal, Teixeira Rodrigues (2004) apresenta informações gerais de como se processa a relação entre a justiça criminal e a prostituição atualmente no Brasil. A autora ressalta que a prostituição em si não é crime, mas sim o que se relaciona com ela. A autora enfatiza que é crime, qualquer atividade correlata à prostituição.

No capítulo V, do Título VI, quatro artigos – 227 a 230 – se referem ao lenocínio e um ao tráfico de mulheres – 231. Com exceção do artigo 230, referente ao rufianismo, os demais têm como objeto jurídico a defesa da "moralidade pública sexual". No caso do rufianismo, o objeto jurídico é "coibir a exploração da prostituição". (RODRIGUES, 2004).

O Art. 227 se refere ao ato de mediar, induzir a prostituição; o Art. 228, ao favorecimento da prostituição ou impedir que a prostituta abandone a prostituição; o Art. 229 se relaciona à casa de prostituição ou local destinado aos encontros; o Art. 230 corresponde ao rufianismo, ou seja, "tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça", o Art. 231, ao tráfico de pessoas para fim de prostituição. Outro artigo que acaba inferindo à prostituição é o Art. 233 que se refere ao ato obsceno, o que justifica as detenções de prostitutas e prostitutos nas ruas, assim como o art. 330 do Código Penal referente à perturbação da ordem pública.

Em suma, não há tipificação que proíba a prática da prostituição no Código Penal em vigor. O que disciplina o “Capítulo V” de tal livro é “do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”, incluindo neste capítulo os delitos como o favorecimento da prostituição, o rufianismo, dentre outras práticas.

Assim, a autora explica que a prostituição não interessa ao direito penal, o que se coíbe é a exploração das pessoas que se prostituem. Para que uma conduta seja considerada crime pelo Direito Penal, é necessário que se tenha um fato típico, antijurídico e culpável. Não estando presentes esses três elementos, a conduta não pode ser considerada crime pelo sistema vigente até o momento.

Entretanto, nos últimos anos, três Projetos de Lei (PL) versam sobre o temário na Câmara dos Deputados e suas divergências explicitam a polêmica que há sobre a prática de tal atividade. Os projetos de lei apresentados em ordem cronológica são: o PL 098/2003 do então Deputado Federal Fernando Gabeira, o PL 377/2011 do Deputado Federal João Campos e por fim, o mais recente, o PL 4.212/2012, mais conhecido como “PL Gabriela Leite”, do Deputado Federal Jean Wyllys.

O Projeto de Lei 098/2003 argumenta que a prostituição é uma atividade contemporânea à própria civilização e que embora tenha sido, e continue sendo, reprimida inclusive com violência e estigmatização, subsiste porque a própria sociedade que a condena a mantém. “Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela”, justifica o texto que apresenta a iniciativa de regulamentação da atividade proposta pelo Deputado Fernando Gabeira, em 2003. E ainda,

Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la, e o fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade - não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime - seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam seus efeitos indesejáveis. (BRASIL, CÂMARA FEDERAL PL 098/2003, s.p).

Gabeira enfatiza a necessidade de admitir que as pessoas que prestam serviços de natureza sexual fazem jus ao pagamento por tais serviços. Esta abordagem inspira-se diretamente no exemplo da Alemanha, que em fins de 2001 aprovou uma lei que torna exigível o pagamento pela prestação de serviços de



natureza sexual. Como conseqüência inevitável, a iniciativa germânica também suprimiu do Código Penal alemão o crime de favorecimento da prostituição - pois se a atividade passa a ser lícita, não há porque penalizar quem a favorece.

Inspirado no modelo germânico, Gabeira considera que no caso brasileiro, torna-se também conseqüente suprimir do Código Penal os tipos de favorecimento da prostituição (art. 228), casa de prostituição (art. 229) e do tráfico de mulheres (art. 231), este último porque somente penaliza o tráfico se a finalidade é incorporar mulheres que venham a se dedicar à atividade.

Fazemos profissão de fé que o Legislativo brasileiro possui maturidade suficiente para debater a matéria de forma isenta, livre de falsos moralismos que, aliás, são grandemente responsáveis pela degradação da vida das pessoas que se dedicam profissionalmente à satisfação das necessidades sexuais alheias . (BRASIL, CÂMARA FEDERAL PL 098/2003, s.p).

Após passar pela Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado João Campos requereu que o Projeto de Lei 098/2003 fosse remetido para parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da qual fazia parte, ocasião em que foi designado relator. O seu parecer foi pela rejeição do Projeto de Lei 098 de 2003 e aprovação de um projeto de lei destinado a acrescentar um tipo penal no Código Penal com a finalidade de punir a clientela dos profissionais do sexo, que veremos na sequência. Atualmente, o Projeto 098/2003 encontra-se arquivado na Câmara dos Deputados.

Na visão de Duarte (2016) sob a ótica penal, o referido projeto pecou pelo excesso, pois pretendeu revogar disposições legais que deixariam o contrato prostitucional sem o amparo legal específico que merece. Não obstante, o autor destaca que a iniciativa foi louvável, pois colocou em tela a discussão sobre a prostituição e a valorização dos profissionais do sexo numa das casas do Congresso Nacional e na própria sociedade.

O Projeto de Lei 377/2011 de autoria do Deputado Federal João Campos tramita, atualmente, no Congresso Nacional. Tal projeto visa acrescentar, nos termos do seu art. 1º, o art. 231-A ao Código Penal, com a seguinte redação:

Contratação de serviço sexual  
Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:  
Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.  
Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração. (BRASIL, CÂMARA FEDERAL PL 377/2011, s.p).

Segundo o autor do projeto, a venda do corpo é algo não tolerado pela sociedade. E ainda,

A integridade sexual é bem indisponível da pessoa humana e, portanto, não pode ser objeto de contrato visando a remuneração. O quadro negativo da prostituição não envolve apenas o sacrifício da integridade pessoal. A atividade é tradicionalmente acompanhada de outras práticas prejudiciais à sociedade, como o crime organizado, lesões corporais, a exploração sexual de crianças e adolescentes além do tráfico de drogas. A criminalidade da contratação de serviços sexuais tem por fim, também, a proteção das pessoas e o combate à opressão sexual. (BRASIL, CÂMARA FEDERAL PL 377/2011, s.p).

Na visão de Duarte (2016), sob o pálio de defender os prostitutos, parece que tal opção legislativa, na verdade, visa extirpá-los do seio social, consubstanciando verdadeira medida de caráter profilático. Sequer as leis vigentes que criminalizam os agenciadores da prostituição são efetivas. Agora, pretende-se, além de tudo, punir a clientela dos prostitutos. (DUARTE, 2016).

Se nem mesmo condutas “mais graves”, como os delitos previstos nos arts. 228 e 229, são, efetivamente, reprimidas pela máquina pública, que dirá o delito que ora se pretende acrescer. Será mais um artigo de lei que, desde o seu nascimento, está fadado a integrar o já extenso rol de crimes sem efetividade prática, previstos no excessivo arcabouço normativo-penal. Na Suécia, onde vigora modelo penal semelhante ao que se pretende adotar, são efetivamente tomadas medidas públicas em prol dos prostitutos tendentes a dar-lhes alternativas fora do comércio sexual, coisa que não se vê no Brasil. (DUARTE, 2016, s.p).

Em sua análise crítica, Duarte (2016) chama a atenção sobre o fato do Projeto de Lei 377/2011 não dispensar um único artigo, um único parágrafo, um único inciso ou uma única alínea para tratar de políticas públicas em prol dos prostitutos, como se uma lei penal incriminadora contivesse a solução mágica de todos os problemas, ou se ela bastasse em si mesma.

Certamente, a atividade, que já é severamente marginalizada, piorará; a clandestinidade vigorará com ainda maior pujança (o que foi verificado até mesmo na Suécia). Os prostitutos, que hoje, em muitos casos, já se submetem a condições aviltantes, passarão a exercer as suas atividades em condições sub-humanas. Tudo isso por uma justificativa moralista de punir uma atividade amplamente aceita no seio social (sendo, *data venia*, verdadeira falácia a afirmativa de que “a venda do corpo não é algo tolerado pela sociedade”). (DUARTE, 2016, s.p).

Duarte (2016) alerta não se encontrar, em pesquisas realizadas sobre o referido Projeto de Lei, quaisquer consultas públicas tendentes a conhecer a opinião

da população sobre esta medida, especialmente dos grupos sociais afetados por ela. O autor esclarece ainda que:

É mais uma tentativa de fazer com que o povo, detentor do poder (CF, art. 1º, parágrafo único), seja submetido às vontades e às concepções unilaterais do parlamento, que certamente não se revela consentânea com a opinião da maioria da população, especialmente dos milhões de prostitutos que serão frontalmente afetados por esta iniciativa legislativa, e que sequer tiveram a oportunidade de se manifestar a seu respeito. (DUARTE, 2016, s.p).

Salienta-se que este Projeto de Lei teve parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e pende de apreciação na Câmara dos Deputados.

Já o Projeto de Lei 4.211/2012 do Deputado Federal Jean Wyllys é o mais recente projeto de lei que propõe que o Congresso Nacional se debruce mais uma vez sobre o tema. O projeto foi batizado em homenagem a Gabriela Leite que, em vida, era socióloga, prostituta e defensora dos direitos desse grupo social.

Nas palavras do Deputado,

“[...] a prostituição é atividade cujo exercício remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura. É de um moralismo superficial causador de injustiças a negação de direitos aos profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Trata-se de contradição causadora de marginalização de segmento numeroso da sociedade”. (BRASIL, CÂMARA FEDERAL PL 4.211/2012, s.p).

A possível aprovação deste PL, com o objetivo de regulamentar a atividade dos profissionais do sexo, acarretará alterações no Código Penal, pois desmarginilizará a condição dessas pessoas, como mencionado não pela ilegalidade, mas pelo tratamento dispensado por grande parte da sociedade.

Vejamos o que menciona parte da “Lei Gabriela Leite”:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração. § 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata. § 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica: I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro; II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado; III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência. (BRASIL, CÂMARA FEDERAL PL 4.211/2012, s.p).

O referido Projeto avança em relação ao seu predecessor (o Projeto de Lei 098 de 2003, do Deputado Fernando Gabeira), notadamente sob o aspecto penal, pela propositura da distinção entre prostituição e exploração sexual, além de não incorrer nos excessos deste último projeto quanto à revogação de importantes tipos penais destinados à tutela da dignidade sexual. (DUARTE, 2016).

Destaca-se também que o PL propõe a aposentadoria especial, atento à realidade da atividade da prostituição, cuja carreira é curta. Em suma, tal Projeto trará novamente o debate para as pautas da Câmara dos Deputados, ainda mais por ser a negação do PL 377/2011 de autoria do Deputado João Campos.

De acordo com Duarte (2016) a regulamentação da prostituição (tal qual proposto pelo Projeto de Lei 098/2003 e pelo Projeto de Lei “Gabriela Leite”) ou a criminalização da atividade da clientela dos prostitutos (conforme preconizado pelo Projeto de Lei 377/2001) é tema dos mais polêmicos, cujas consequências atingirão não só os profissionais do sexo, mas a sociedade como um todo.

Um assunto tão delicado e com tamanha repercussão social merece a atenção e o debate do Congresso e da população. O que não pode ser aceito, contudo, é a adoção de modelos legislativos que externem concepções pessoais e estigmas morais que não encontram apoio no seio social do grupo que se presta representar, cuja opinião deve pautar a edição das leis que o atingem.

## **2. UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A PROSTITUIÇÃO**

### **2.1 ESPAÇO: DE “PALCO” A “ARENA DE LUTAS”**

Construir e diferenciar conceitos são de suma importância para qualquer esforço teórico de interpretação/compreensão da realidade. De acordo com Corrêa (2005), a ciência geográfica, centrada no entendimento de fenômenos de natureza espacial, desenvolveu cinco conceitos-chave: paisagem, região, espaço, lugar e território. Estes conceitos guardam grau de parentesco entre si, e cada um deles, apresenta variados significados e são objetos de intensos debates teóricos, de acordo com a linha de pensamento a que se filiam e as variadas circunstâncias em que são utilizados.

Assim, este capítulo tem como objetivo discutir as distinções, aproximações e articulações entre espaço e território, dois conceitos-chave da Geografia, frequentemente utilizados como sinônimos no senso comum (e também em estudos técnicos e acadêmicos) quando pensados como referência à dimensão geográfica dos fenômenos sociais, permitindo assim valorizar sua aplicabilidade no estudo da prostituição.

Para tanto, serão apresentadas algumas concepções de espaço e território, com destaque para Claude Raffestin (1993) e sua concepção de espaço real dado, Henri Lefebvre (2006) e sua teoria do espaço social, Milton Santos (1977;1978;1997) e sua concepção de espaço geográfico e/ou território usado, Ana Fani Carlos (1999;2007;2013) com espaço e (re)produção das relações sociais, Doreen Massey (2008) a cerca de espaços heterogêneos e inter-relacionais, Roberto Lobato Corrêa (1989; 1995) com as faces e os agentes produtores do espaço urbano, além de Rogério Haesbaert (2002;2004;2009), Marcelo Lopes de Souza (1995;2013), Marcos Aurélio Saquet (2001;2003;2004) e Robert Sack (1986) que discutem os conceitos de território e territorialidade.

No âmbito da produção científica, tem havido um deslocamento constante de centralidade, ora privilegiando o conceito de espaço e secundarizando o conceito de território, ora privilegiando o conceito de território e secundarizando o conceito de espaço. A supressão de um sobre o outro são reavaliados aqui, a partir de uma leitura integrada do território e do espaço, com o objetivo de contribuir com ações que

resultem na superação de tensões e conflitos socioterritoriais, neste caso, aqueles inerentes à prática da prostituição.

Raffestin (1993) é enfático e claro ao esclarecer que espaço e território não são termos equivalentes. É essencial compreender bem que, para este autor, o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima.

Local de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.34).

Raffestin (1993) considera o espaço como palco, suporte, um ponto de apoio à qual as ações se projetam e, portanto, “preexiste a qualquer ação” como um “dado”, uma matéria-prima ou recurso com valor de uso, estritamente (RAFFESTIN, 1993, p. 34-48, 143-144).

Afirmações como esta, ainda que possam ser relativizadas considerando outras passagens desta mesma obra, tende a propiciar interpretações apressadas do espaço, como receptáculo ou palco para o qual os objetos e ações se expressam.

Podemos incorrer em erros ao afirmar que o espaço, para Raffestin, é palco, suporte, um ponto de apoio à qual as ações se projetam. Apesar da ênfase na direção dessa perspectiva, devemos asseverar que o autor não se limita a ela, considerando-a apenas a primeira das duas faces do espaço à qual nomenclaturou de “espaço real dado” (RAFFESTIN, 1993, p. 48). Para o autor, a segunda face do espaço refere-se ao “plano do conteúdo”:

[...] constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado”. (RAFFESTIN, 1993, p. 48).

Contudo, a primeira face do espaço de Raffestin tem, inadvertidamente, influenciado na fundamentação teórico-conceitual de algumas pesquisas, sobretudo,

àquelas que elegem o território como conceito explicativo central e que se fundamenta na subalternização e/ou desvalorização da noção ou conceito de espaço.

Já Lefebvre (2006) busca uma teoria do espaço capaz de engendrar uma unidade teórica entre campos separados: o espaço físico (da natureza e do cosmos), o mental (da lógica e da abstração formal) e o social. Enfim, sua pesquisa concerne ao espaço lógico-epistemológico, aquele que os fenômenos sensíveis ocupam, sem excluir o imaginário, as projeções, os símbolos e as utopias. Para tanto, resgata da economia política os conceitos de produção, e anuncia a produção do espaço como conceito teórico e realidade prática, indissoluvelmente ligados.

Para Lefebvre o espaço é um produto social, é um meio de produção e de controle que escapa parcialmente aos que dele se servem. Para o autor, o que interessa é o espaço como totalidade ou globalidade, não reduzido às coisas localizadas no ou sobre o espaço. De acordo com Lefebvre (2006), produzir um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, não se realiza num dia, trata-se de um processo.

O espaço desempenha um papel decisivo nessa continuidade e contém também certas representações dessa dupla ou tripla interferência de relações sociais (de produção e de reprodução)<sup>15</sup>. Para o autor, não há um espaço social, mas vários espaços sociais, uma multiplicidade indefinida, sendo que esses espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem. Assim, a premissa de uma dialética sócio-espacial é encontrada na ideia de Lefebvre (2006) de que o espaço tanto expressa as relações sociais quanto reage diretamente sobre elas.

Lefebvre pensa o espaço como uma forma de inscrição do tempo no mundo, onde os ritmos urbanos ligados à população definem seu cotidiano, gerando uma nova sociedade urbana baseada em novos ritmos de acordo com seu tempo e duração nos espaços, contudo, para sua realização é necessário afastar o *status quo* de segregação e uniformização do cotidiano. Todos os cidadãos possuem o pleno direito de criação e uso do espaço social, podendo cada um manifestar suas diferenças e apropriar-se do espaço de maneira coletiva ou individual. (LEFEBVRE, 2006).

---

<sup>15</sup> Os produtores do espaço agem segundo uma representação, enquanto os usuários suportam o que lhes é imposto, inserido ou justificado em seu espaço de representação. Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço, conforme suas qualidades e propriedades, conforme as sociedades, conforme as épocas. Desta forma, segundo Lefebvre, as relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido e o vivido – nunca são simples ou estáveis.

Diante desta visão não se trata, portanto, de considerar o espaço apenas como condição pelo qual os fenômenos e as ações possam se realizar, como sugere de certo modo, Raffestin (1993, p. 46-47), mas, numa perspectiva social (e relacional) de sua construção, o espaço também é o meio e o produto no processo de “reprodução das relações sociais” (CARLOS, 1999, p. 63). Por sua vez, Santos (2008, p. 109) o considera como a “síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”.

No que se refere ao pensamento de Milton Santos, Corrêa (1995), chama a atenção para o fato de esse autor ser fortemente influenciado – mas não de forma exclusiva – pelo pensamento lefebvriano. Santos (1977) por meio de seu conceito de formação sócio-espacial, que explicita teoricamente que uma sociedade só se concretiza através do espaço por ela produzido, e que esse espaço só é compreensível através da sociedade, enfatiza que ambos não podem ser entendidos como coisas separadas, reunidas *a posteriori*.

Santos (1978) vai considerar o espaço como fator social, instância da sociedade e não mero reflexo social. É subordinado-subordinante, submetido à totalidade, mas dotado de certa autonomia. O espaço condiciona então a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social.

Em Santos (1997), o espaço geográfico é constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. O espaço pode ser assimilado por diferentes usos, que se articulam ou se sobrepõem, mas não se anulam. Tais usos podem se diferenciar em termos de forma e conteúdo social, com uma fragmentação permanente e complexa, em um processo contínuo de construção e desconstrução.

Em concordância com as concepções de Lefebvre e Santos, Carlos (2007, p. 47) compreende que o espaço é uma produção social que pode ser apreendido como “processo e movimento”. A autora esclarece que diante da complexidade da sociedade urbana, pode-se pressupor que a produção do espaço constitui um elemento central da problemática do mundo contemporâneo ao envolver a (re)produção da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados reais e concretos.

As práticas de resistência precisam ser pensadas com o recurso à construção de um olhar teórico visceral e dialeticamente articulado, precisamente, com a *práxis*, em um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se



estabelecem hoje, em torno do espaço, como a luta pelo “direito à cidade.”<sup>16</sup> (CARLOS, 2013, p.14).

De acordo com Carlos (2013), esse movimento abre a possibilidade de se refletir sobre as relações sociais em sua dimensão espacial, momento em que a espacialidade pode ser tratada como imanente à existência constitutiva da sociedade.

Na mesma linha de pensamento, Corrêa (1995), explica que o espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprias de cada um, ora são comuns. Em sua análise, o autor considera o espaço urbano uma “arena de lutas” “[...] o espaço da cidade é assim o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos”. (CORRÊA, 1989, p. 9). Na Geografia os estudos focalizando o espaço urbano como campo de lutas, apesar de recentes, têm consistido em uma das importantes vias de abordagem urbana.

Em uma perspectiva pós-estruturalista, Massey (2008) reconhece o espaço “como dimensão do social” (p.15) em processo de construção e que se constitui a partir de interações e da “coexistência da heterogeneidade” (p.31). Em decorrência de questões inerentes ao temário desta pesquisa, consideramos necessário, tecer em linhas gerais os pressupostos apresentados e defendidos pela autora.

O propósito central de Massey (2008) ao propor uma nova política da espacialidade, é construir uma nova imaginação de espaço, diferente daquelas construídas no pensamento ocidental durante a modernidade – mas também agora, na pós-modernidade –, que sempre o viram como morto, fixo, atemporal. Retirado desse quadro conceitual que o associava a tudo que é estático, o espaço em Massey é pensado a partir de outro conjunto de ideias, como inter-relação, contemporaneidade dinâmica, abertura radical, heterogeneidade.

O ponto central dos argumentos apresentados é que o termo espaço está enraizado em nosso meio com diversos significados aquém da real essência dessa palavra. Para a autora, a imaginação do espaço sofre influências de correntes

---

<sup>16</sup> Lefebvre define o direito à cidade como um direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana. Exige o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados. O direito à cidade não é para ser entendido como um direito legal individual. Muitas vezes, é visto como uma utopia social e como reivindicações coletivas inspiradas em ideias e sugestões de movimentos sociais para um mundo melhor.

filosóficas, que dão uma amplitude que “invalidam sua completa inclusão na esfera do político” (p. 39). Para ela, o espaço tem um potencial político, e ao passar pelos antigos significados e associações a ele inerente, propõe a interpretação do espaço como uma produção aberta e múltipla. São levantadas questões quanto à heterogeneidade das formas, a compreensão da diferença e dos conflitos. Faz-nos pensar sobre uma “política relacional para um espaço relacional” (p. 98). A autora aponta que há uma heterogeneidade simultânea, em que a espacialidade cria-nos um anseio para compreender o amplo sentido do social. O espaço se faz e refaz porque as relações geram um processo de construção.

Para a autora, o espaço deve ser visto como “produto de inter-relações”, como “esfera da possibilidade de existência da multiplicidade”, e sempre em construção e, portanto, aberto, inacabado. Para Massey, pensar o espaço dessa forma é muito mais do que afirmar que o espacial é político, é abrir a geografia e a discussão espacial em direção a um diálogo com as principais vertentes da política progressista contemporânea e as teorias pós-coloniais.

Para ela, reconhecer a heterogeneidade e a multiplicidade só é possível pela consideração da espacialidade, que é a esfera que permite a contemporaneidade radical da diversidade e as suas relações. Trata-se de reconhecer a coexistência de outros, com trajetórias históricas próprias; trajetórias que se cruzam, se conectam e se desconectam, formando assim o espaço a partir dessas relações.

De acordo com Massey, imaginar o espaço como aberto e em processo, articula-se com a ideia política de abertura do futuro. O contraponto explícito e enfatizado pela autora, é a ideia moderna de progresso, na qual o desenvolvimento histórico já estaria com o trajeto traçado e o destino acertado.

Salienta-se que não só a história, mas também o espaço é aberto, pois há ainda muitas combinações relacionais possíveis a serem feitas. Nesse sentido, “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política”. (MASSEY, 2008, p. 95).

Cabe destacar que Massey (2008) faz críticas severas sobre a dissociação e oposição entre tempo e espaço. Conforme a autora,

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão *social* não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento

dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional. (MASSEY, 2008 p.97-8).

Por fim, a contribuição de Massey está centrada na premissa de que mudança requer interação, e essa requer espaço. O espaço é, portanto, uma simultaneidade dinâmica, constantemente alterada pela inter-relacionalidade e pela permanente espera da construção de novas relações.

Seguindo a literatura de referência, este estudo pretende realizar uma aproximação teórica que procure compreender o espaço urbano não apenas como produto da sociedade, mas também como condição e meio de realização de toda a dinâmica social.

## 2.2 TERRITÓRIO: O PODER ESPACIALIZADO

O debate acerca do território e da territorialidade, no seio da problemática urbana, vem sendo colocado em relevo pelos geógrafos. Corrêa (1995), por exemplo, destaca que enquanto categoria de análise da Geografia, o território tem se constituído como um dos seus conceitos-chave. Na mesma linha de pensamento, Haesbaert (2002) menciona que a retomada desse conceito, por autores de outras áreas do conhecimento, trouxe importantes contribuições ao debate e tem sido uma demonstração de sua relevância na atualidade. Para este autor, o território configura-se como uma mediação espacial do poder. (HAESBAERT, 2002; 2004).

Em consonância com essa linha de raciocínio, Souza (2013) destaca que em uma primeira aproximação, o território “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p.78). Assim, diante de tais definições, torna-se conveniente apresentar algumas concepções sobre o conceito de poder para que possamos avançar na compreensão do território enquanto categoria de análise da Geografia.

Buscaremos identificar algumas das diferentes abordagens sobre o poder, que podem servir como base teórica para explicações de diversos fenômenos que permeiam a *práxis* social, inclusive, o da prostituição, na tentativa de buscar perspectivas de se entender o que é, e como se manifestam as relações de poder.

Para tal, elencaremos brevemente diferentes abordagens em Max Weber, Hannah Arendt, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

O sociólogo Max Weber encontra-se na visão tradicional da teoria política<sup>17</sup>. Weber (1981) elaborou uma definição de poder que se tornou claramente hegemônica. Sociologicamente, segundo o autor, o Estado não se deixa definir por seus fins, e sim pelos seus meios. Para ele, todo Estado se funda na força, assim como todo agrupamento político.

Nesta perspectiva, a violência física é tida como um instrumento normal do poder. Este autor define o poder como a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio. Seu conceito parte de um modelo teleológico da ação, ou seja, um sujeito individual ou um grupo se propõe a um objetivo e escolhe os meios apropriados para realizá-lo. Para Weber, o sucesso da ação consiste em provocar no mundo um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto.

O poder, isto é, a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, pode assentar em diferentes motivos de acatamento: pode ser condicionado apenas pela situação de interesses, portanto, por considerações teleológico-rationais das vantagens e desvantagens por parte de quem obedece. Ou, além disso, mediante o simples “costume”, pela habituação monótona à ação tornada familiar; ou pode ser justificado pela tendência puramente afetiva, simplesmente pessoal do governado. (WEBER, 1981, p.03).

Desta forma, o sucesso depende do comportamento do outro sujeito, e, portanto, deve o sujeito deter meios que induzam no outro o comportamento desejado. Assim, é essa capacidade de disposição sobre os meios que permitem influenciar a vontade de outrem que Max Weber denomina como poder.

Divergindo radicalmente da visão weberiana, Hannah Arendt propõe outra forma de se conceber o poder. Na tentativa de romper com a imprecisa relação entre poder e violência, a autora trás para o debate uma nova variável, ou seja, a ação comunicativa, que se opõe diretamente a ação estratégica idealizada por Weber.

Para Hannah Arendt, o poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou de fazer algo, como unir-se a outros e atuar em concordância com eles. O fenômeno fundamental do poder não consiste na instrumentalização da vontade alheia para os próprios fins, mas na formação de uma vontade comum, numa

---

<sup>17</sup> Na visão tradicional, o Estado é o detentor exclusivo do poder coativo. Portanto, quando deliberamos sobre poder, falamos sem inibição de violência.

comunicação orientada para o entendimento recíproco (ARENDT, 2007). Portanto, o poder origina-se do fato de que os participantes orientam-se para o entendimento recíproco e não para o seu próprio sucesso.

Arendt, refletindo sobre a natureza do poder, já lamentara que esse conceito fosse, tão frequentemente, confundido ou indevidamente vinculado à violência, à força e também a dominação. Segundo a autora, expressando-se com clareza sobre um ponto que seria mais tarde, desenvolvido por Michel Foucault, o poder não é uma “*coisa*”, algo que possa ser estocado, pois “[...] ele não pode ser armazenado e mantido e reservado para casos de emergência, como os instrumentos de violência”, mas sim, ele (o poder) “só existe em sua efetivação”. (ARENDT, 2007, p.212).

Arendt destaca ainda, certas diferenças entre a força, o poder e a violência. Segundo a autora,

O poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam [...] O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em comum acordo. Assim, o poder jamais é propriedade de um indivíduo e, portanto, pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. (ARENDT, 2007, p. 212).

Por sua vez, a violência distingue-se por seu caráter instrumental. A violência sempre é dado destruir o poder, assim, para a autora, o que jamais poderá florescer da violência é o poder. Arendt enfatiza que o poder e a violência se opõem, portanto, “onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”. (ARENDT, 1985, p.29).

Em síntese, Arendt apresenta uma visão otimista do poder, explicando que sua característica essencial é a não coerção e muito menos a repressão violenta, mas sim, certo grau de entendimento mútuo, fonte da verdadeira legitimidade do seu exercício.

Dialogando com esta autora, Souza (2013) enfatiza que aquilo que ela chamou de poder em estado puro sem o concurso da violência como coadjuvante e pautado em uma ampla aceitação da legitimidade de uma demanda ou ação, é algo fundado sobre o entendimento, dialogicamente, portanto algo perfeitamente compatível com a autonomia (liberdade) de coletividades e indivíduos.

Já Habermas (1987) considera que o pensamento de Hannah Arendt trafega entre dois pontos, poder e violência. Eis, portanto, um pensamento dicotômico, que exclui de sua análise uns sem-números de relações sociais que permeiam o mundo

político, que não são caracterizadas pelo consentimento ou pela violência, e sim pela luta em torno de interesses conflitantes. Segundo Habermas, o poder não pode ser considerado apenas em seus aspectos comunicativos, assim como também não pode ser pensado apenas como resultante de uma ação estratégica. (HABERMAS, 1987).

Souza (2013) destaca, por meio das contribuições de Habermas (1987), que “a dialogicidade (defendida por Arendt) não exclui de todo o engodo, a mentira, a falta de sinceridade, a mistificação e a manipulação retórica, pois não estaremos jamais diante de anjos ou santos, nem mesmo em uma sociedade basicamente autônoma.” (SOUZA, 2013, p.85).

Foucault (1979) e Bourdieu (2010) também possuem concepções de aplicação diferentes, entretanto, partilham do mesmo núcleo ao afastar a noção de poder do eixo tradicional. Assim, o conceito de poder não se restringe a ideia de repressão e de lei tornando-se emancipatório, relacionando-se a condição de liberdade. Foucault acreditava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder. O poder em Foucault reprime, mas também produz efeitos do saber e da verdade.

Foucault percebe o poder enquanto produtividade, produto do conhecimento. Afasta-se, portanto das compreensões ideológicas, aproximando-se da concepção do saber. O que esta na base do poder são os instrumentos de formação e acúmulo de saber. Segundo ele:

[...] somos submetidos pelo poder a produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. E nesse sentido são os discursos verdadeiros que julgam, condenam, classificam, obrigam e coagem. Nesse sentido, a prática discursiva introduz qualquer coisa no jogo do verdadeiro e do falso constituindo-se como objeto para o pensamento. (FOUCAULT, 1995, s.p).

Em sua análise Foucault defende a tese de que não podemos considerar a existência de um metaconceito chamado poder, localizado em algum lugar ou emanado de alguma situação, mas se coloca como uma feição heterogênea e em transformação. Portanto, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1988, p.10). Portanto, a ideia de poder em Foucault é bem diferente da visão tradicional, segundo a qual o poder se apresentava como uma realidade única, estática e soberana.

O discurso sobre o poder como uma coisa única, alojado em um núcleo central de onde ele tudo controla, não conduz as pessoas a um verdadeiro conhecimento

sobre este instrumento de nossas relações. Foucault parte de uma abordagem histórica, lançando mão de termos como “Poder disciplinar” e “Biopoder”<sup>18</sup>.

De acordo com Raffestin (1993), Foucault fez uma série de proposições sobre o poder. Elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a sua natureza. Assim, o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993).

Assim, Raffestin (1993) alicerçado em Foucault (1979), infere que toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade, sendo que a intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações.

Ressalta-se que Foucault não buscou apresentar uma teoria do poder, mas apontou caminhos para identificar de que forma os sujeitos atuam sobre os outros sujeitos. Enquanto na teoria política tradicional se atribui ao Estado o monopólio do poder, em Foucault nota-se a existência de uma espécie de rede de microfísica do poder articulado ao Estado, que atravessa toda a estrutura social.

É importante estarmos atentos ao fato de que Foucault não nega a importância do Estado, mas demonstra que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e está presente por toda a sociedade, estando dissolvida por todo o tecido social. Para ele o poder é uma prática social constituída historicamente. São formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Constata o autor, que o poder está por toda parte e provoca ações e uma relação flutuante, não estando em uma instituição nem em ninguém. O poder em Foucault (1979) é um conjunto de relações que produz assimetrias e age de forma permanente.

---

<sup>18</sup> Enquanto o poder disciplinar teve papel fundamental levando-se em conta o foco sobre o corpo do indivíduo; o biopoder dirigirá seus cuidados aos fenômenos ligados à população, à espécie humana vista como conjunto. O intuito desse cuidado é caracterizado pela pretensão de regulação não mais do gesto que o corpo do indivíduo deve produzir, mas sobre questões de vida das populações, enfim, aos fenômenos coletivos mais relevantes para assegurar a existência, a manutenção, a saúde desse corpo social. Isso não significa, contudo, uma substituição ou desativação do poder disciplinar.

Em suma, para Foucault, o poder não existe, o que existe são as relações de poder. No seu entender, o poder é uma realidade dinâmica que ajuda o ser humano a manifestar sua liberdade com responsabilidade. Ele acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade. A noção de poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido em sua versão, pois tal visão somente servia para alimentar uma concepção negativa do poder.

Assim como Foucault, Bourdieu fez de sua vida acadêmica e intelectual uma arma política, profundamente comprometida com a denúncia dos mecanismos de dominação em uma sociedade injusta. Para ele, os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre nós (sociedade e indivíduos) numa complexa relação de interdependência, ou seja, a posição social ou o poder que detemos na sociedade não dependem apenas do volume de dinheiro que acumulamos ou de uma situação de prestígio que desfrutamos, por possuir escolaridade ou qualquer outra particularidade de destaque, mas está na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

É possível afirmar que Bourdieu tem uma concepção relacional e sistêmica do social. A estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas como pelas relações simbólicas (*status*) e/ou culturais entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um de nós.

Por recursos ou poderes, Bourdieu (2010) entende mais especificamente o “capital econômico” (renda, salários, imóveis), o “capital cultural” (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o “capital social” (relações sociais que podem ser revertidas em capital) e por fim, mas não por ordem de importância, o “capital simbólico” (o que vulgarmente chamamos prestígio e/ou honra).

Para Bourdieu (1997) as relações de poder vão para além de performances e discursos. Divergindo parcialmente de Foucault, o autor alerta que o discurso não só não provoca a ação como não a explica como nem sequer explica a si próprio. Busca, portanto, no campo das divergências de interesses entre indivíduos o princípio explicativo daquilo que acontece no campo das possibilidades estratégicas.

Bourdieu (2004; 2010) expõe o conceito de poder simbólico, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que



lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O autor defende uma abordagem que transcende a dicotomia entre o interno e o externo, entre o saber e o poder. Abarca o agente tanto quanto a estrutura, o discurso e a ação, respeitando não só suas lógicas diferentes como também antagonistas. Bourdieu (2004, s.p.) tem como base de seu conceito de poder a construção do conceito de campo e *habitus*<sup>19</sup> que se constituem respectivamente de uma estrutura social e de esquemas de percepção, pensamento e ação. O poder opera no campo, portanto, através da violência simbólica, culminando num processo de reprodução social entre dominantes e dominados.

O autor considera que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do capital material ou simbólico acumulado pelos agentes. Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento cumprem sua função política de imposição e de legitimação da dominação de um grupo sobre o outro, agindo como uma forma de violência simbólica.

Diante do exposto sobre as diferentes abordagens no que tange as relações de poder, retomamos as concepções de Haesbaert e Souza, de que o território remete à conjunção dos conceitos de espaço e poder. Para Souza, a questão primordial, em se tratando do conceito de território e sua aplicação, é a seguinte: “quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 1995, p.78-9). O autor esclarece que governo não é sinônimo de governo estatal, e que mesmo em uma sociedade não heterônoma existirá algum tipo de governo (autogoverno), e influências serão exercidas em contextos informais e também formalmente deliberativos, por alguns indivíduos sobre outros.

Souza (2013) destaca que, via de regra, até mesmo fora de um contexto radicalmente democrático e dialógico, há que se buscar o componente de consentimento no exercício do poder e, por extensão, no exercício do controle sobre um espaço. Souza também esclarece que não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis.

---

<sup>19</sup> Assim, a posição de privilégio ou não-privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de *um ou mais* capitais adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. O conjunto desses capitais seria compreendido a partir de um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado por ele *habitus*.

Diante deste cenário, cabe a pergunta: por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele? Souza (2013) explica que as motivações sempre estarão de algum modo, conectadas ao substrato espacial material e, eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos as formas espaciais.

O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão; podem ter a ver com o que se produz ou quem produz no espaço considerado; podem ter ligação com o valor estratégico-militar daquele espaço específico; e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (SOUZA, 2013, p.88).

Todavia, o autor enfatiza que o conceito de território, é definido em primeiro lugar, pelo poder, ou seja, o que determina o perfil do conceito é a dimensão política das relações sociais, enfatizando que diversamente do substrato espacial, os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim, “campos de forças” (SOUZA, 1995, p.97), que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas.

Confundir, menos ou mais conscientemente, território e substrato espacial material equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem. (SOUZA, 2013, p. 90).

Ainda sobre a relevância de reconhecermos a distinção entre território e substrato espacial Souza nos ensina que,

[...] se o exercício do poder, e com ele o desejo ou necessidade de defender ou conquistar territórios, tem a ver com um acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade, é evidente que a materialidade jamais poderia ser desimportante. O fato de se admitir que o território, na qualidade de uma projeção espacial de relações de poder, não deve ser confundido com o substrato não quer dizer, de jeito nenhum, que seja possível compreender e, mais ainda, investigar territórios concretos sem que o substrato espacial material do espaço social seja devidamente considerado. (SOUZA, 2013, p.95).

A comparação de um território com um campo de força aparece, então, como uma analogia bastante razoável, pois ao mesmo tempo em que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou em outras palavras, a uma das

formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso, ou seja, uma relação social tornada espaço. (SOUZA, 1995; 2013).

Na mesma linha de raciocínio, consideramos os territórios como espaços de ação e poder (poder relacional entendido como a capacidade de decidir sobre determinada área), onde seu exercício se faz pelo conteúdo do espaço (transformado em território). São necessários, pois constantes esforços (demonstração e utilização de poder) no sentido de manter o território pelo grupo que detém o poder.

Haesbaert (2002) alerta que no entrecruzamento contemporâneo de múltiplas vertentes teóricas, questiona-se cada vez mais a dicotomia material/ideal, e o território é entendido como envolvendo ao mesmo tempo a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” (HAESBAERT, 2002, p.14). O mesmo autor esclarece que na concepção original de base econômica, o território é entendido como área “defendida” em função da disponibilidade de recursos indispensáveis à reprodução social de certo grupo.

Já nas perspectivas idealistas, que tiveram múltiplas contribuições da Antropologia, o território é entendido como um signo cujo significado só é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais ele se inscreve. Trata-se assim de um território “socializado e culturalizado” (HAESBAERT, 2002, p.15), que se interpõem como significado entre o homem e o seu meio natural.

Após explorar essas tendências parciais e fragmentadas do território, Haesbaert aponta a possibilidade de uma perspectiva integradora entre as diversas dimensões, e do território vir assumir o papel de conceito integrador da Geografia. Existiriam, então, duas possibilidades: ou se admite a existência de vários tipos de territórios coexistindo no mundo contemporâneo, cada um constituído conforme sua dinâmica própria de controle e/ou apropriação do espaço, ou se trabalha com a ideia da construção do território numa perspectiva integradora/totalizante. Dessa forma, o território poderia ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações político-econômicas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural. (HAESBAERT, 2002).

Sendo o território uma mediação espacial do poder, Haesbaert recorre à distinção entre dominação e apropriação do espaço, estabelecida por Henri Lefebvre

(2006). Logo, o território desdobra-se num *continuum* que vai da dominação político-econômica mais funcional à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”.

Diante deste cenário, territorializar significa criar mediações espaciais que proporcionam poder (multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e/ou de apropriação) sobre a reprodução dos indivíduos e grupos sociais (HAESBAERT, 2002). O território pode ser então concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, não sendo possível conceber territórios puros (HAESBAERT, 2002).

Em concordância com Haesbaert, Saquet (2003) destaca que uma questão fundamental nesta reflexão é reconhecer as interfaces e as interligações existentes entre as diferentes dimensões do território. O processo de apropriação do território é econômico, político e cultural, no qual, a natureza exterior ao homem está presente e é influente. O território é então o resultado e a condição desta articulação e unidade.

Por isso, há posições/abordagens múltiplas, que tentam contemplar as relações entre as diferentes dimensões sociais do território, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos como em Raffestin (1993) e Saquet (2003/2001), ora econômicos e culturais como em Raffestin (1984), ora culturais e políticos como em Haesbaert (1997). De acordo com Saquet (2003) as diferentes dimensões *são e estão* relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta combinação e unidade se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada concepção feita isoladamente, o que remete a dicotomização na abordagem geográfica.

Para Saquet (2001;2003;2004) o território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais.

Conforme Silva (2011), as relações de poder são limitadas espacialmente, tanto no sentido da dominação, quanto da resistência do dominado. “Assim, território implica a existência de fronteira, mesmo que essa não seja demarcada e exista apenas como uma referência rarefeita e/ou imaginária” (SILVA, 2011, p.22). Do mesmo modo para Raffestin (1993) e Sack (1986), o território implica a noção de limite, mesmo que esse não seja traçado, mesmo que esse seja simbólico. Este limite é uma limitação para a atuação do poder territorial, como também para o controle

imposto sobre determinada área e sobre o que está dentro dos seus limites e/ou fora deles.

Partindo desses aspectos, esboçam-se três processos principais que permitem diferenciar o território do espaço, mas nunca separá-los<sup>20</sup>. Em síntese, o território se diferencia do espaço por explicitar alguns elementos que não se revelam no espaço de modo detalhado, quais sejam, as relações de poder, a construção de identidades, e “o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização<sup>21</sup>”. (SAQUET, 2009, p. 82).

Diante do exposto, é preciso salientar que nenhum conceito oferece resposta para todos os fenômenos. No entanto, para este estudo, ao nos depararmos com o fenômeno da prostituição de rua no centro de Curitiba, entendemos o território como uma construção social a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (HAESBAERT, 2002; 2004). Esta abordagem vai ao encontro daquela defendida por Souza (1995, 2013) e Saquet (2001, 2003, 2004) ao considerarem o território, prioritariamente, como um conjunto de relações sociais, um campo de forças do poder espacializado.

Diante desse panorama, considera-se de vital importância pensar os conceitos de espaço e território de forma articulada. Concordamos com Haesbaert (2009) ao inferir que:

Talvez pudéssemos afirmar, de maneira mais simples, que assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade, o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na “dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (HAESBAERT, 2009, p. v.).

Torna-se premente, portanto, realizar uma abordagem que considere os territórios e suas conflitualidades sem secundarizar ou suprimir a perspectiva da produção do espaço como reunião e legitimidade da multiplicidade dos territórios.

---

<sup>20</sup> Para Haesbaert (2009), ainda que espaço e território sejam distintos, eles não podem jamais ser separados, na medida em que sem espaço não há território. Nessa abordagem, ao território caberia um foco na espacialidade das relações de poder.

<sup>21</sup> Uma contribuição fundamental de Claude Raffestin (1984), e realçada por Saquet diz respeito ao que se denomina de processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). O processo de TDR gera um espaço temporalizado em razão de informações que circulam e se comunicam. A territorialização, para Raffestin (1984), é um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações, substantivando uma abordagem relacional e transescalar do território.

Destarte os conceitos de espaço e território, procuramos trazer alguns elementos que reforçam a ideia de que, pelo método geográfico, não podemos abrir mão de nenhum desses conceitos, pois ainda que eles necessariamente se diferenciem, entre outros aspectos, mais do que concorrentes e excludentes entre si, conformam suas potências explicativas através de aproximações e interseções, na simultânea representação e produção do mundo.

Diante dessa conjuntura, concorda-se com Haesbaert (2009) ao afirmar que uma das questões centrais na discussão teórica da Geografia refere-se ao nível de abrangência de um conceito diante da construção de outros, ou à elaboração conceitual frente a uma constelação de conceitos.

### 2.2.1 Territorialidade e prostituição de rua

Quando mencionamos a existência de territórios no centro de Curitiba, remetemos a frações do urbano, explícita ou implicitamente demarcadas e controladas por determinadas ações, que por sua vez são produtos da correlação de forças ou diferenças que se estabelecem para com o outro. Pretendemos agora, mostrar como a existência de territorialidades urbanas permite que a organização do espaço se coloque como condição e meio para a dinâmica das relações sociais.

Hall (2006) argumenta que no mundo atual, os indivíduos não estão atrelados apenas a uma identidade homogênea, mas os sujeitos apresentam diversas identidades conforme a necessidade exige:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006, p. 13).

Segundo Hall (2006), todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico, entretanto, apesar da identidade ser relativa, ela está muito atrelada ao seu território. Cavalcanti e Elias (2011) colaboram com esta discussão afirmando que:

Apropriação é um processo psicossocial central na interação do sujeito com o seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu. Ao imprimir marcas e alterações visíveis, o sujeito cria um aqui no qual dispõe seus pertences e que vai lhes servir de referência, permitindo-lhe orientar-se e preservar sua identidade. (CAVALCANTI e ELIAS, 2011, p.63).

Haesbaert (2002) fez uma observação interessante à identidade metropolitana e mostra o quanto é complexa a convivência entre os indivíduos no meio urbano:

Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe, onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana, mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados. (HAESBAERT, 2002. p.94).

Partimos do pressuposto geral de que toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. Se toda a identidade territorial é obviamente, uma identidade social, nem toda identidade social, toma, obrigatoriamente, como uma de suas referências centrais, o território. (HAESBAERT, 1999, p.172).

Ainda segundo o mesmo autor, todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no campo, tecendo seu laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais.

Para nós, o fundamental é discutir a variabilidade e a conjunção desta dinâmica identitária espacial no contexto da modernidade. Assim, se os diferentes grupos (e/ou classes) sociais que formam o tecido da metrópole necessitam de um território como base de afirmação, como isto acontece nesta realidade de permanente mudança? (HAESBAERT 2002, p.93).

De acordo com o autor, cada grupo se faz seguindo seus signos de referência, que são, ao mesmo tempo, excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais e determinados códigos urbanos. Nem só em guetos, portanto, cria-se a segmentação. Mesmo que dispersos em determinada área geográfica e sem a conotação explícita da segregação, podem-se formar grupos identitários na metrópole “[...] vivendo sob determinados signos como o vestuário, o código verbal, as aspirações sociais etc. (HAESBAERT 2002 p.94-5).

Neste contexto, salientamos que para Sack (1986) a delimitação de um espaço por um grupo, se torna um território quando alguma autoridade a usa para

influenciar, moldar ou controlar atividades e indivíduos, sendo que esta autoridade pode estar fora do território. A territorialidade é definida por este autor como uma tentativa individual ou de grupo, "de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando o controle sobre uma área geográfica" (SACK, 1986, p. 19). Portanto, a territorialidade é uma estratégia de estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações.

Haesbaert (2012), ao analisar os resultados de pesquisas de Sack (1986), esboça a ideia de que, pela territorialidade, como prática de poder, o território torna-se um instrumento de poder, em termos de padronização (no âmbito de suas características internas) e de classificação (para com outros territórios). Nesse sentido, todos os que habitam o território tendem a ser vistos como "iguais", tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.

Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2002).

Raffestin, por sua vez, considera que a territorialidade é:

[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Já Soja (1971) explica que a territorialidade dos grupos humanos pode ser estruturada por três elementos: um sentido de identidade espacial, um sentido de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço. Do ponto de vista territorial, a noção de controle social se estabelece em torno da noção de controle disciplinar do espaço ou da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1977; 1979) ou, ainda, da sociedade de controle. (DELEUZE, 1992).

Do ponto de vista do controle social, seu exercício se dá, sobretudo, pelo emprego de determinados mecanismos (informacionais, normados, simbólico-



representacionais, etc.) que podem ser combinados, objetivando garantir os efeitos que, deles, se esperam.

Como mecanismo de padronização e de classificação, as territorialidades tendem a cindir os territórios na perspectiva de separar aqueles que são iguais, do ponto de vista socioeconômico e cultural, daqueles que são diferentes. As territorialidades, nesse sentido, podem contribuir com o processo de reprodução do idêntico (do ponto de vista dos sujeitos e grupos sociais), bem como, no âmbito da repetição de estilos, padrões e comportamentos.

Por meio delas, podem-se firmar relações de pertencimento e reconhecimentos que potencializem a perspectiva de uma sociabilidade segmentada, nos termos estabelecidos por Sobarzo (2004), nessas frações que compõe o espaço.

As territorialidades se expressam, portanto, a partir das práticas espaciais (dos diferentes sujeitos e grupos sociais) que se efetivam durante o uso do território e, de um modo geral, corroboram, em maior ou menor grau (de acordo com o impacto socioespacial ocasionado por essas práticas), com o processo de produção do território.

Na escala geográfica dos territórios da prostituição de rua, as ações de territorialização, muitas vezes, se concretizam em uma escala temporal de curta ou curtíssima duração e são sempre marcadas pela instabilidade, e não raro pelo confronto com o aparelho de Estado ou com outros segmentos da própria sociedade.

Cada grupo de prostituição segrega seu próprio território, defendendo-o, algumas vezes, da ameaça de invasão de outros tipos de mercadores do sexo e de outros atores sociais. Nessas áreas, a dimensão espacial e o controle territorial são peças chaves para se obter poder (RIBEIRO e MATTOS, 1996). Isso porque a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade. (RAFFESTIN, 1993).

Os territórios as quais estamos nos referindo, são composto basicamente por bancos de praças, marquises e principalmente pelas calçadas, que é por onde transitam prostitutas e prostitutos. Souza (1995) salienta que são através desses movimentos que se delimitam os espaços de cada grupo. No entanto, esses territórios possuem pontos específicos de ação, como cinemas, mictórios, postos de gasolina, bares e principalmente hotéis de alta rotatividade o que corresponde, segundo o autor, a um processo de especialização territorial.

O autor esclarece que os territórios da prostituição de rua apresentam um processo de expansão e contração. Tais territórios têm a propriedade de ser elásticos, pois ora se expandem, ora se contraem, ocupando uma determinada porção de um espaço público. Na verdade, os territórios da prostituição são flutuantes, móveis e cíclicos - os limites tendem a ser instáveis, com as áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças. O caráter cíclico deste tipo de territorialização apresenta uma alternância habitual dos usos (conteúdos) diurno e/ou noturno dos mesmos espaços.

Franco da Silva (2011) enfatiza que os territórios da prostituição constituem formas multifacetadas e imbricadas de relações sociais que se apresentam no interior de diversos territórios constitutivos da sociedade em geral. O autor destaca que são sempre territórios em tensão com outras territorialidades. E ainda,

[...] Apesar de toda tentativa de adestramento, regulação e normatização do prazer e do desejo sexual, a prostituição se reinventa num movimento que caminha junto com as transformações do modo de produção sem deixar de ser prostituição. São territórios em perpétuo desarranjo e disjunção, apesar de uma certa ordem interna imposta pelas diversas territorialidades constitutivas da prática sexual. Isso porque os territórios da prostituição apresentam alguns princípios que ultrapassam as ideologias de controle social que impõe uma moral norteadora e mutiladora de corpos de modo a adestra-los a certos códigos de conduta. (FRANCO DA SILVA, 2011, p. 09).

O autor supracitado esclarece que um desses princípios é o fato de a sexualidade não ser autônoma das demais instâncias da vida e vice-versa. Entretanto, há conflitos e relações de poder assimétricas. Os territórios da prostituição são também da resistência. “Se a resistência já é uma forma de poder, conforme assinala Foucault, estamos diante de micropoderes territoriais da prostituição, que revelam relações de poder sobre o signo da estigmatização dos códigos morais da sociedade”. (FRANCO DA SILVA, 2011, p. 09).

### 2.2.2 Algumas abordagens sobre territorialidades da prostituição no Brasil

Mencionaremos a partir de agora, alguns trabalhos de grande valia sobre o fenômeno da prostituição em centros urbanos do país.

Em estudo realizado nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, Ribeiro e Mattos (1996) esclarecem que a prostituição se difundiu em função do próprio crescimento da capital, pois essa atividade aparece em subcentros densamente povoados da metrópole como Madureira, Campo Grande e Copacabana. Neste último, a prostituição está associada ao turismo que tem importante papel nesse bairro carioca.

Em se tratando da área central da capital fluminense, os espaços públicos ocupados pela prostituição, segundo Ribeiro e Mattos (1996), estão diretamente associados à clientela local. No referido estudo, são identificados e analisados os territórios de prostitutas, michês e travestis. Ressaltamos que esta obra foi de grande importância para esta pesquisa, pois serviu de incentivo para que trabalhássemos com diferentes segmentos da prostituição de rua no centro de Curitiba.

Em São Paulo, Eduardo Yázigi (1997) em “O Mundo das Calçadas”, mostra sua preocupação com o planejamento urbano que teria que ser voltado para a humanização da cidade. Para tanto, segundo o autor, seria necessário enfocar os aspectos mais envolventes que acontecem em meio a nossa circulação pelas ruas. Sobre a temática de nossa pesquisa, verificamos que ao refletir sobre a prostituição no capítulo intitulado “degradados de Eva”, Yázigi discorre sobre a atuação de prostitutas, michês e travestis. O autor lamenta, em relação às prostitutas, que “a falta de perspectivas de trabalho impede uma real política de reconquista para o trabalho normal”. Concordando com a crítica tecida por Fraya (2002) sobre a referida obra, consideramos que um diálogo mais intenso com as ciências sociais teria sido pertinente para evitar que temas importantes que também envolvem o mundo das calçadas, fossem contaminados com juízos de valor involuntários.

Já Cláudia Fonseca (1996) estudou a prostituição exercida em praças por mulheres mais velhas em Porto Alegre. Outros autores estudaram a distinção entre a prostituição na rua e a praticada em bordéis, caso de Renan S. Freitas (1985). Elisiane Pasini (2005) e Soraya Simões (2010) expandem essa abordagem ao tratar com minúcia o mercado do sexo na Vila Mimosa, Rio de Janeiro. Nesse contexto não

se trata apenas da prostituta, mas de analisar um mercado bastante amplo: o mercado imobiliário, os taxistas, os donos e funcionários de bares, os cabeleiros, as manicures, etc., que compõem um circuito de trocas que gravitam em torno do negócio e da moralidade da prostituição.

Outra obra de referência sobre a prostituição na Vila Mimosa é o livro *Mulheres da Vila* de Aparecida Fonseca Moraes (1995) ao tratar com riqueza de detalhes a identidade social das prostitutas e o fortalecimento de seus movimentos associativos.

A prostituição no Rio de Janeiro também está presente no texto de Maria Dulce Gaspar (1985). Inspirada no interacionismo simbólico, a autora pensa sobre a criação da identidade das prostitutas em Copacabana. Já Lima (2010) estudou o fenômeno da prostituição na região metropolitana de Belém. Este estudo aborda as territorialidades, e consequentemente os territórios, configurados nesta área por dois segmentos da prostituição: o das prostitutas e o das travestis. O trabalho segue um delineamento, inicialmente de cunho teórico, onde se enfatiza o espaço urbano como um espaço passível de leituras de diversos ângulos, sendo possível a identificação de territórios diversos.

Margareth Rago em “Prazeres da Noite” contribui para o entendimento das relações cotidianas que se estabeleceram entre as prostitutas na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Nestór Perlongher, por sua vez, pesquisou sobre a prostituição dos garotos de programa (michês) em São Paulo em 1986. Além de destacar a ideia de identidade entre os profissionais do sexo, também justapôs a ideia de territorialidade, pois notou que, ao se propor trabalhar com os espaços de prostituição, não se pode deixar de verificar a relação desses profissionais com o território e suas práticas desenvolvidas para adquirir o controle espacial.

Perlongher serviu de base para Jean Alcântara (2009), que contribuiu com o temário ao analisar o território dos michês na região central de Manaus. Sua pesquisa buscou entender a relação que esses profissionais do sexo possuem com os seus territórios, seja em espaços públicos ou privados. Para o autor, os ambientes de prostituição permitem compreender a realidade dos michês e a organização dos microterritórios em áreas urbanas, fomentando novos debates a respeito do território e da territorialidade. Com base nas indicações dos próprios michês, Alcântara (2009) elaborou uma representação cartográfica buscando mostrar os diversos territórios de prostituição no centro de Manaus.

Já em tese defendida em Porto Alegre, Benhur Pinós da Costa (2007) promoveu uma reflexão sobre a geografia do cotidiano, o território e o homoerotismo na cidade. O autor entende o espaço social como condição da relação dialética entre ordem e desvio na modernidade. Embora o referido estudo não esteja focado, diretamente na prostituição de rua, o autor contribui com o tema ao procurar entender as microterritorializações urbanas ao enfatizar a existência de agregados sociais vinculados a condição homossexual na cidade.

Já sobre Florianópolis, registra-se o artigo de Silva e Alves Neto (1997), cujo foco foi à prostituição feminina tanto nas áreas públicas como privadas do centro da cidade. A pesquisa aborda diferentes categorias de prostituição e consequentemente, os diversos locais de seu exercício, tais como: rua, casas de massagem, nightclub e internet. Em específico sobre a prostituição de rua, os autores mencionam que a localização dos pontos está ligada a outras estruturas presentes no local, como hotéis para o atendimento a clientes, agências de garotas de programa e também por casas noturnas que promovem shows eróticos.

No que tange, especificamente, a prostituição travesti, não se pode deixar de mencionar a rica contribuição de Márcio José Ornat (2008a e 2011). Para o autor, o território da prostituição travesti tem como um de seus elementos estruturantes a comunicação, tanto entre travestis, como entre travestis e clientes, policiais, moradores e demais grupos sociais. Seus estudos sobre a temática, trazem a análise de territórios da prostituição de rua em Ponta Grossa (PR) e culminam com sua tese sobre a rede de prostituição travesti no sul do Brasil.

Já Larissa Pelúcio (2005; 2009), ao tratar das travestis, na cidade de São Carlos (SP) faz uma discussão sobre o que é permitido fazer e o que não é recomendado nas suas inter-relações, ou seja, nos seus códigos morais internos. Em estudo realizado sobre a prostituição a autora menciona que ao longo de sua pesquisa deparou-se com os afetos, as disputas, as demarcações territoriais e as relações amorosas e comerciais que compõem as sociabilidades que se estabelecem no território da prostituição travesti.

Outro estudo que enfatiza a prostituição travesti é o de Pimentel e Babosa (2010) ao analisar o bairro da Glória, Zona Sul do município do Rio de Janeiro. O referido estudo permite abordar a questão da identidade na pós-modernidade e os conflitos na sociedade contemporânea. Segundo os autores, a construção de um

espaço pela prostituição de travestis revela que o reconhecimento da identidade torna-se a espinha dorsal de um processo de territorialização.

O recente livro “Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial” organizado por Maria das Graças Nascimento Silva e por Joseli Maria Silva (2014), também contribui de forma significativa para a compreensão de territórios que se colocam como espaços de resistência frente à sociedade heteronormativa. O referido livro reúne pesquisas de diversos autores nacionais e internacionais que enriquecem os estudos sobre geografia, gênero e relações de poder.

Outra obra de destaque é “Território, Sexo e Prazer” de Miguel Ângelo Ribeiro e Rafael de Oliveira (2011). A obra é constituída por dez artigos resultantes de pesquisas desenvolvidas na Geografia brasileira em um período compreendido entre o final dos anos 90 e 2011. Tais artigos articulam o conceito de território com a prática da prostituição e suas manifestações no urbano. A referida obra amplia o debate acerca da geografia da prostituição e, ao mesmo tempo, abre uma janela para novos recortes interpretativos da realidade no seu devir e confrontação de interesses e desejos na sociedade atual.

Sobre Curitiba, o recente e elucidativo estudo de Nayara Aguiar (2016) proporciona uma viagem no tempo ao investigar o meretrício no centro da cidade entre 1920 e 1930 por meio de pesquisas documentais e fontes jornalísticas da época. Anni Hiram (2015) por sua vez, ao tratar sobre a identidade transexual na cidade, contribui com o temário, na medida em que apresenta a prostituição de rua como possibilidade de trabalho para o grupo de transexuais.

Consideramos que esses trabalhos, em virtude de suas complexidades e heterogeneidades, reforçam nesta pesquisa, a premissa apontada por Cardoso (2009) de que os estudos das cidades contemporâneas precisam encarar a metrópole como uma linguagem, ou seja, uma inscrição territorial a ser lida e interpretada tendo como foco as transformações ocorridas no processo, sempre permanente e contraditório, de apropriação, dominação e uso do espaço.

Diante deste cenário, neste estudo, espaços públicos de uso livre e comum situados na região central de Curitiba, são analisados por meio da atuação de diferentes segmentos da prostituição de rua. Esperamos que esta pesquisa possa trazer aportes para incentivar ainda mais o desenvolvimento de novas investigações sobre o temário e que também possa fomentar e contribuir com lutas que resultem na superação de desigualdades, discriminações e conflitos socioterritoriais.

### 3. EXPOSIÇÃO METODOLÓGICA: EXPLORANDO OS TERRITÓRIOS

#### 3.1 A ABORDAGEM QUALITATIVA

A dificuldade em encontrar um método e técnicas para a Geografia Humana é um desafio para quem trabalha com o social devido à dinâmica e a velocidade de transformações que o espaço social sofre. Concomitante a isto, estudos recentes tem se preocupado com aspectos metodológicos e éticos de pesquisas que envolvem seres humanos, em especial, aqueles pertencentes a grupos minoritários e marginalizados como é o caso deste estudo.

Para Chizzotti (2006), a pesquisa é uma teoria articulada que contém princípios, fundamentos lógicos e epistemológicos que sustentam a análise da realidade e que têm alcance e valor esclarecedor. Para o autor, este processo, designado de pesquisa, genericamente pode-se definir como um esforço durável de observações, análises e sínteses para descobrir possibilidades, assim transformando-se em produto histórico.

Já Alves (2008), argumenta que a questão metodológica é um ponto crucial no desenvolvimento de uma pesquisa, pois é ela que dá suporte e ordem na execução do trabalho. “[...] O método é um instrumento organizado que procura atingir resultados estando diretamente ligado a teoria que o fundamenta”. (ALVES, 2008, p.229). Para Japiassú e Marcondes (1990, p.181) o método “[...] é um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado”. Por sua vez, Lalande (1999, p.678) o conceitua como “[...] caminho pelo qual se chegou a determinado resultado”.

Deste modo, uma pesquisa pressupõe uma metodologia e também pressupostos metodológicos. Assim, toda pesquisa explicita uma concepção e o pesquisador assume uma concepção da realidade. Com isso, o instrumento necessário para se atingir o conhecimento deve estar nos meios de se coletar as informações vividas pelos atores humanos e qualquer paradigma deve então recorrer à intuição humana e a uma inferência interpretativa. Concordamos com Morin (2005) de que “[...] o método só pode se construir durante a pesquisa [...]”, (MORIN, 2005, p.36), em outras palavras, é o método que deve se ajustar ao fenômeno e não o contrário.

Diante dessas premissas, no decorrer da investigação, optamos pela abordagem qualitativa. Ramires e Pessoa (2009) ressaltam que esta abordagem é

apropriada quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende, necessariamente, à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Argumenta Chizzotti, (2006), que para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Para Leite (2008, p. 100), os métodos qualitativos são representados por trabalhos que não necessitam de ferramentas estatísticas<sup>22</sup>. Os tipos de pesquisas qualitativas mais comuns são decorrentes de pesquisas teóricas, pesquisas exploratórias documentais e outras que possuam caráter de investigação lógica ou histórica.

Ao falar sobre a importância da pesquisa qualitativa, Godoy (1995) mostra que ela ocupa um lugar significativo entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. Desse modo, por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar “[...] o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises”. (MATOS; PESSÔA, 2009, p.282).

De acordo com Cicourel (1964 apud CHIZZOTTI, 2006, p.228), os pesquisadores qualitativos “[...] contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais, declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social”.

No desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa são importantes a delimitação temporal e espacial. O recorte espacial refere-se “aos limites do espaço a ser estudado e onde se localiza o tema selecionado [...]”. O recorte temporal refere-se ao momento do tempo no qual situa-se nosso tema espacialmente recortado.”

---

<sup>22</sup> Chizzotti (2006) destaca que, impropriamente, usa-se a designação de pesquisa leve, o qual é realizada no convívio com pessoas e fatos, opondo-se às ciências que se auto-denominam de árduas (*hard*), estas realizadas nas clausuras laboratoriais e com exegeses estatísticas. O debate qualitativo *versus* quantitativo revigora, de um lado, a contestação do modelo único de pesquisa, a crítica à hegemonia dos pressupostos experimentais, ao absolutismo da mensuração e à cristalização das pesquisas sociais em um modelo determinista, causal e hipotético dedutivo: adensam-se as críticas aos pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do modelo convencional, reconhecendo-se a relevância do sujeito, dos valores dos significados e intenções da pesquisa, afirmando a interdependência entre a teoria e a prática, a importância da invenção criadora, do contexto dos dados e da inclusão da voz dos atores sociais.



(CORRÊA, 2003, p.11-12). Desse modo, na pesquisa qualitativa é importante a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórico metodológica para decifrar os fenômenos.

Martins (2004) destaca que tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

[...] Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. Outra característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. (MARTINS, 2004, p.192).

Levamos em consideração ainda as contribuições de Harding (1993), ao discorrer sobre a importância de o pesquisador situar-se no seu campo de pesquisa problematizando sua posição de sujeito em relação aos seus pesquisados através de uma reflexividade permanente. A autora enfatiza que todas as tentativas de conhecimento são socialmente situadas e que a posição dos indivíduos subordinados são mais aptas que outras como ponto de partida, porque geram iluminadas questões críticas que não emergem do pensamento que deriva das vidas dos grupos dominantes.

Harding (1993) aponta ainda que as pesquisas tradicionais, com grupos marginalizados mantêm uma mentalidade colonizadora que constrói o outro com seu olhar hierarquizado e muitas vezes preconceituoso, negando qualquer possibilidade de auto-representação pelo próprio outro.<sup>23</sup>

A opção metodológica de análise das informações, provenientes dos diferentes segmentos da prostituição de rua, teve como fundamento além do levantamento bibliográfico e documental (em especial, nos documentos históricos sobre o meretrício na região central de Curitiba, disponíveis no Arquivo Público do Paraná) o trabalho de campo no qual se incluiu diferentes técnicas de observação, anotações e gravações

---

<sup>23</sup> Pontuamos que se emprega o artigo definido "a" ao termo travesti e transexual, já que o grupo estudado possui identidade de gênero feminina.

em diário de campo, mapeamento e registro fotográfico, além de entrevistas semiestruturadas com prostitutas, michês e Trans profissionais do sexo durante o segundo semestre de 2015 e primeiro e segundo semestre de 2016. Também foram realizadas conversas informais com diferentes atores sociais e levantamento de notícias e reportagens vinculadas em meios de comunicação de grande circulação na cidade.

Preocupado em não tratar os sujeitos como unidades contabilizáveis, com a justificativa de manter o pressuposto de objetividade que muitas vezes obscurece manipulações e percepções morais, além do uso não ético de instrumentos e técnicas de pesquisa, procuramos dar fundamental importância entre pesquisador e pesquisados(as) com a intenção de que as vozes e as experiências do grupo de investigação (profissionais do sexo) fossem de suma importância para a análise dos territórios da prostituição de rua no centro de Curitiba. Procuramos, portanto, desenvolver uma pesquisa com método qualitativo considerando os/as profissionais do sexo como grupo social reflexivo e conhecedor de seus contextos e práticas cotidianas.

### 3.2 O TRABALHO DE CAMPO: COM OS PÉS NOS TERRITÓRIOS

Sendo a Geografia uma ciência de natureza espacial, o trabalho de campo se constitui, historicamente, como uma característica marcante de tal área do saber. Sobre a sua importância Marconi e Lakatos (2009, p. 69), entendem que “[...] a pesquisa de campo permite que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxilia na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa”.

Suertegaray (2002) esclarece que a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação e sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento alimenta o processo na medida em que desvenda as contradições e que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo.

Em pesquisas qualitativas, a coleta das informações em campo deve ser feita diretamente pelo pesquisador no local dos levantamentos, para que ele tenha maior

compreensão dos fenômenos que quer estudar, ou seja, é o próprio pesquisador que deve fazer a pesquisa de campo. Pesquisar é buscar e, portanto, pesquisar em campo é buscar respostas para responder às questões da pesquisa. Duarte (2002) escreve que uma pesquisa de campo é uma busca feita por um pesquisador, cujo olhar dirige-se para locais já conhecidos por muitos, mas, sempre, com uma maneira diferente de olhar e de pensar determinada realidade a partir da experiência e da apropriação do conhecimento, que são muito pessoais.

De acordo com Minayo (1996, p. 53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Segundo Ruiz (1976, p. 50), “a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”. Em campo, podemos estabelecer relações constantes entre determinadas condições e determinados eventos observados.

Concebe-se, portanto, o trabalho de campo de forma mais ampla, como um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

Durante a trajetória da pesquisa, nos deparamos com alguns desafios imprevistos envolvendo diferentes situações, exigindo de nossa parte muita cautela, humildade e reflexão na coleta de informações junto aos profissionais do sexo que colaboraram com a pesquisa.

### 3.2.1 Incursões iniciais e técnicas de pesquisa

Candidato? Policial? Jornalista? Investigar a prostituição desperta grande interesse, mas também, desconfianças. Estar e principalmente permanecer no campo, não é algo simples. Como alertado por Alcântara (2009) a presença de um estranho nestes territórios modifica a ele mesmo e as pessoas com as quais interage, seja de forma explícita ou implícita. Ao mesmo tempo em que observamos a disposição dos sujeitos e a dinâmica do espaço, somos observados e percebidos como os de fora.

A pesquisa de campo começou a ser realizada em maio de 2015 e se estendeu ao longo de 2016 e início de 2017, tendo a última observação ocorrida no feriado de carnaval deste ano. As táticas de investigação que foram utilizadas estão imersas a diferentes situações e condições que envolvem a dinâmica da prostituição de rua.

Passar-se por transeunte ou usuário de espaços públicos que são territorializados pelos diferentes segmentos e frequentar bares próximos aos pontos de prostituição, possibilitou contato inicial com a espacialidade do fenômeno, assim como conversas informais com outros trabalhadores frequentes dos mesmos locais (taxistas, garis, lojistas, garçons, feirantes, vendedores ambulantes).

Nas observações noturnas, percorrer os territórios de carro também se colocou como estratégia pertinente. Nestas ocasiões, os locais previamente selecionados, foram percorridos de duas a três vezes por noite. Procuramos não utilizar com frequência o mesmo veículo com o intuito de não ficarmos marcados, assim como, ter a companhia de auxiliares.

Em qualquer período do dia estar de posse de documentos que comprovem o vínculo do pesquisador com a universidade (como uma carta de apresentação), pode fazer a diferença em situações inesperadas, já que grande é a possibilidade de interpelação por parte de guardas/policiais ou olheiros curiosos e/ou incomodados com a presença de um estranho.

Na preparação do trabalho de campo, consideramos que a forma de observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista, embora também com outras técnicas como análise documental. Para a sua utilização como procedimento científico, é preciso que estejam reunidos critérios, tais como o de responder a objetivos prévios, ser planejada de modo sistemático, sujeita a validação e verificação, precisão e controle. Dentre os desafios da pesquisa de campo, destacamos a dificuldade de sistematizar a observação nos territórios em diferentes horários, dias e semana do mês, seja por motivos de intempéries meteorológicas (chuva, frio intenso), seja por motivos de segurança, em especial nas observações noturnas.

Um dos primeiros impasses que surgiu durante o campo foi a possível influência de um pesquisador reconhecido interferir na dinâmica do fenômeno. A literatura de referência considera que a presença do pesquisador não é suficiente para inviabilizar a representatividade do método, porém alega que esta presença pode ter impacto em situações específicas. Assim, adotamos a observação não-

participante como técnica, com o intuito de não interferir na dinâmica do fenômeno e não prejudicar o trabalho das pessoas envolvidas.

Para Günther (2006), o ponto forte da observação é o realismo da situação estudada, que fornece um indicador do nível em que as indagações estão para, a partir desta análise, estruturarem-se posteriores e complementares entrevistas. Outra função importante da observação é o pesquisador se familiarizar com o ambiente e conhecer os participantes em potencial.

Já Reyna (1997) reconhece e descreve cinco componentes do processo de observação: o objeto de observação, o sujeito de observação, as condições de observação, os meios de observação e o sistema de conhecimentos a partir do qual formula-se o objetivo da observação. Dentre estes, são indispensáveis o observador e o objeto da observação; os meios, que propiciam uma ampliação das características do objeto para análise; as condições de observação, que dizem respeito ao contexto no qual o objeto se manifesta e o sistema de conhecimentos, que constitui o referencial teórico que fundamenta a pesquisa.

Zanelli (2002) descreve que o pesquisador deve proceder a um constante e minucioso exame dos elementos que estão no contexto analisado. Uma análise inicial das anotações de campo pode gerar protocolos de observação apropriados ao contexto e, assim, seguir com uma observação mais dirigida.

Por meio da observação, podemos, segundo Ludke e André (1986, p. 26), chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos. Na medida em que o observador acompanha *in loco* a vivência, as experiências diárias dos sujeitos pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. Também, como escreve Bachelard (2005, p. 12), é “observando que as coisas nos ‘falam’ e que por isso temos, se dermos pleno valor a essa linguagem, um contato com as coisas”.

Laville e Dionne (1999) explicam que a observação como técnica de pesquisa de campo não é a contemplação passiva e um simples olhar atento a que ou a quem queremos observar, mas um olhar ativo sustentado pelo problema e objetivo da pesquisa, neste caso, as relações socioterritoriais envolvendo a prostituição de rua no centro da Curitiba.

“A preocupação de pesquisa guiará o olho e o ouvido do pesquisador e o levará a ater-se a tal [...] aspecto ou elemento” (p. 176). Considerando essas características, a observação nos foi útil enquanto possibilitadora de um contato direto

com os sujeitos, com os fatos e com os locais da pesquisa, além de contribuir com o registro fotográfico.

Como técnica de observação, seguimos algumas modalidades propostas por Uriarte (2012) como a observação estática de baixo e a observação móvel de baixo. A primeira evolve a observação em espaços fixos no nível do chão (tais como pontos de ônibus e bancos de praça):

[...] Neste nível, vêem-se pessoas mais do que coletividades, é possível observar seus rostos individualmente, seus ritmos particulares, seus semblantes de cansaço, agonia, medo ou relaxamento. O nível é o dos detalhes: os rostos nas calçadas, as vozes (...) a socialidade na praça entre desconhecidos. Usando esta técnica, o pesquisador deverá se policiar para não falar com as pessoas, apenas vê-las: seus gestos, seus percursos, seus ritmos. (URIARTE, 2012, s.p).

No entanto, o autor ressalta que trabalhar de forma estática deve necessariamente se complementar com a perspectiva do movimento. Assim, outro ângulo proposto é o da observação móvel de baixo. Esta proposta consiste em seguir as pessoas em movimento, na tentativa de viver o espaço como elas o vivem. “[...] nos mantendo imóveis, captamos certas imagens, seguindo as pessoas, captamos outras”. (URIARTE, 2012, s.p). Durante as observações em campo, às duas modalidades foram aplicadas, de acordo com o contexto, a dinâmica e as especificações de cada território investigado. Como mencionado anteriormente, percorrer os territórios de carro, no período noturno, colocou-se como estratégia alternativa.

De qualquer forma, Wolfinger (2002) diz que não há como negar que o conhecimento de fundo do pesquisador influencia os casos que são escolhidos para serem observados, isto é, o conhecimento tácito do pesquisador afeta as observações que serão registradas em anotações de campo, sejam elas gravadas ou registradas em diários (mesclamos os registros escritos com gravações de áudio via celular, por motivo de maior descrição). Ainda acerca da rigorosidade do método, Lüdke e André (1986, p. 25) descrevem que “para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistematizada. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”.

Para o registro das observações durante a pesquisa foi desenvolvido um diário de campo (anexo 01) com o objetivo de construir o contexto e as ideias. De acordo

com Zabalza (1994), o diário é um tipo de documento com uma potencialidade expressiva, ao apresentar um sentido pleno para o seu autor, que também é o destinatário do relato. Durante as observações registramos informações quanto à localização dos territórios, identificação dos grupos (segmentos), horários de permanência, intensidade de ocupação, táticas de ocupação do espaço público e de abordagem aos clientes incluindo os movimentos (*trottoir*) de seus membros, presença de edificações que servem de suporte para a prostituição e existência de qualquer tipo de conflito ou interação, relevante, envolvendo a prática da prostituição com outras atividades formais e/ou informais.

Mapas foram elaborados, em diferentes escalas, com o objetivo de melhor compreendermos a dimensão espacial do fenômeno e a configuração territorial e ele relacionado. No que tange às técnicas de mapeamento, Sommer e Sommer (1980 apud GÜNTHER, 2006) fazem uma importante distinção entre mapeamento centrado na pessoa e no lugar. No primeiro caso, toma-se a pessoa como referência e suas atividades no ambiente de interesse são registradas. Já ao se realizar o mapeamento centrado no lugar, os autores apontam que é o espaço que domina, ou seja, ele é soberano na determinação do que será observado. Os autores esclarecem que a melhor compreensão da interação pessoa-ambiente naquele local só será atingida pelo cruzamento dos resultados obtidos por esses dois meios. Para o mapeamento dos territórios, em diferentes escalas, foi utilizada a base cartográfica de arruamento do IPPUC e imagens de satélite do software Google Earth.

### 3.2.2 “Oi, você pode me ajudar?” O desafio das entrevistas

No que tange a adoção de entrevistas, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) esclarecem que, de modo geral, “as entrevistas qualitativas são pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa informal”. (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 168). A entrevista do tipo semiestrutura mostrou-se como opção metodológica pertinente, permitindo um direcionamento mais flexível e possibilitando maior autonomia aos participantes.

De acordo com Minayo (1996) a entrevista semiestruturada é um instrumento privilegiado para as Ciências Sociais, pois considera a fala como reveladora de

condições estruturais, normas, símbolos e sistemas de valores e é capaz de transmitir representações grupais importantes. A autora destaca que há representatividade na fala de uma pessoa em particular, pois tanto o comportamento individual quanto o social obedecem a alguns modelos culturais que podem ser interiorizados por outras pessoas. Dessa forma, fica justificada a razão de esse modelo de pesquisa não requerer um número significativamente alto de participantes. Sá (1998) ao discorrer sobre a quantidade e a prática deste recurso para a coleta de dados, explica que um determinado número de entrevistas se torna aceitável quando chega ao seu ponto de saturação, ou seja, as informações começam a se tornar repetitivas.

Levando em consideração as especificidades do campo e dos objetivos deste estudo, procuramos direcionar as entrevistas por meio de seis tópicos de abordagem envolvendo a espacialidade e as relações socioterritoriais no cotidiano da prostituição de rua:

1. Entrada na prostituição – Quais são os motivos?
2. Relações socioterritoriais no grupo - O que fazer para se estabelecer na atividade?
3. Relações socioterritoriais com outros grupos (segmentos) de prostituição – Imposição ou consenso sobre onde ocupar?
4. Relações socioterritoriais com clientes – O que é importante saber para evitar problemas e obter êxito?
5. Relações socioterritoriais com moradores e comerciantes - Como evitar/amenizar conflitos?
6. Relações socioterritoriais com policiais/guardas – Como lidar com este Poder?

As informações obtidas durante as observações em campo e entrevistas foram filtradas e tabuladas para, na medida do possível, permitir uma análise objetiva, de certas nuances, dos territórios da prostituição de rua no recorte espacial analisado.

Inicialmente, a estratégia consistia em entrevistar prostitutas, michês e Trans profissionais do sexo, apenas nas dependências de algumas Ongs, com o intuito de não atrapalhar ou ser inconveniente na hora em que estivessem trabalhando, ou por questões mesmo de segurança. Entretanto, por dificuldades operacionais de agenda, disponibilidade de tempo e perfil das pessoas com relação aos diferentes grupos e seus locais de atuação, tivemos que recorrer a outra estratégia: realizar as entrevistas



em campo. Tarefa mais difícil, no entanto, mais desafiadora e que exigiu ainda mais cautela, cuidados e humildade.

Pela ambiência de informalidade, as conversas não foram gravadas, o que fez com que os/as participantes se sentissem mais a vontade para relatar suas experiências e mencionar lugares, em especial hotéis de curta duração e bares. Entretanto, para cada uma delas, preparamos um caderno de anotações contendo formulários com um roteiro semiestruturado. As primeiras entrevistas ocorreram em maio de 2015 e a maioria delas se deu no primeiro e segundo semestre de 2016. Foram realizadas em calçadas, bancos de praças e bares e ocorreram de forma voluntária. No total, foram treze entrevistas sendo seis com prostitutas, três com michês e quatro com Trans profissionais do sexo, que atuam em diferentes territórios e horários do dia.

Procuramos ser o menos invasivo possível, instigando os colaboradores sobre questões de ordem socioterritorial<sup>24</sup>. Os questionamentos desta natureza não tiveram uma sequencia rigorosa e por várias vezes, houve a necessidade de reformular as perguntas para tentar captar o máximo possível, para aquele contexto, de informações sobre a territorialidade do grupo e a possível existência de impasses e conflitos.

Não há identificação individual, conforme preconiza a Resolução nº510 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas com seres humanos no âmbito das Ciências Sociais.<sup>25</sup> Tais entrevistas tiveram o intuito de buscar a compreensão (mesmo que parcial) sobre relações de poder e práticas territoriais na/da prostituição de rua no cotidiano do centro de Curitiba durante dia e noite.

---

<sup>24</sup> Dentre as dificuldades encontradas destacamos o fato de muitas prostitutas e Trans profissionais do sexo se fecharem à pesquisa pelos tabus da sociedade contemporânea relacionados à prática da prostituição e/ou a homossexualidade. Outro fato vivenciado por nós que dificultou na realização das entrevistas, foi de ser um pesquisador do sexo masculino, em especial com o grupo das prostitutas e das Trans profissionais do sexo.

<sup>25</sup> Esta resolução foi publicada no Diário Oficial da União – Seção 1, nº98, em 24 de maio de 2016. Em seu parágrafo único, item V, desobriga registro e avaliação pelo sistema CEP/CONEP “pesquisa cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual” (p.44). Embora a publicação da referida resolução tenha ocorrido posteriormente ao início deste estudo, desde o princípio desta pesquisa, a identidade dos colaboradores foi preservada, não havendo qualquer tipo de menção a nomes, sejam eles verdadeiros ou de “guerra”, sendo estes últimos bastante comuns no cotidiano da prostituição. O mesmo ocorreu com o registro fotográfico, que visando o anonimato, priorizou a imagem dos espaços e não das pessoas.

### 3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a realização da análise das informações utilizamos o referencial da análise de conteúdo que, para Bardin (2009), apresenta-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que compõem um leque de dispositivos podendo constituir-se, enquanto conjunto, um instrumento de análise. Esta metodologia de análise está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações. (MORAES, 1999).

Franco (2008, p.10) defende a utilização da análise de conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, “[...] no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento”.

Para Moraes (1999) a análise de conteúdo pode conduzir a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajudando a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Para Rey (2005), a análise de conteúdo apoia-se na categorização das informações obtidas em unidades parciais fragmentadoras do objeto estudado (unidades de análise ou de registro), as quais serão depois unidas novamente ao processo de interpretação da pesquisa. Franco (2008) ressalta que as Unidades de Análise devem ser bem escolhidas pelo pesquisador após definidos os objetivos da pesquisa e o referencial teórico. Pode-se considerá-la como um único processo, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação.

Anterior ao procedimento de análise de conteúdo, a metodologia proposta deve definir claramente o campo da pesquisa, o problema da pesquisa, seus objetivos e pressupostos teóricos, a escolha e caracterização dos sujeitos a serem investigados, e os instrumentos de coleta de dados.

Ainda que diferentes autores proponham diversificadas descrições do processo da análise de conteúdo, no presente texto ela foi concebida como em Moraes (1999), brevemente descritas a seguir:

a) **Preparação das informações:** uma vez de posse das informações a serem analisadas, é preciso submetê-las a um processo de preparação, que consiste em identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas e que estão de acordo com os objetivos da pesquisa e que estejam dentro do campo a ser investigado.

b) **Transformação do conteúdo em unidades de análise:** o processo de unitarização consiste em, após a releitura cuidadosa dos materiais, proceder a definição das unidades de análise (também chamadas de unidades de registro ou unidades de significado), isto é, os elementos unitários de conteúdo que serão submetidos à classificação, bem como, definir as unidades de contexto. A natureza das unidades de análise precisa ser definida pelo pesquisador, com base nos fundamentos teóricos em que se baseia, e nos objetivos pretendidos na pesquisa. As unidades de contexto representam uma ideia mais ampla do que a de análise, que serve de referência a esta, fixando limites contextuais para interpretá-la;

c) **Categorização ou classificação das unidades em categorias:** a categorização agrupa dados considerados comuns, classificados por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo;

d) **Descrição:** uma vez definidas as categorias e identificado o material constituinte de cada uma delas, é preciso comunicar o resultado deste trabalho;

e) **Interpretação:** uma boa análise de conteúdo não deve limitar-se à descrição. É importante que procure ir além, atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação.

Entretanto, destacamos que Moraes (1999) afirma que é preciso compreender que a análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear:

Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente

concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão. (MORAES, 1999, p.12).

Concordamos com Moraes (1999) que a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que adquire das informações. Assim, não é possível uma leitura neutra.

## 4. TERRITÓRIOS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA NO CENTRO DE CURITIBA

### 4.1 VOLTANDO NO TEMPO

Vimos que a prostituição enquanto fenômeno social se modificou e se ressignificou ao longo do tempo de acordo com os valores morais e as leis vigentes em diferentes contextos históricos. E como fica Curitiba, em especial sua região central diante deste movimento? Faremos um breve panorama histórico do centro da cidade em sua relação com a prostituição e, logo em seguida, apresentaremos as nossas contribuições sobre os dias atuais da prostituição de rua na região central da cidade.

Por meio de pesquisa documental no Arquivo Público do Paraná e com base em literaturas de referência versando sobre o tema em uma perspectiva histórica, em especial a recente pesquisa de Nayara Aguiar<sup>26</sup> (2016), é possível compreender como a prostituição atrelou-se ao espaço urbano do centro da cidade desde a década de 1920.

Aguiar (2016) buscou compreender a relação da prostituição com o espaço urbano de Curitiba, em especial, com as ruas que atualmente conhecemos como o bairro central da cidade. Segundo a autora, a cidade de Curitiba no começo do século XX passava por mudanças. O aumento da população, o crescimento de seu território e a modernização urbana e arquitetônica representava, para uma parcela da sociedade curitibana, a sua transformação em um centro urbano de importância no cenário nacional.

Aguiar (2016) explica que em centros urbanos maiores que Curitiba, no mesmo período, a hierarquia dentro da prostituição parecia ter sido mais organizada, possuindo inclusive separações no espaço urbano. “Este não parece ser o caso de Curitiba a princípio, afinal trata-se de uma cidade que ainda lutava com questões estruturais como a iluminação e o sistema de saneamento”. (AGUIAR, 2016, p.35). A autora ainda esclarece que ao longo do século XIX, a prostituição se tornou uma preocupação de autoridades, especialmente pela sua presença incômoda nos grandes centros urbanos do país.

---

<sup>26</sup> AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. “Um incomodo moral”: o controle policial do meretrício em Curitiba (1929-1937) – Nayara Elisa de Moraes Aguiar. Curitiba, 2016, 202f.

A embrionária Curitiba moderna no início do século XX buscava se alinhar as tendências de um discurso de modernidade urbana, identificando em suas ruas problemas e dificuldades que eram próprias das denominadas metrópoles. As mulheres que exerciam a atividade, assim como os seus companheiros de boêmia, representavam para a população em geral um típico perigo das grandes cidades, eram os elementos que prejudicavam a pretensa ordem nos espaços públicos, confrontando diretamente as normas previstas e idealizadas para as ruas da urbs moderna. (AGUIAR, 2016, p.35).

A percepção de que certas práticas afetavam a ordem pública resultou em iniciativas de vigilância e controle por parte do Estado. Em Curitiba, a criação da Delegacia de Costumes no ano de 1928 se destaca como a iniciativa mais evidente neste sentido<sup>27</sup>. Aguiar (2016) justifica que associadas ao imaginário da cidade moderna, estavam às sensações de medo e insegurança relacionadas especialmente ao outro, ao desconhecido que se esconde entre a multidão e nas sombras e becos da cidade. Entre os grupos que compõe as classes perigosas, estavam as prostitutas, classificadas, na época, como mulheres públicas, sendo alvo de práticas de vigilância e controle empreendidas pelas instituições policiais.

[...] Entre as atividades que não ultrapassavam os limites legais, mas eram consideradas imorais estava a prostituição. As mulheres que exerciam a atividade, especialmente aquelas que pertenciam a estratos sociais mais baixos, pertenceram ao grupo daquelas vidas infames que só poderiam ser acessíveis através do contato com o poder. [...] este ponto de encontro são os prontuários de identificação das meretrizes, documentos gerados pela interação entre guardas, técnicos e prostitutas. [...] Os prontuários de identificação refletiam ainda a preocupação com espaço ocupado por estas mulheres na Curitiba da década de 1920. [...] Nos registros de identificação uma das informações mais frequentemente atualizadas pelos funcionários policiais são os endereços das identificadas. (AGUIAR, 2016, p.19-20).

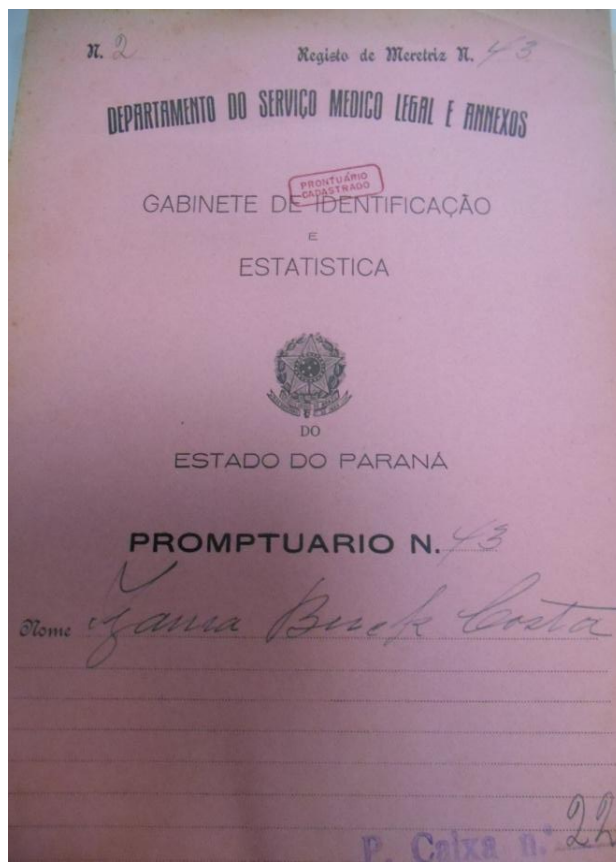
O elemento que destaca os referidos prontuários enquanto documentação para o estudo da prostituição tem relação com sua característica de tecnologia do poder, que foi desenvolvida com o objetivo de vigiar as identificadas. A fim de estabelecer um método de controle de trajetórias e contatos sociais das prostitutas, o Gabinete de Identificação e Estatísticas criou um modelo de prontuário que disponibiliza diversos

---

<sup>27</sup> A adoção deste dispositivo, por parte da Delegacia de Costumes, se relaciona com a predominância do pensamento cientificista que busca explicar os comportamentos considerados anormais a partir do paradigma racionalista e que gera novas formas de interpretar o mundo e de agir nos espaços de sociabilidade, inclusive por parte do poder público. Por isso, é relevante compreender o formato de tal dispositivo que, ao mesmo tempo que recebe a influência de práticas formuladas primeiramente em outros países e posteriormente em cidades do Brasil, a adapta as necessidades e circunstâncias da cidade de Curitiba, ressignificando tanto o formato da identificação quanto o controle do meretrício.

dados a respeito da vida pessoal daquelas mulheres e seu preenchimento exigiu o contato direto entre o técnico do Gabinete e a prostituta. (AGUIAR, 2016).

Figura 3: Capa do prontuário de registro das meretrizes



Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação. Promptuario n. 43 de Izaura B. Costa – Meretrizes (1920-1929).

Aguiar (2016) explica que os prontuários de polícia e as matérias de jornais da época, apresentam a possibilidade de relacionar a prostituição com as ruas centrais de Curitiba. Segundo a autora, através destes documentos, é possível perceber as vias da cidade como espaços dos grupos e atividades que compuseram uma espécie de marginalidade simbólica do meio urbano. “Simbólica porque, fisicamente, encontravam-se nos mesmos lugares que a sociedade em geral, mas marginais porque não comungavam de valores e concepções de mundo do discurso dominante”. (AGUIAR, 2016, p.20).

Tivemos acesso aos prontuários elaborados em Curitiba por meio de pesquisa documental no Arquivo Público do Paraná. O propósito deste documento era cadastrar e possibilitar o trabalho das meretrizes permitindo a elas circulação nas ruas

da cidade. Para tal, se fazia necessária à coleta de dados que dentre tantas informações, exigia seus endereços de moradia e trabalho.

A ficha de identificação disponibiliza ampla gama de informações para a polícia. O formulário continha imagens fotográficas, impressões digitais e dados referentes a certas características físicas, disponibilizando o corpo da mulher para análise e verificação. Ficavam disponíveis também dados relativos à família e à situação conjugal da meretriz (Figuras 4,5,6,7, 8, 9)<sup>28</sup>.

Figura 4: Prontuário das meretrizes - identificação fotográfica



Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação. Promptuario n. 15 de Francisca Zigner – Meretrizes (1920-1929).

Figura 5: Prontuário das meretrizes – situação conjugal

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação Promptuario n. 10 de Martha Ferreira – Meretrizes (1920-1929).

<sup>28</sup> A estrutura da cidade, a presença de grupos de comportamento desviante e a segurança são temas que se relacionavam nos textos de intelectuais e jornalistas que escreviam sobre a cidade de Curitiba. Como os temas figuravam constantemente nas edições da Gazeta do Povo, o jornal também dedicou espaço para a estrutura da Polícia Civil do estado. No começo do século XX, acompanhando o crescimento urbano de Curitiba e de outras cidades, o policiamento do estado foi aprimorado tecnicamente em especial no que concerne a técnicas de controle como a identificação; um dos seus marcos é a criação em 1905, do Gabinete de Identificação e Estatísticas (AGUIAR, 2016, p.71)



Figura 6: Prontuário das meretrizes - Descrição de sinais particulares

QUALIFICAÇÃO	CARACTERES CHROMATICOS ETC.
Filha de Francisco Raphael Duarte e de D. Ignez Antonia de Bonifacio	Côr Branca
Nacionalidade Brasileira	Olhos bast. esverdeados
Naturalidade S. Balthazarina - Laguna	Cabellos bast. medios
Nascida em 14 de Agosto de 1907	Altura 1 e 51 cms
Estado civil Solteira	Rosto bon. nevus. p. n. do
Instrução Analfabeta	na nariz
Promptuario feito em 2	Mão direita. 3.ª phalanx
	q. de m. m. do
	Mão esquerda. Sinuos. de san

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação Promptuario n. 12 de Annita Duarte – Meretrizes (1920-1929).

Figura 7: Prontuário das meretrizes - Cartão com impressões digitais

Polícia do Estado do Paraná Gabinete de Identificação SYSTEMA VUCETICH CURTILHA		SERIE	MÃO DIREITA				
			3	3	3	3	3
			POLGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS
SECCAO	MÃO ESQUERDA		1	1	2	2	2

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação Promptuario n. 9 de Maria do Nascimento – Meretrizes (1920-1929).

De acordo com Aguiar (2016), estes prontuários tinham a função de dispor as informações individuais de acordo com uma organização própria da instituição responsável pelo seu preenchimento (polícia civil), sendo que esta organização era concebida a partir da assimilação e ressignificação de discursos provenientes das mais diversas origens e da vivência relacionada ao cotidiano da instituição e de seus funcionários.

Figura 8: Prontuário das meretrizes - Registro de contravenções

FOLHA DE ANTECEDENTES (Contravenções)						
DATAS		Nome com que foi identificada	A disp. de quem	Motivo de Identificação	Data da saída	
de prisão	de identificação					
31/5/35	16/35	Antonieta Dima		Arresto		
18/5/36		"		Arresto		

SERIE						
SERIE	MÃO DIREITA					
		POLLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS

SECCÃO

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação Promptuario n. 18 de Antonieta Dima – Meretrizes (1920-1929).

A vigilância e o controle impostos pelo processo de identificação de meretrizes de Curitiba tiveram como foco os corpos, o lugar social e os comportamentos ilegais e imorais. No entanto, constituíram também dispositivos de controle do tempo da identificada e do espaço pelos quais circulou.

Figura 9: Prontuário das meretrizes - Registro de endereços

DATA		RUA	Número
Mes	Ano		
4	1927	Rua Cabral	396
6	1931	Rua Desembargador Westphalen	300
		Rua Desembargador Westphalen	49

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo do Instituto de Identificação Promptuario n. 10 de Martha Ferreira – Meretrizes (1920-1929).

Além dos dados relativos aos indivíduos, os prontuários permitiram estabelecer os espaços pelos quais circulavam as meretrizes no centro de Curitiba (Figura 09). Muitos endereços aparecem com frequência nos registros, sendo a rua Desembargador Westphalen o mais repetido. As matérias e notas dos periódicos confirmam a rua, anteriormente conhecido como Rua Ractcliff, como um dos locais de

maior concentração de pensões e casas de tolerância entre as ruas centrais da cidade. A atenção da polícia em relação ao local não era somente devido a concentração de prostitutas; segundo reportagens, os bordéis e botequins lá alocados eram frequentados por diversos representantes das “classes perigosas”. (AGUIAR, 2016, p.20)

Figura 10: Mapa da prostituição no centro de Curitiba (1929-1937)



Fonte: AGUIAR, Nayara (2016).

No mapa estão indicados outros locais que apareceram com frequência nos registros do Gabinete: Travessa Marumby (atualmente Travessa Tobias de Macedo), Praça Senador Correia, Rua Pedro Ivo, Rua Carlos de Carvalho e Rua Vicente

Machado. Nestas ruas, as prostitutas dividiam o espaço central da cidade com outros grupos sociais, comércios e instituições.

#### 4.2 OS DIAS ATUAIS: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Pensar o centro de uma grande cidade nos dias atuais, qualquer que ela seja, nos remete sempre a movimento e modificação nas suas funções, ainda mais quando o considerarmos no movimento que decorre no transcurso do dia. Podemos considerar o centro de Curitiba um espaço de intercâmbio econômico, assim como da vida simbólica e do lazer, estruturada na superposição de diferentes conteúdos, como os de moradia, comércio e serviços diversos. Dentre estes, a prostituição em alguns logradouros públicos como ruas, avenidas, praças e parques durante dia e/ou noite.

Partindo dos ensinamentos de Castro (1995) convém destacar que qualquer fenômeno observado, dependendo da escala de análise, ganha um sentido totalmente particular. Castro (1995, p. 130) acredita que “tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno estejam incluídos na noção de escala”. Para a análise dos territórios, consideramos sua dimensão espacial no centro expandido da cidade, no entanto, esta escala maior será mais bem compreendida em sua correlação com escalas geográficas menores como trechos de ruas e avenidas, praças e parques.

Conveniente resgatar a definição de territórios da prostituição de rua de Ribeiro e Mattos (1996):

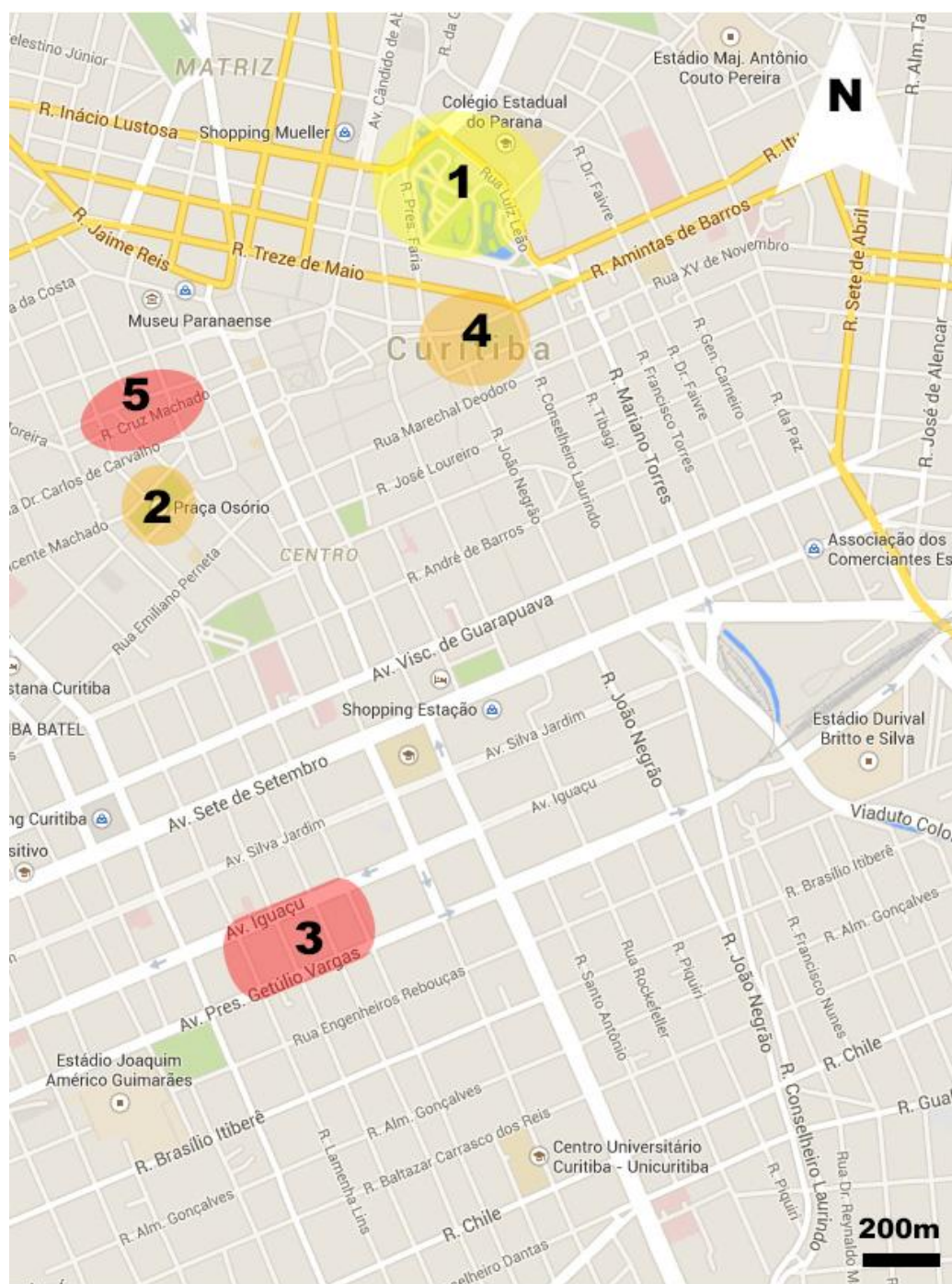
[...] a apropriação, durante um certo período de tempo, de uma rua ou um conjunto de logradouros por um determinado grupo de prostitutas, michês e travestis, que através de uma rede de relações, da adoção de códigos de fala, expressões, gestos e passos, garantem e legitimam essas áreas como territórios para a prática de tal atividade. (RIBEIRO e MATTOS, 1996, p.63).

Embora a prostituição em seus mais variados tipos e categorias esteja dispersa pela cidade de Curitiba, os territórios de rua do centro da cidade selecionados para esta pesquisa (Figura 11), são os seguintes: 1) Parque Municipal Passeio Público; 2) Praça Osório; 3) Praça Ouvidor Pardinho; 4) Rua Riachuelo e 5) Rua Cruz Machado. Estes territórios foram selecionados durante o trabalho de campo, onde consideramos a representatividade que estes possuem junto aos diferentes segmentos da prostituição de rua, além de diversas evocações a eles relacionadas na mídia local nos últimos anos. Todos eles, em dia de maior movimento, são ocupados no mínimo



por quinze profissionais, sendo este número bastante variável dependendo do dia e horário.

Figura 11: Mapa dos Territórios da Prostituição em Escala Temporal



**LEGENDA:**

- 1 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO**
- 2 - PRAÇA OSÓRIO**
- 3 - PRAÇA OUVIDOR PARDINHO**
- 4 - RUA RIACHUELO**
- 5 - RUA CRUZ MACHADO**

- DIURNO**
- NOTURNO**
- DIURNO E NOTURNO**

Fonte: TANGERINA, (2017).

Todos são reconhecidos como territórios da prostituição há décadas. O caso mais emblemático é o da Rua Cruz Machado (em especial suas imediações como as ruas Dr. Carlos de Carvalho e Saldanha Marinho), tidas como território de prostituição desde a década de 1920, conforme apontou a pesquisa documental e bibliográfica. .

Observando a dinâmica espacial e temporal dos cinco territórios, constatamos que um é apenas diurno, o Passeio Público; dois são apenas noturnos, a Rua Cruz Machado e a Praça Ouvidor Pardinho e outros dois, Rua Riachuelo e Praça Osório, funcionam em ambos os períodos, entretanto, com características distintas como veremos adiante.

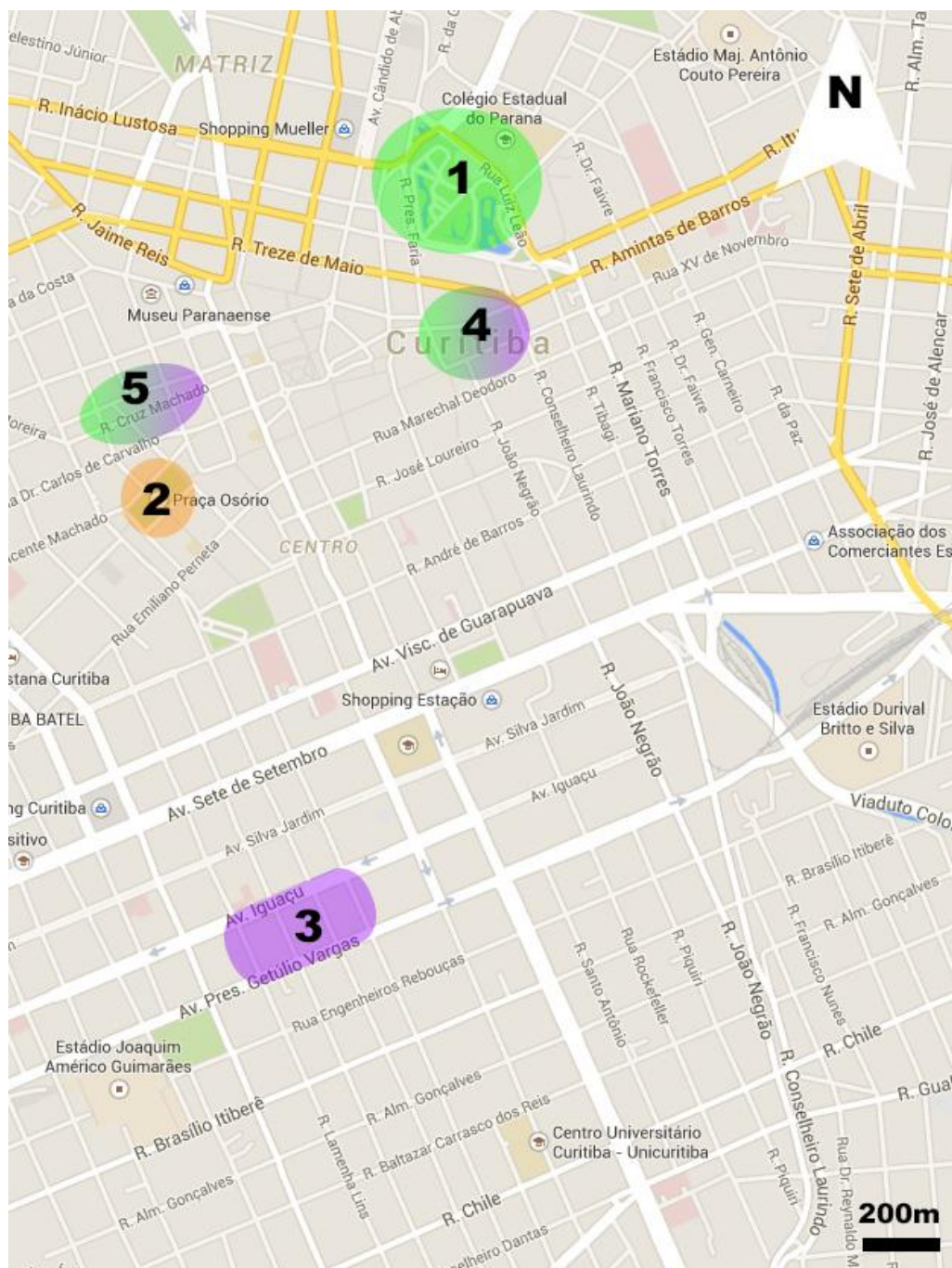
Registramos que estes territórios estão situados em espaços que, de modo em geral, apresentam as seguintes características:

- a) possuem atividades de lazer representadas por casas de show, bares, restaurantes, boates e praças;
- b) apresentam um significativo número de hotéis de alta rotatividade que dão suporte à atividade;
- c) localizam-se na proximidade de pontos com alto fluxo de embarque e desembarque de passageiros do transporte coletivo intra e interurbano, incluindo as estações tubo do ônibus Expresso/Ligeirinho.

Com relação à apropriação pelos diferentes segmentos da prostituição (Figura 12), lançamos mão dos ensinamentos de Haesbaert (2002;2004) ao esclarecer que todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no campo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais.

Ainda segundo o mesmo autor, cada grupo se faz seguindo seus signos de referência, que são, ao mesmo tempo, excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados códigos urbanos.

Figura 12: Mapa dos Territórios da Prostituição por segmentos



**LEGENDA:**

- 1 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO
- 2 - PRAÇA OSÓRIO
- 3 - PRAÇA OUVIDOR PARDINHO
- 4 - RUA RIACHUELO
- 5 - RUA CRUZ MACHADO


















- PROSTITUTAS
- MICHÊS
- TRANS
- PROSTITUTAS E TRANS

Fonte: TANGERINA, (2017).

Para elucidação dos conteúdos predominantes e levando-se em consideração os diferentes segmentos da prostituição de rua, inspirado no modelo de exposição

dos resultados de Ribeiro e Mattos (1996), elaboramos um quadro explicativo (Quadro 1), com a intenção de representar a dimensão espacial da prostituição e a sua temporalidade com destaque para a alternância entre o dia e a noite no centro da cidade, assim como, expor outras informações captadas durante o trabalho de campo.

Quadro 1: Territórios da prostituição de rua no centro de Curitiba

Dimensão Espacial		Segmentos da prostituição			Valor programa	Influência de outras atividades terciárias			Impasses e conflitos
Local	Área de abrangência	Prost	Michês	Trans	Por 30 min	Bar	Hotel	Boate	Com quem?
<b>Passeio Público</b>	Ruas Pres. Carlos Cavalcanti e Pres. Faria		-----	-----	R\$ 30 a R\$40			-----	Associação de Moradores e Comerciantes do Passeio Público e região
<b>Pç Osório</b>	Trav. Jesuíno Marcondes e Rua Voluntários da Pátria	-----		-----	R\$ 30 a R\$ 50	-----			URBS; Guarda Municipal; Polícia Militar
<b>Pç Ouvidor Pardinho</b>	Av. Iguaçu; Av. Getúlio Vargas; R. Lamenha Lins; R. Alferes Poli, R. Nunes Machado, R. 24 de Maio	-----	-----		Mais de R\$ 100	-----		-----	Promotores imobiliários; religiosos; Moradores; Comerciantes; Polícia Militar.
<b>Rua Riachuelo</b>	Ruas Tobias de Macedo, Alfredo Bufren e Pç Generoso Marques		-----		R\$ 30 a R\$ 50			-----	Associação de moradores e comerciantes da R. São Francisco;
<b>Rua Cruz Machado</b>	Ruas Dr. Carlos de Carvalho, Saldanha Marinho, Ermelino de Leão, Ébano Pereira e Al. Cabral.		-----		R\$ 50 a R\$ 70				Grupos Neo-nazistas

Legenda:  Dia  Noite  Existência ----- Ausência

Fonte: TANGERINA, (2017).



Com base na análise dos mapas (Figuras 11 e 12) e do quadro 1, percebe-se que um território é ocupado exclusivamente por prostitutas no período do dia, caso do território 1 (Passeio Público). Já o território 2 (Praça Osório) é ocupado exclusivamente por michês, durante dia e noite e o território 3 (Praça Ouvidor Pardinho), caracteriza-se por ser exclusivo das Trans no período noturno.

Outros dois territórios são mistos, pois se presencia prostitutas e Trans, caso das Ruas Riachuelo e Cruz Machado. No entanto duas ressalvas se fazem necessárias. O território 4 (Rua Riachuelo) apresenta-se durante o dia como exclusivo de prostitutas e durante a noite é que se registra a co-presença destas com as Trans que estão em maior número. Já o território 5 (Rua Cruz Machado) é subdividido entre os dois segmentos, sendo que as Trans, geralmente, ocupam o lado direito da rua (conforme a direção do trânsito), e as prostitutas, permanecem do lado esquerdo, mais próximo aos bares e casas noturnas.

Apresentaremos agora, esses territórios em escalas geográficas menores com o objetivo de melhor compreender as especificidades de cada um no que tange as práticas territoriais e o dinamismo da atividade.

#### 4.2.1 Parque Passeio Público: Território das Prostitutas

Segundo o Grupo Liberdade<sup>29</sup>, cerca de trinta mil mulheres trabalham como prostitutas em Curitiba e região metropolitana. Mais de 90% delas vivem apenas da prostituição. Elas trabalham nas ruas e em casas que funcionam clandestinamente. Somente na capital, são 522 casas de médio e grande porte que já foram mapeadas e 365 bares. Se forem incluídos os municípios da região metropolitana são contabilizadas mais de 2 mil casas de prostituição. Um dos pontos mais conhecidos como território de prostituição de rua no centro da cidade é o Parque Municipal Passeio Público.

Com aproximadamente 70 mil m<sup>2</sup>, o Passeio Público (Figura 13) é o parque mais antigo de Curitiba. Criado pelo então presidente da Província do Paraná, Alfredo D'Escagnolle Taunay, o parque foi construído em 1886 sobre uma gleba às margens

---

<sup>29</sup> O Grupo Liberdade trabalha exclusivamente com profissionais do sexo, atendendo prostitutas, trans e michês. Sua missão é levar orientações sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, noções de direitos humanos, assistência a portadores de Aids, orientação para volta ao estudo e profissionalização.

do Rio Belém, área de várzea sujeita a constantes alagamentos. “A obra pretendeu transformar o brejo alagadiço, em um parque agradável para a elite paranaense da erva mate e em solução sanitária, corrigindo a rotina de inundações na cidade”. (LACERDA, 2001, p.17).

Figura 13: Parque Passeio Público: Território das Prostitutas



Base de Imagem Googlemaps/ Org. TANGERINA, (2017).

Nota: A área de expansão é ocupada conforme a existência de outras atividades que ocorrem no local. As feiras de produtos orgânicos e artesanatos aos sábados resultam na mobilidade de parte do grupo para a Rua Pres. Faria. O mesmo costuma ocorrer às segundas-feiras, devido ao fechamento do parque para limpeza e manutenção.

Situado no centro da capital, localiza-se na confluência das ruas Pres. Carlos Cavalcanti, Presidente Faria, João Gualberto e Luís Leão. Há algum tempo que o parque perdeu sua ligação com a sociedade que o construiu. As elites não moram mais no seu entorno, o centro da cidade cresceu e ganhou em dinamicidade e os seus frequentadores refletem atualmente os conflitos socioeconômicos e a complexidade da cidade moderna que o cerca. Desde a década de noventa é território de prostitutas.

Essa década foi caracterizada pela inauguração de vários parques em outras regiões da cidade, como o Tingui, o Tanguá, a Opera de Arame, a Universidade Livre do Meio Ambiente e o Jardim Botânico. Concomitante a esta concorrência com outros

espaços de lazer, soma-se a transferência do maior atrativo do local (os animais de grande porte), para o novo zoológico inaugurado na periferia da cidade.

No trabalho de campo, registramos que este território é ocupado por prostitutas nos períodos da manhã e tarde durante todos os dias da semana, entretanto, com diferentes graus de ocupação.

Verificamos que a partir das 9 horas da manhã, as prostitutas ocupam seus pontos de trabalho de forma sistemática. Embora exista uma flexibilidade e certa mobilidade entre elas, os recintos dos animais, os quiosques desativados, os vários bancos existentes no local e até mesmo árvores servem de referência para onde ir e onde ocupar (Figura 14 e 15).

Figura 14: De espaço a território: Pontos no interior do Parque



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: As imagens à esquerda referem-se ao espaço no começo da manhã e as imagens à direita o território já constituído.

Figura 15: Pontos no interior do Parque: árvores e bancos





Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Árvores e bancos servem de referência para o grupo se organizar no território.

O período de maior intensidade de ocupação são as tardes de terça a sexta-feira da primeira quinzena do mês. Em virtude do Parque não abrir às segundas-feiras, prostitutas se concentram nesse dia nas proximidades de suas entradas situadas na Rua Pres. Carlos Cavalcanti (Figura 16). Na mesma rua, verificamos a existência de hotel de alta rotatividade que dá suporte a atividade e próximo dali, na Rua Pres. Faria, existem bares que também servem de apoio, funcionando como ponto de encontro entre clientes e prostitutas que por ali circulam (Figura 17).

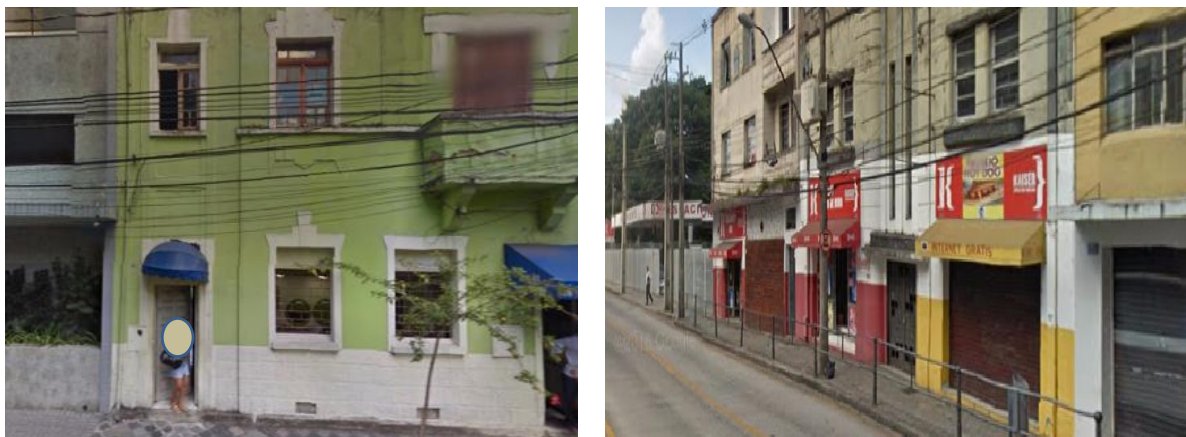
Figura 16: Passeio Público: Entrada na Rua Carlos Cavalcanti



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Ocupação da Rua Carlos Cavalcanti numa segunda-feira.

Figura 17: Hotel e bares nas imediações do Passeio Público



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: À esquerda, hotel de alta rotatividade situado na Rua Carlos Cavalcanti e a direita bares localizados na Rua Pres. Faria que servem como ponto de encontro entre prostitutas e clientes.

Aos sábados, percebemos durante as observações em campo que o funcionamento da feira de produtos orgânicos e de artesanatos que ocorre no local, influencia na mobilidade do território. Neste dia não se observa a presença de prostitutas na entrada do parque como de praxe nos outros dias da semana. Em contrapartida, a Rua Pres. Faria passa a ser ocupada somente no seu lado direito nas proximidades dos bares que ali existem.

Por meio das observações em campo e entrevistas, registramos que a maioria das prostitutas que atuam neste território apresenta faixa etária superior a quarenta anos e o preço médio do programa de trinta minutos é de R\$ 30,00 sendo adicionado R\$ 10,00 referente à locação do quarto.

Um impasse frequente ocorre entre as prostitutas e os comerciantes do local. Estes acusam aquelas de espantarem os turistas. Para evitar um conflito maior, prostitutas procuram não permanecer próximo ao restaurante e quiosques que funcionam no parque. O mesmo ocorre com a não permanência na frente do posto policial que lá existe, já que o contrário pode ser entendido pelos policiais como afrontamento.

Também registramos durante as observações em campo, que a pista de corrida e caminhada do parque também não é ocupada de forma intensiva pelas prostitutas para que se evitem reclamações por parte dos usuários frequentes que utilizam o parque para exercícios físicos. Assim, esses acordos informais servem como tática para a manutenção do território. Registramos também que para evitar

conflitos com os funcionários da prefeitura, assim como com as autoridades policiais, o uso dos sanitários públicos para fins de realização do programa é proibido pelas prostitutas mais antigas. Durante as observações em campo, tivemos a oportunidade de entrevistar três prostitutas que atuam nesse parque. As prostitutas colaboradoras 1 e 2 fazem ponto no interior do parque e a prostituta colaboradora 3 costuma ocupar as imediações do portal de entrada situado na Rua Carlos Cavalcanti.

A entrevistada 1 (46 anos) passa as manhãs e tardes no Passeio Público há aproximadamente nove anos. Começou a trabalhar como profissional do sexo aos 20 anos e contou que no passado, trabalhou em várias casas noturnas de Curitiba. Enfatizou que com o passar do tempo, a rua se colocou como única opção no que diz respeito à sobrevivência por meio da prática da prostituição. “Quando a gente é mocinha é uma coisa, não é difícil conseguir uma casa pra trabalhar, agora quando a idade vai chegando e a gente já não fica lá essas coisa, não tem muito o que fazer né (...) a gente precisa da rua pra sobreviver”. (Prostituta colaboradora 1 em entrevista concedida ao autor).

A entrevistada 2 (41 anos) está a quinze na atividade e costuma trabalhar no Passeio no período da tarde. Explicou que durante as manhãs cuida dos afazeres domésticos e dos filhos. Disse que fazendo programas ao longo da vida adquiriu uma casa em Almirante Tamandaré, município da região metropolitana de Curitiba. Embora não tenha se queixado sobre suas dificuldades na prostituição, pontuou que “(...) a vida na rua (na batalha) não é para qualquer uma” (Prostituta colaboradora 2 em entrevista concedida ao autor) e ressaltou a importância do respeito e da amizade no local de trabalho.

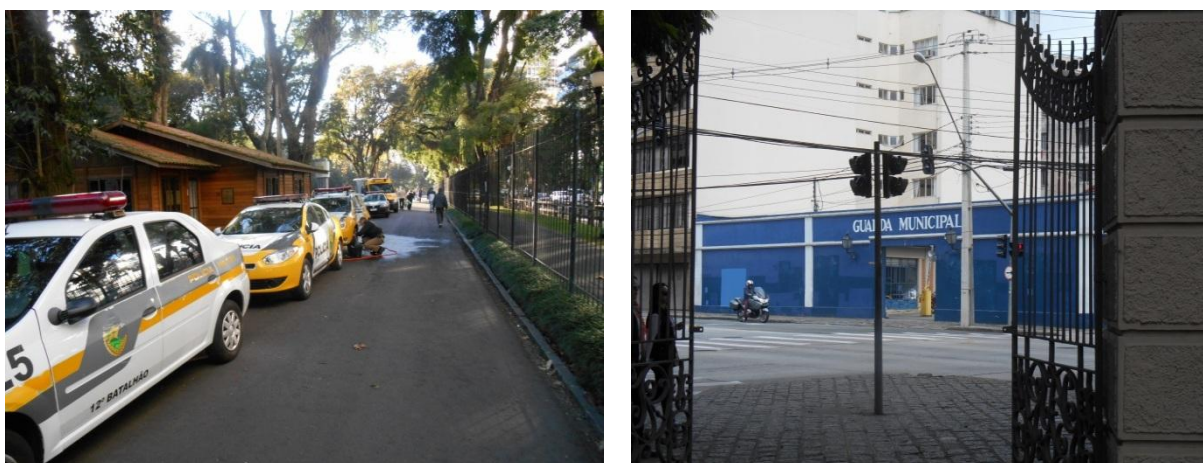
Já a entrevistada 3 (37 anos) faz ponto no Passeio Público há quase cinco anos. Explica que já trabalhou em outras ruas da cidade, como a Cruz Machado e Visconde de Guarapuava, no entanto em virtude da concorrência e de problemas com outras mulheres, resolveu mudar para o Passeio Público. Disse que gosta do Passeio Público pelo fato das outras prostitutas serem mais maduras e ajudarem umas as outras, explica que por mais que haja competição pela caça ao cliente, há uma relação de cooperação nas dificuldades do dia-a-dia. “Gosto daqui, as meninas aqui são mais maduras, são tudo gente boa (...) uma respeita a outra e no final todo mundo se ajuda”. (Prostituta colaboradora 3 em entrevista concedida ao autor).

Ao ser perguntado sobre os motivos de ocupar a entrada do parque e não o interior como tantas outras, a entrevistada explica que geralmente as mais antigas no

ponto ficam mais para dentro e as mais novas ocupam as imediações do Parque na Rua Carlos Cavalcanti. Quanto ao perfil dos clientes, afirma que na maioria são homens casados e de meia idade e com pouco dinheiro. Durante as observações em campo, notamos que o ato de homens desacompanhados contemplarem animais nos diversos viveiros localizados no interior do parque é visto como um código para as prostitutas se aproximarem e oferecerem o programa, além é claro, da troca de olhares.

Em pesquisas na mídia local<sup>30</sup>, vimos que há cerca de uma década existe um embate entre as prostitutas e a Associação de Amigos e Moradores do Passeio Público e região. Esta associação exige do poder público a revitalização do espaço e a retirada das prostitutas do local. Ressaltamos que o referido parque abriga um posto da Polícia Militar e situa-se a poucos metros da sede da Guarda Municipal de Curitiba (Figura 18).

Figura 18: Posto da Polícia Militar e Sede da Guarda Municipal de Curitiba



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: À esquerda, Núcleo de Atendimento ao Cidadão pertencente a 1ª Companhia da PM localizado no interior do Passeio Público. À direita, sede da Guarda Municipal de Curitiba na Av. Pres. Faria, vizinha ao Parque.

<sup>30</sup> Gazeta do Povo. **Sexo e drogas mancham o Passeio Público**. Por A.S Simões. Publicado em 30/09/2012, p.09.

O Estado do Paraná. **Pipoqueiros do Passeio Público pedem segurança**. Por Cíntia Vegas. Publicado em 17 de abril de 2002, p. 13.

Tribuna do Paraná. **Damas do Passeio**. Por Eduardo Santana. Publicado em 10 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/centro/damas-do-passeio/>. Acesso em 10 de maio de 2015.



A Polícia Militar, responsável pelo Núcleo de Atendimento ao Cidadão localizado dentro do Passeio Público, justifica que prostituição não é tratada como crime. Explica que não é possível prender pelo ato de prostituição, no entanto, salienta que se atividades ilícitas, como tráfico de drogas, ocorrerem de forma sobreposta à atividade, cabe à força policial reprimir e combater tal crime. Por parte da PM não há problemas com relação à prostituição no Passeio Público, já que as prostitutas mais velhas não admitem e expulsam aquelas que não seguem as regras acordadas pelo grupo. “Não pode prender ninguém pelo ato de prostituição, não pode mandar tirar dali. No entanto, se isso estiver aliado à outra coisa, por exemplo, tráfico de drogas, aí sim a PM pode retirar” disse o soldado que atua no referido posto em entrevista concedida ao autor. “De forma em geral não temos problemas com elas, porque elas mesmas se entendem e expulsam aquelas que não seguem as regras”. Dentre os exemplos está o furto a clientes, algo rechaçado pelas mais antigas do ponto, explica o policial.

A justificativa da Guarda Municipal seguiu na mesma linha de raciocínio, isto é, não se pode prender uma mulher por se prostituir, mas o ato de exploração da prostituição, uso e tráfico de drogas tem de ser combatidos disse um agente da Guarda Municipal em entrevista concedida ao autor. Durante as observações em campo, raramente presenciamos ronda no local por parte da Guarda Municipal de Curitiba.

#### 4.2.2 Praça Osório: Território dos Michês

Esclarecemos que no universo da prostituição existe uma ambiguidade com o termo "*michê*". Perlongher (1986) afirma que esta palavra denota dois aspectos: fazer *michê* é prostituir-se, mas também se refere ao prostituto masculino com características marcadamente viris. Augras (1985) explica que o termo *michê* vem da gíria francesa e significa "o homem que dá dinheiro à mulher para conquistar-lhe os favores" (AUGRAS, 1985, p.107).

A mesma autora esclarece que o clássico dicionário Littré (de 1885), registrava a seguinte definição: "Miché. Popularmente: tolo, iludido; chulo: homem que vive na companhia de mulheres da vida, amante de mulher da vida; acrescenta o referido dicionário que a provável etimologia viria de Michel (Miguel), nome próprio usado



como metáfora de homem do povo, bastante comum, tolo e fácil de enganar” (AUGRAS, 1985, p.107).

No Brasil, o dicionário da gíria brasileira de Viotti (1957 apud AUGRAS, 1985, p.107), registra significado parecido: "Michê: gastador, coronel" - sendo coronel definido como "fazendeiro ou pessoa de idade, endinheirada, que esbanja com mulheres; homem endinheirado, facilmente explorável". Vê-se, portanto, que o sentido original da palavra é mantido na expressão fazer michê, mas sofre considerável inversão ao chamar de michê o prostituto, pois, originalmente, michê é o cliente.

A inversão semântica atual de Michê é uma gíria usada para denominar os garotos de programa. Geralmente jovens que não abdicam "dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente" (PERLONGHER, 1986, p. 17).

Silva (1987), em estudo realizado em São Paulo, menciona que os códigos explícitos deste grupo são executados por jovens de tênis, calça jeans desbotada, sempre ajustada para aparentar pernas de jogador de futebol e ressaltando sua protuberância genital. “[...] Geralmente o michê fica tocando-se o pênis, nunca andam muito rápido, mão no bolso, gestos bem másculos [...]. O cabelo nunca bem penteado, para dar a impressão de tosco, de bruto” (SILVA, 1987, p.69).

Em Curitiba, michês atuam em espaços privados como saunas, casas de massagem e apartamentos privê. No entanto, nesta pesquisa, nosso foco foi investigar a Praça Osório (Figura 19), local reconhecido como território da prostituição masculina desde a década de 70.

Charco em meados do século XIX, a referida praça foi construída para dar prolongamento à avenida que até hoje é a mais tradicional de Curitiba, a XV de Novembro. Foi primeiro um largo, que levou o nome de “Oceano Pacífico”, e, depois, mais exatamente no ano de 1879, transformou-se na Praça General Osório, em homenagem ao militar gaúcho de mesmo nome.

Até o século seguinte, foi palco de manobras militares e reunia a população para assistir aos espetáculos circenses. (DUDEQUE, 2008). O passar do tempo, não levou a beleza do lugar, mas o modernizou, a ponto de constituir-lo cartão postal da capital, permeado, porém, pelos entraves da atualidade.

Durante o trabalho de campo, constatamos que é um território da prostituição durante dia e noite, com maior intensidade de ocupação no período noturno. Durante o dia há um predomínio dos setores de serviços e gestão, com grande afluência de

peças, ocasionando uma ação mais camuflada do grupo que se concentra nas proximidades e principalmente no interior do sanitário público masculino localizado na referida praça. A identidade da praça, pela presença dos michês, faz com que ela seja divulgada em sites de conteúdo específico para clientes em potencial que visitam a cidade. Embora a presença dos michês aumente durante a noite, eles estão lá também durante o dia.

Figura 19: Praça Osório: Território dos Michês



Base de Imagem Googlemaps/ Org. Org. TANGERINA, (2017).

Em campo, verificamos a movimentação intensa no banheiro masculino da praça (Figura 20), em especial no período da tarde, confirmando o conteúdo de notícias publicadas na mídia local<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Banda B Notícias. **Aposentado vai a banheiro público, paga R\$ 1 e toma susto com cena que nunca viu em 64 anos.** Por Luiz Henrique de Oliveira e Antônio Nascimento. Publicado em 2 de março de 2016. Disponível em <http://www.bandab.com.br/jornalismo/motel-aposentado-vai-a-banheiro-publico-paga-r-1-e-toma-susto-com-cena-que-nunca-viu-em-64-anos/>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Bem Paraná. **Banheiros públicos viram espaços de libidinagem e encontros “amorosos”.** Publicado em 03/03/2016. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/431958/banheiros-publicos-viram-espacos-de-libidinagem-e-encontros-amorosos>. Acesso em 20 de abril de 2016.

O acesso ao sanitário se dá pelo pagamento de uma taxa de conservação de R\$ 1,00 feito diretamente ao funcionário da URBS que controla a passagem pela catraca. Ao passar por esta, o usuário depara-se com uma escada que dá acesso ao banheiro propriamente dito, que é dividido em três ambientes. No primeiro, estão as pias que ficam de frente a um espelho, que permite ao usuário que está lavando as mãos enxergar toda essa primeira parte, inclusive visualizar parte da escada que dá acesso ao local.

Figura 20: Sanitário público da Praça Osório: Território diurno de michês



Fonte: TANGERINA, (2017).

O segundo ambiente contém os mictórios. Seu acesso ocorre por meio de uma conexão com a primeira parte. Os mictórios possuem divisórias com propósito de proporcionar maior privacidade. O terceiro ambiente fica de frente para os mictórios, são as cabines que frequentemente servem de local para a realização do programa. Homens de meia idade e outros mais jovens usando óculos escuros e gel nos cabelos permanecem próximos as pias e mictórios. Não vão ao local para satisfazer suas necessidades fisiológicas e sim para “caçar” clientes.

A prostituição masculina, apesar de conhecida pelos guardas municipais, é caracterizada como velada. Alcântara (2009) em estudo sobre o território dos michês em Manaus, alerta sobre a invisibilidade deste segmento da prostituição. É durante a noite a partir das 22 horas que a ocupação dos michês é mais constatada. A Guarda Municipal realiza rondas frequentes na Praça para evitar presença de desabrigados e punquistas, como são conhecidos os batedores de carteira. Também fica atenta a presença de garotos menores de idade ofertando programas, já que neste caso, configura-se crime de exploração sexual.



Figura 21: Travessa Jesuíno Marcondes e Rua Voluntários da Pátria: Território noturno dos Michês



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: As fotografias da parte de cima retratam a Travessa Jesuíno Marcondes (um dos acessos a Praça Osório), informalmente chamada de “rua dos meninos” pela sua tradição com a prostituição masculina. As fotografias de baixo retratam as calçadas da Rua Voluntários da Pátria, ocupadas a noite por michês em dias de maior movimento (área de expansão)..

No período da noite, principalmente em véspera de feriados e finais de semana, a Travessa Jesuíno Marcondes e a Rua Voluntários da Pátria (acessos a praça) são ocupadas de forma significativa pelos michês que também se dispersam pelos bancos da praça. Onde antes (durante o dia) existia o predomínio de comerciantes, agora o predomínio é dos garotos de programa que por ali circulam.

Neste território não se tolera a presença de Trans. Isso é explicado pela concorrência, já que de forma em geral, michês e Trans podem disputar o mesmo perfil de clientes, ou seja, pessoas do sexo masculino que na maioria das vezes buscam o papel de passivo na relação sexual.

O preço do programa varia entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00 por trinta minutos e como no território descrito anteriormente, hotéis de alta rotatividade situados na região dão suporte à atividade. Durante o trabalho de campo entrevistamos três michês que trabalham no período da noite na referida praça.

Figura 22: Praça Osório: Dia e Noite



Fonte (fotos da parte de cima - Dia): TANGERINA, (2017). Fonte (fotos da parte de baixo - Noite): [https://www.youtube.com/watch?v=pKcV\\_wNphRA](https://www.youtube.com/watch?v=pKcV_wNphRA); <https://www.youtube.com/watch?v=gEqcdw7F-TM>. Acesso em 20 de maio de 2016.

Nota: Pelas dificuldades inerentes ao campo, não registramos fotografias deste território durante a noite. As fotografias da parte de cima foram tiradas durante o dia e as de baixo foram capturadas de vídeos elaborados pelos próprios michês e disponibilizados em mídias sociais. As fotografias retratam um dos acessos a Praça Osório durante dia e noite (com a presença de michês). No ponto de taxi localizado na Praça Osório, michês se exibem durante a noite.

O Michê colaborador 1 (27 anos) está na atividade há três anos. Contou que tem uma relação estável com sua companheira que também trabalha com prostituição e é pai de uma menina de seis anos. Disse que ingressou na atividade por motivos financeiros já que o salário que ganhava no trabalho formal não era suficiente para sustentar a família. Contou que nos primeiros meses foi difícil pelo fato de tudo ser novidade e que com o passar do tempo fez amizades no ponto e adquiriu confiança



por parte dos mais velhos que lhe ensinaram os “macetes do dia-a-dia”. Indagado sobre os riscos de trabalhar no local, o entrevistado enfatizou o medo que tem das batidas policiais que ora ou outra acontecem, principalmente por busca de entorpecentes. (Michê colaborador 1 em entrevista concedida ao autor).

O michê colaborador 2 (25 anos) há quatro na atividade, contou que começou trabalhando em uma sauna gay no centro e depois de um ano migrou para a prostituição de rua. A exclusividade deste segmento na Praça Osório foi confirmada por ele ao afirmar que no mundo da noite cada um tem sua rua e que raras vezes ocorrem conflitos com membros de outros grupos de prostituição. “(...) o pessoal que faz programa sabe onde ficar (...) do mesmo jeito que não vou lá na rua dos cara (referindo-se as Trans) aqui é nosso (...) isso já é certo já”. (Michê colaborador 2 em entrevista concedida ao autor).

Figura 23: Trav. Jesuíno Marcondes – Marquises ocupadas por Michês



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Marquises das lojas servem de referências para a organização do grupo em dias de maior movimento.

Já o michê colaborador 3 (31 anos), se prostitui há oito anos. Contou que iniciou na atividade por não conseguir emprego. Explica que conhecia uma pessoa que já trabalhava com prostituição que o incentivou a ter independência financeira. “Na época entrei porque não conseguia arrumar trabalho (...) queria ter meu próprio dinheiro e não ficar dependendo do dinheiro dos outros (...) conheci um piá que já trabalhava aqui e aí já era, daí não parei mais”. (Michê colaborador 3 em entrevista concedida ao autor). Indagado sobre a importância daquelas ruas para o grupo, o entrevistado explica que o fato das ruas serem ocupadas apenas por comerciantes

que fecham suas portas por volta das 19 horas, facilita a atuação à noite por não terem nenhum tipo de conflito com moradores, a preocupação, segundo ele, é com as rondas policiais.

Perlongher (1986) explica que atos simbólicos, como o gestual de virilidade, o órgão genital seguro nas mãos, entre outros, constituem-se nos códigos utilizados pelos michês para atrair a clientela em seus territórios. O autor esclarece que desde o momento que determinado indivíduo se apropria daquele espaço, a adoção de determinados códigos e atos simbólicos terão que ser utilizados para que ele possa se identificar com os seus pares e estabelecer uma rede de relações, até mesmo com a própria polícia que muitas vezes impõe uma certa ordem representada, em muitos casos, pela repressão.

#### 4.2.3 Praça Ouvidor Pardinho: Território das Trans Profissionais do Sexo

Conforme o Manual de Comunicação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais entende-se por transexual: "pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença a sua identidade de gênero constituída. (p.17)". E como travesti: "pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de mudança de órgão genital". (p.18).

Pontuamos que neste estudo, travestis e transexuais profissionais do sexo (segmento Trans), referem-se aos casos de identidade de gênero feminino.

A Praça Ouvidor Pardinho e suas imediações (Figura 24) é reconhecida como território das travestis e transexuais profissionais do sexo. Segundo informações da ONG Dignidade, 90% das travestis e transexuais de Curitiba trabalham com prostituição em seus variados tipos e categorias. Nas imediações da Praça Ouvidor Pardinho, "batalham" cerca de cinquenta profissionais.

A referida praça situa-se entre a Av. Iguaçu e a Av. Getúlio Vargas com as Ruas 24 de Maio e Nunes Machado no bairro Rebouças. Foi construída na década de

1940 e homenageia o magistrado e estadista português Raphael Pires Pardini. Possui 18.170 m<sup>2</sup> contendo canchas poliesportivas, pista de *cooper* equipamentos de *playground* além de uma unidade de saúde. De frente a ela, na Av. Getúlio Vargas, encontra-se a Igreja Católica Imaculado Conceição de Maria.

Figura 24: Praça Ouvidor Pardini: Território das Trans Profissionais do Sexo



Base de Imagem Googlemaps/ Org. TANGERINA, (2017)

Percebemos que existe um cuidado por parte das Trans em não prolongar o território no sentido leste-oeste. Isto ocorre em razão da localização do Quartel da Polícia Militar situado na esquina da Av. Getúlio Vargas com a Av. Marechal Floriano Peixoto (a leste) e a existência da Praça Afonso Botelho, mais conhecida como Praça do Atlético a oeste.

Assim, o grupo evita maiores problemas com policiais de um lado e com torcedores de futebol do outro. Durante o dia há neste espaço um predomínio dos setores de serviços e gestão com grande afluência de pessoas.



Figura 25: Av. Getúlio Vargas - Dia



Fonte: TANGERINA, (2017). Nota: Calçadas do lado esquerdo, de acordo com o sentido do trânsito, são ocupadas pelas Trans no período noturno. Estrategicamente, as esquinas são os pontos com maior grau de ocupação.

Figura 26: Av. Iguaçu - Dia



Fonte: TANGERINA, (2017).

À noite, com maior intensidade em véspera de feriados e finais de semana, as Avenidas Iguaçu e Getúlio Vargas, em seus lados esquerdos (para facilitar o contato com o cliente motorizado), se transformam em território da prostituição (Figura 27). De acordo com SILVA (1993, p. 66), a "atenção permanente, à caça de cliente, ou cautela contra os riscos, conferem um olhar altivo e esquadrinhador. Sobre saltos altos operam varreduras nas calçadas, no asfalto, nos automóveis".

Neste sentido tais locais de passagem com grande movimento de automóveis, são muito disputados pelas Trans, porque os clientes motorizados pagam melhor pelos seus serviços. Dos territórios investigados verificamos que neste o programa tem o valor mais elevado.

Figura 27: Imediações da Praça Ouv. Pardino - Noite



Fonte: Jornal Paranáonline. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OXizo4GozLc>. Acesso em 20 de maio de 2016.

Nota: Pelas dificuldades inerentes ao campo não registramos fotografias deste território durante a noite. As imagens acima foram capturadas da reportagem realizada pelo Jornal Paranáonline. As Trans ocupam o lado esquerdo das avenidas Iguaçu e Getúlio Vargas e geralmente ficam próximas uma das outras como estratégia de defesa.

É neste território que se registra o conflito mais intenso entre profissionais do sexo e moradores. Estes últimos, de forma incondicional, têm sido apoiados pela Igreja Católica Imaculado Conceição de Maria, por comerciantes e por agentes imobiliários, em virtude da desvalorização dos imóveis em um setor estratégico para o mercado.<sup>32</sup> A existência deste impasse resultou na polêmica proposta apresentada pelo vereador José Carlos Chicarelli em 2014<sup>33</sup>. Sua proposta consistia em multar os clientes da prostituição neste trecho da cidade:

[...] No legislativo, Chicarelli chocou os colegas ao usar a palavra “putaria” para se referir ao problema que está trazendo para moradores da região da Praça Ouvidor Pardinho, a invasão de travestis que tomaram a Avenida Iguçu e a Getúlio Vargas. Segundo Chicarelli, as travestis deverão ser transferidas para regiões mais distantes do centro. “Famílias estão sendo destruídas por essa prática de prostituição e é preciso fazer alguma coisa” justifica o vereador. (BANDNEWS; BEMPARANÁ, 2014, s.p)

Além de multar os clientes, o vereador solicitou blitz com bafômetro para que algum homem embriagado não acabasse sendo enganado por travestis – estes, aliás, deveriam ser realocados para pontos mais distantes da cidade como o bairro Boqueirão e também ter outras oportunidades de empregos.

Em um dos documentos ele pediu uma ação conjunta entre a Fundação de Ação Social (FAS), por meio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), a Secretaria Municipal de Saúde e a Guarda Municipal para proporcionar atendimento aos indivíduos que se prostituem nas ruas do bairro Rebouças.

Trata-se de um problema antigo que deve contar com uma atenção especial por parte do poder público. O objetivo essencial é prestar ajuda humanitária às pessoas que se valem do artifício da prostituição para sobreviver, mas é claro que tais ações devem gerar benefícios também para os moradores do entorno”, disse o vereador. (BANDNEWS; BEMPARANÁ, 2014, s.p)

Segundo o vereador supracitado, a ação social proposta poderia ser complementada por outras iniciativas, como a instalação de câmeras de segurança na Av. Getúlio Vargas, entre as ruas Lamenha Lins e Alferes Poli, colocação de placas

<sup>32</sup> Tribuna do Paraná. **Moradores do Rebouças reclamam da atuação de travestis**. Publicada em 18/02/2014. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/moradores-do-reboucas-reclamam-da-atuacao-de-travestis/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

<sup>33</sup> Notícias Bandnews; Bem Paraná. **Para acabar com a "putaria", vereador propõe multa aos clientes**. Publicado em 25/02/14. Disponível em : <http://www.bemparana.com.br/noticia/306547/para-acabar-com-a-putaria-vereador-propoe-multa-aos-clientes>. Acesso em 10 de maio de 2015.

de "Proibido Estacionar", no mesmo local e na Av. Iguaçu, também entre as ruas Lamenha Lins e Alferes Poli. Ele também solicitou aumento na potência da iluminação desde a Av. Marechal Floriano Peixoto até a R. Brigadeiro Franco, entre as avenidas Getúlio Vargas e Sete de Setembro, e na Av. Iguaçu, assim como a poda de árvores na Av. Getúlio Vargas entre a R. Lamenha Lins e Alferes Poli. Conforme esclareceu no documento, os galhos atrapalham a passagem e a iluminação local, o que favorece a prostituição, bem como furtos e outros delitos.

Tal proposta gerou revolta entre as travestis e transexuais profissionais do sexo, representadas pelo Transgrupo Marcela Prado que, por sua vez, respondeu ao vereador em carta aberta de repúdio. Transcrevemos parte deste documento com o intuito de demonstrar o embate que caracteriza o campo de forças que envolve a existência da prostituição neste setor da cidade:

O Transgrupo Marcela Prado, Associação de Travestis e Transexuais, fiel aos princípios decretados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, vem a público manifestar seu repúdio ao vereador José Carlos Chicarelli (PSDC), diante de seu discurso leigo e desrespeitoso – senão imbecil – proferido à Prefeitura de Curitiba no dia 25 de Fevereiro de 2014. Ciente dos delitos praticados por algumas (...) o Transgrupo Marcela Prado criou, em 2006, o Código de Ética das Travestis e Transexuais Profissionais do Sexo, documento com diversas diretrizes que orientam travestis e Transexuais quanto à suas posturas, atitudes e princípios perante a sociedade.

A verdade é que Chicarelli negligenciou três direitos importantíssimos:

- 1) O direito à privacidade, garantido no Artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos humanos, que diz que “Ninguém será objeto de ingerências arbitrárias em sua vida privada, sua família, seu domicílio ou sua correspondência, nem de ataques a sua honra ou a sua reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou ataques.”;
- 2) Artigo 5º da Constituição Federal brasileira: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”;
- 3) O direito de ir e vir, previsto no Artigo 5º, inciso XV, da Constituição Federal brasileira, que diz que: “XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.”; Questiona-se aqui o Sr. Vereador acerca do número de pessoas Transexuais e travestis que trabalham junto a ele no seu gabinete.

Até onde esta Associação tem ciência, não existe uma sequer. Situação esta que demonstra o quanto o seu discurso é carregado de ódio, descaso, incongruente e digno de pena. Pois uma pessoa que salienta ser necessária a criação de empregos para esta categoria de pessoas, deveria ser a primeira a empregar uma, com as várias vagas que são abertas para preenchimento de cargos em gabinetes municipais. E, pior ainda, uma pessoa que faz uso de um discurso político fajuto para solicitar que tais pessoas sejam levadas para regiões mais distantes de Curitiba, apresenta ainda um discurso elitista. Pois se o Sr. Vereador considera as travestis que são prostitutas de rua como um problema social, por que este mesmo vereador julgou por bem levá-las para um lugar mais distante? Pode-se concluir, então, que para o Vereador apenas as tais famílias residentes no Centro da cidade de Curitiba é que merecem

proteção contra tais pessoas? Ou seja, com tal discurso, mais uma vez o Sr. Vereador mostra-se absurdamente preconceituoso, não só contra as travestis e Transexuais, como também com as famílias residentes nas regiões afastadas do centro de Curitiba. (TRANSGRUPO MARCELA PRADO, 2014, s.p)

Importante destacar que o início da prostituição das Trans em Curitiba vem da década de 1970 no Bairro São Francisco, próximo ao antigo Clube Operário, região central da cidade. Em virtude de reclamações por parte de moradores e religiosos, o território deslocou-se para a Rua Cruz Machado.

O conflito com prostitutas fez com que o grupo migrasse novamente. Na década de 1980, as Trans se deslocaram para a Rua João Negrão onde permaneceram por mais de dez anos. Nova mudança foi ocasionada por reclamação de uma empresa privada localizada na região que não queria vincular sua imagem a prostituição travesti, devido ao grande número de funcionários e principalmente caminhoneiros, permanecerem em frente à empresa e estarem próximos às profissionais do sexo.

O novo local territorializado pelo grupo foi a Rua Piquiri e suas imediações, espaço que posteriormente também gerou conflito com moradores, envolvendo a mobilização de vereadores e da polícia militar (RONE), que abordaram e intimidaram clientes com várias viaturas estacionadas nas principais esquinas de acesso ao ponto ocasionando queda brusca de movimento.

Como forma de reverter este acontecimento ocorrido em 2006, a (ONG) Transgrupo Marcela Prado, representando o grupo envolvido na questão, acordou com o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) a transferência dessas profissionais para as ruas Dario Lopes e Maurício Fruet, nas proximidades da Rodoferroviária de Curitiba<sup>34</sup>. No acordo mencionado estava previsto a segurança das Trans, tendo em vista o perigo que o local apresentava, assim como banheiros químicos e cobertura para os dias de chuva. Contudo, o acordo durou pouco tempo, já que nada do que havia sido prometido foi cumprido, em especial a segurança que era o principal requisito. Ocorreu então, o retorno para a Av. Getúlio Vargas, local reconhecido como território pelas Trans, ocupado até os dias atuais.

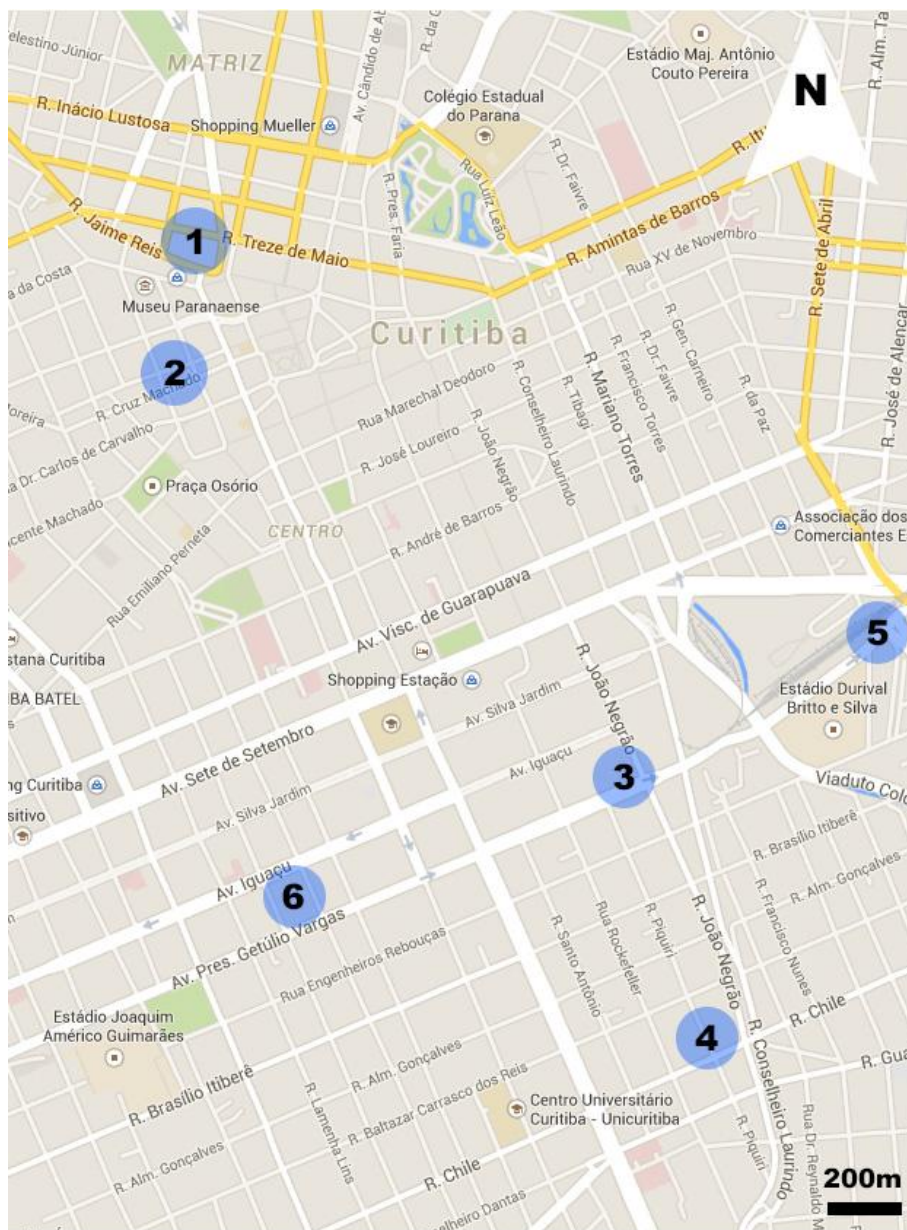
---

<sup>34</sup> Gazeta do Povo. **Travestis fazem acordo e ganham local próprio em Curitiba**. Por José Marcos Lopes. Publicado em 19/01/2007. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/travestis-fazem-acordo-e-ganham-local-proprio-em-curitiba-aca32uopm85s6z36g7bykih5a>. Acesso em 10 de maio de 2015.



Diante do exposto, percebe-se que a mobilidade do território de travestis e transexuais no centro de Curitiba é permeada de um lado pelas forças de desterritorialização, e por outro, pela resistência do grupo ao promover a reterritorialização de seu segmento (Figura 28).

Figura 28 – Território móvel das Trans na região central de Curitiba.



**LEGENDA:**

- 1 - IMEDIAÇÕES DO ANTIGO CLUBE OPERÁRIO**
- 2 - R. CRUZ MACHADO**
- 3 - R. JOÃO NEGRÃO**
- 4 - R. PIQUIRI**
- 5 - R. DARIO LOPES**
- 6 - PRAÇA OUVIDOR PARDINHO**

Org: TANGERINA, (2017).

Corrêa (1995) explica que desterritorialização tem o sentido de perda de território apropriado e vivido em decorrência de diferentes processos originados de contradições capazes de desfazerem territórios, ao passo que reterritorialização refere-se à criação de novos territórios, seja por meio da reconstrução parcial, *in situ* de velhos territórios, seja através da recriação parcial, em outro lugar, de um novo território, que contém características do antigo. Arelados a esse movimento T-D-R, visto em Saquet (2001;2004) está a luta pelo direito a cidade tratado por Lefebvre (2006).

Pelúcio (2005) explica que a demarcação espacial destes territórios é também moral e passa por jogos de poder pelos quais se determina quem pode ficar e onde ficar. Fixação essa que não pode ser confundida com imobilização, mas com aceitação e compartilhamentos de códigos que circulam e informam, mas que são também uma estratégia frente às possibilidades de reconfiguração permanente dos espaços, provocada pela dinâmica das relações entre poder público e espaço urbano.

Em entrevista concedida ao autor, a transexual Carla Amaral (Figura 29), criadora e ex-presidente do Transgrupo Marcela Prado, informou que uma característica marcante do território de prostituição das travestis e transexuais é a rotatividade devido à demanda do mercado e a procura permanente de novidade pelos clientes. Segundo a entrevistada, a maioria das profissionais do sexo que atuam nas imediações da Praça Ouvidor Pardinho residem em outras cidades do Paraná e até mesmo em outros estados do sul e sudeste do país<sup>35</sup>.

Figura 29 – Carla Amaral



Fonte: TANGERINA, (2017)

Nota: Fundadora e ex-presidente do Transgrupo Marcela Prado e Coordenadora do CPATT

---

<sup>35</sup> Em tese de doutorado, Ornat (2011) analisou profundamente o território-rede da prostituição travesti no sul do Brasil.

Entrevistamos duas Trans que fazem ponto nas imediações da Praça Ouvidor Pardini. A conversa ocorreu na própria rua, mais precisamente, nas imediações de um posto de combustível localizado na Av. Iguaçu. Pelas condições do momento, a conversa não foi prolongada, no entanto dirigida conforme os tópicos de abordagem apresentados anteriormente.

Quando perguntado a uma delas se poderia colaborar com uma pesquisa para a UFPR, logo de imediato prontificou-se a participar e perguntou se precisaria de mais pessoas, alertando que deveria ser “jogo rápido”. Diante de seu chamado, outra Trans se aproximou e a entrevista foi realizada com a dupla.

As duas entrevistadas são residentes da Grande Curitiba. Uma se identificou como travesti e outra como transexual. Embora não tenham revelado a idade, aparentavam ter entre vinte e trinta anos. As entrevistadas disseram que o preço do programa varia e pode chegar a R\$ 300, 00. Em média o valor cobrado é de R\$ 100 a R\$ 150. A clientela é composta de homens geralmente com elevado poder aquisitivo. No entanto, uma delas contou que o perfil do cliente varia bastante.

Uma delas disse que fazia ponto em outras ruas do bairro (Ruas Piquiri e Carrasco dos Reis), no entanto, por causa da reclamação por parte dos moradores e de blitz frequentes realizadas pela Polícia Militar a clientes, foram obrigadas a migrar para a Av. Getúlio Vargas. A Trans colaboradora 1, (a que chamou a outra para participar), explicou que existem as profissionais que atuam na Av. Getúlio Vargas e outras que se concentram na Av. Iguaçu. Mencionou que dificilmente ocorre briga por causa de ponto e diz que uma grande preocupação do grupo é a violência causada por agentes externos, “boyzinhos”, isto é, pessoas que passam de carro no local xingando e atirando objetos como pedras, ovos, sacos de urina.

“Aqui todo mundo se conhece, tem as monas que ficam pro lado de lá (se referindo a Av Getúlio Vargas) e de cá (se referindo a Av. Iguaçu). Hoje em dia é mais difícil briga por causa de ponto e quando têm elas mesmas se resolvem. O problema aqui é mais os ladrão e os boyzinho que passam xingando (...) eu já vi mona saindo daqui suja de mijo que jogaram nela”. (Trans colaboradora 1 em entrevista concedida ao autor).

A outra entrevistada complementou dizendo que a homofobia aumentou muito na cidade nos últimos anos e que uma tática essencial para conseguir permanecer nas ruas é a proteção de seus pares. “De uns anos pra cá a cidade tá cheia de moleque homofóbico batendo em travesti (...) por isso bofe, se a gente não cuidar



uma da outra não tem como trabalhar não”. (Trans colaboradora 2, em entrevista concedida ao autor). As duas entrevistadas confirmaram a exclusividade do território para o segmento Trans na Praça Ouvidor Pardinho. “Michê aqui de jeito nenhum”, disse uma delas em tom de ironia.

Em estudo realizado por Pelúcio (2005) encontra-se relato da autora que expõe que ao longo de sua pesquisa deparou-se com os afetos, as disputas, as demarcações territoriais e as relações amorosas e comerciais que compõem a sociabilidades que se estabelecem no território da prostituição travesti.

Na análise de Benedetti (2005) é na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente.

Na mesma linha de pensamento, Silva e Ornat (2011) explicam que o território da prostituição travesti tem como um de seus elementos estruturantes a comunicação, tanto entre travestis, como entre travestis e clientes, policiais, moradores e demais grupos sociais.

A experiência espacial das travestis desenvolve-se marcadamente por interdições e práticas de apropriação de determinados espaços do urbano por um período de tempo. É nesses espaços apropriados que elas conseguem impor condutas consensuadas no grupo e, desta forma, instituem os territórios da prostituição travesti. É apenas na prática da prostituição que elas conseguem um tipo de organização grupal capaz de ser reconhecida e identificada socialmente. (SILVA; ORNAT, 2011, p.176).

Nas observações em campo, ficou explícita a diferença entre o perfil das Trans que atuam na Praça Ouvidor Pardinho em relação àquelas que ocupam outros territórios, como a Rua Riachuelo e a Rua Cruz Machado. As características corporais ajudam a compreender a diferença do valor do programa. Na Praça Ouvidor Pardinho, as profissionais são mais “montadas”<sup>36</sup> e o valor do programa ultrapassa facilmente R\$ 100,00 enquanto que nos outros dois, o preço varia de R\$ de 30 na Rua Riachuelo a R\$ 70,00 na Rua Cruz Machado.

---

<sup>36</sup> Gíria utilizada no meio ao se referir ao investimento feito pelas Trans em seus corpos, em especial, a implantação de silicone.

#### 4.2.4 Rua Riachuelo: Da exclusividade do dia a mistura da noite

A Rua Riachuelo já foi o principal trajeto norte-sul da cidade e foi importante trecho comercial, hospedando hotéis, comércio e serviços próximos ao antigo palácio do governo, localizado na Praça Generoso Marques até os anos 60, atual Paço da Liberdade. No decorrer dos anos, o desenvolvimento da cidade migrou para outras regiões e a rua foi perdendo valor comercial. Converteu-se, pouco a pouco, em sinônimo de botecos, baixa prostituição, tráfico e mendicância. Já foi chamada de “Boca do Lixo” e de “Cracolândia curitibana”.

Este território da prostituição (Figura 30) se estende pela Rua Alfredo Bufren, Travessa Tobias de Macedo e Praça Generoso Marques. Constitui área de passagem em função da presença de locais de embarque e desembarque de ônibus que interligam vários municípios da região metropolitana ao centro da cidade. Este espaço é servido, também, por muitos bares, estacionamento, lojas populares, além de edificações imponentes como a do Paço da Liberdade.

Figura 30: Rua Riachuelo: Território Misto (Prostitutas e Trans)



Base de Imagem Googlemaps/ Org. TANGERINA, (2017).

Segundo reportagens e notícias locais<sup>37</sup> (confirmadas em trabalho de campo), este espaço, trata-se de uma das áreas de mais alto grau de perigo no tocante à prostituição de rua no centro de Curitiba no período da noite, visto que sobreposto à atividade da prostituição registra-se o tráfico de entorpecentes, sobretudo ao entardecer, quando as lojas populares de móveis usados e brechós localizados ao longo da Rua Riachuelo fecham suas portas.

Prostitutas, Trans e clientes que frequentam esse território caracterizam-se por possuírem poder aquisitivo baixo. Prostitutas e Trans dividem as ruas escuras com moradores de rua, usuários de drogas, traficantes e clientes de botecos/lanchonetes localizados nas imediações que via de regra, atende prostitutas e Trans que por ali fazem ponto e seus frequentadores tornam-se clientes em potencial da prostituição.

Salienta-se que este setor apresenta ruas com iluminação deficiente e possui edificações antigas e desocupadas, pensões e hotéis baratos de alta rotatividade e serve como área de passagem para pontos de embarque e desembarque de ônibus metropolitanos, localizados em suas imediações.

Levantamos a influencia destes fatores na ocupação deste espaço pela prostituição através de entrevista realizada com uma prostituta, (Prostituta colaboradora 4) na Praça Generoso Marques, durante as observações em campo. Pelo fato de ser antiga no ponto, nos contou que fez amizades com alguns comerciantes que hora ou outra lhe vendem fiado e que também lhe permitem a utilização do banheiro de seus estabelecimentos.

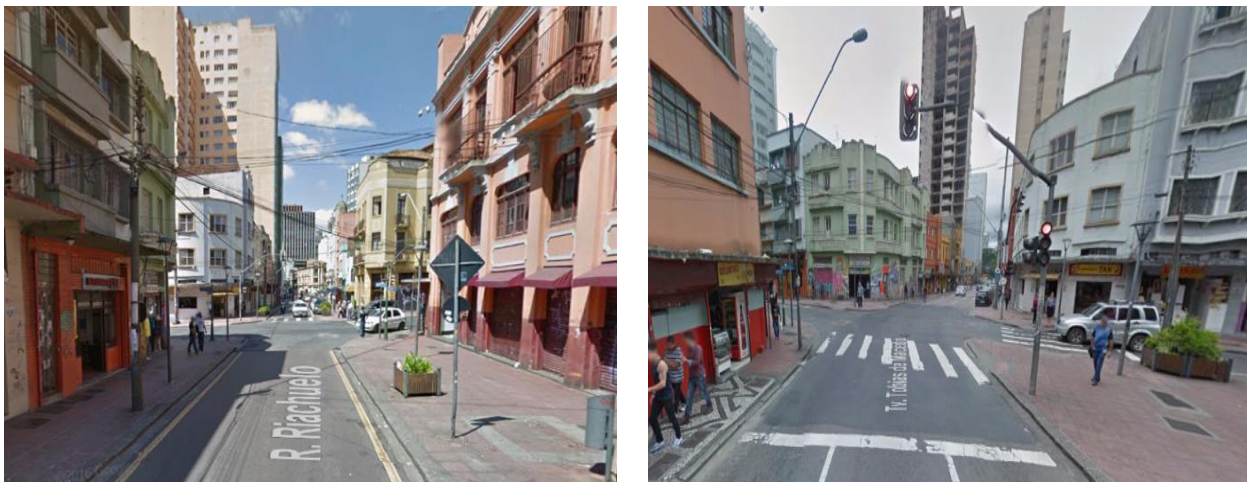
“Aqui passa muita gente toda hora (...) de dia é bem tranquilo (...) o tiozinho do bar deixa a gente usar o banheiro dele (...) eu já tô aqui há muito tempo sabe (...) o pessoal já tá acostumado que eu trabalho aqui”. (Prostituta colaboradora 4 em entrevista concedida ao autor.)

---

<sup>37</sup> Gazeta do Povo. **A Riachuelo nunca foi santa**. Por José Carlos Fernandes. Publicado em 20/12/2014.

Tribuna do Paraná. **Marginalidade é rotina na Riachuelo**. Por Cintia Végas. Publicado em 26/01/2004. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/marginalidade-e-rotina-na-riachuelo/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

Figura 31: Esquina Rua Riachuelo/Alfredo Bufren /Tobias de Macedo



Fonte: Googlemaps/ Org. TANGERINA, (2017).

Nota: Entroncamento da Rua Riachuelo com a Rua Alfredo Bufren e Travessa Tobias de Macedo. As profissionais do sexo ocupam as calçadas dos dois lados da rua durante dia e noite.

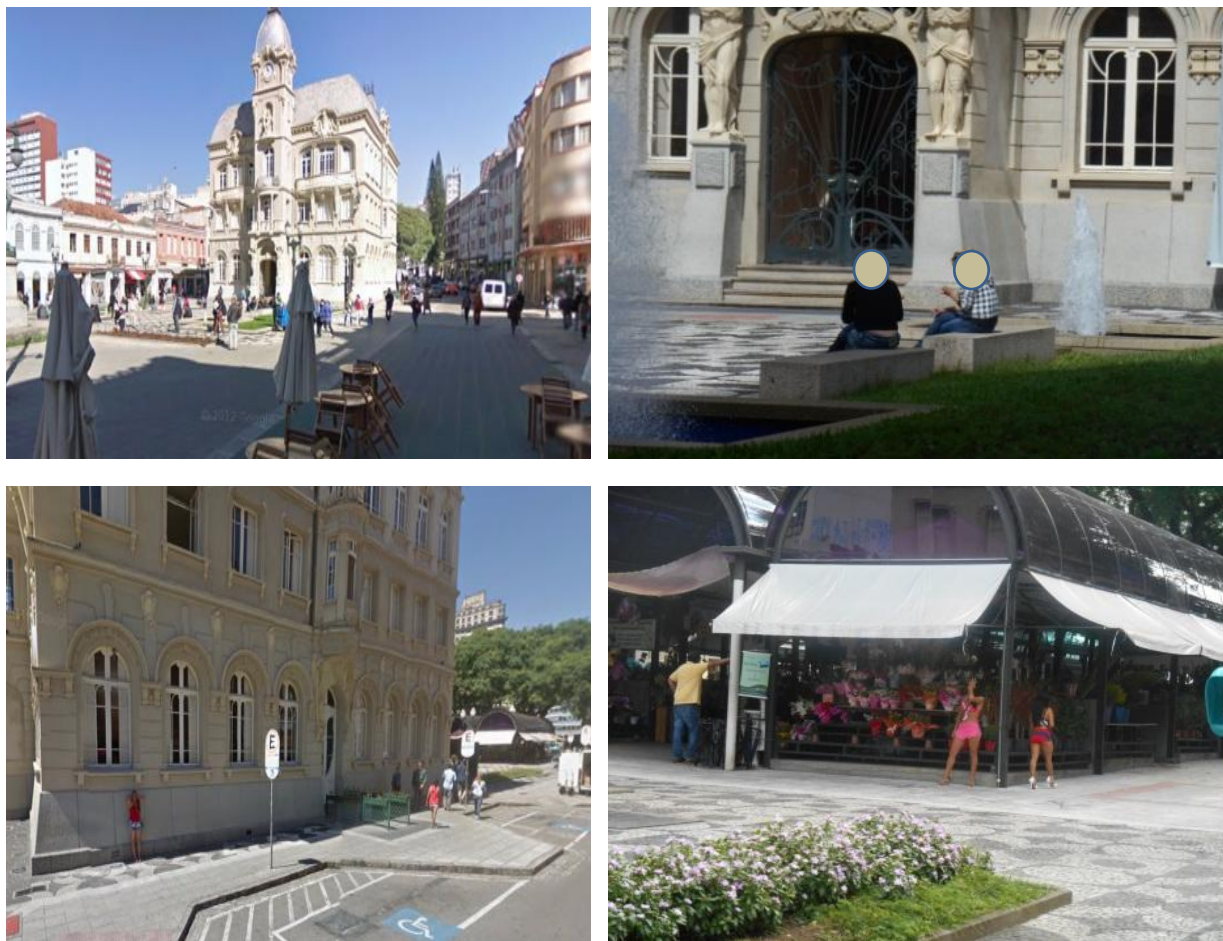
Ressaltamos que embora este território seja caracterizado pela presença significativa das prostitutas, em especial aquelas de maior faixa etária durante manhãs e tardes, constatamos também a presença de Trans no cruzamento entre as ruas Riachuelo e Alfredo Bufren dividindo o ponto com prostitutas, exclusivamente, no período noturno, fazendo deste espaço, um território misto no que tange os diferentes segmentos da prostituição.

Durante as observações em campo, registramos o poder que as Trans exercem neste território durante a noite. Presenciamos uma briga entre duas prostitutas (por motivo desconhecido) que só teve fim com a intervenção de uma Trans que se impôs fisicamente e restabeleceu a ordem no ponto.

Por meio das entrevistas (prostitutas colaboradoras 4 e 5), registramos que os programas de 30 minutos no período diurno (com presença significativa de prostitutas de maior faixa etária) custam em média R\$ 30,00. Já no período noturno chegam ao valor de R\$ 50,00. Registrou-se durante o campo, que no período noturno as prostitutas apresentam faixa etária variada e os bares das imediações servem como ponto de encontro entre elas e a clientela.



Figura 32: Paço da Liberdade na Praça Generoso Marques



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Praça Generoso Marques (edificação do Paço da Liberdade). Ponto de prostituição de rua durante dia e noite.

Figura 33: Ocupação de marquises na Rua Riachuelo



Fonte: O autor (2017)

Nota: Prostitutas ocupam marquises de edificações comerciais na Rua Riachuelo que não estão em funcionamento.

Figura 34: Hotel e Bares na Rua Alfredo Bufren com a Rua Riachuelo



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Hotel e Bar na Rua Alfredo Bufren servem de suporte para a atividade.

A intensidade de ocupação no período noturno por prostitutas e Trans se concentra na confluência da Rua Riachuelo com a Rua Tobias de Macedo e Alfredo Bufren nas proximidades de bares que servem como ponto de encontro. Registramos nestas ruas a existência de hotéis de curta duração que recebem prostitutas, Trans e seus clientes ao valor de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 por 30 minutos. Este território conta também com um cineprivê (exibição de filmes pornográficos), situado na Rua Riachuelo e uma loja de Sexshop, na Rua Alfredo Bufren, que em dias de grande movimento tem sua calçada ocupada por prostitutas no período diurno.

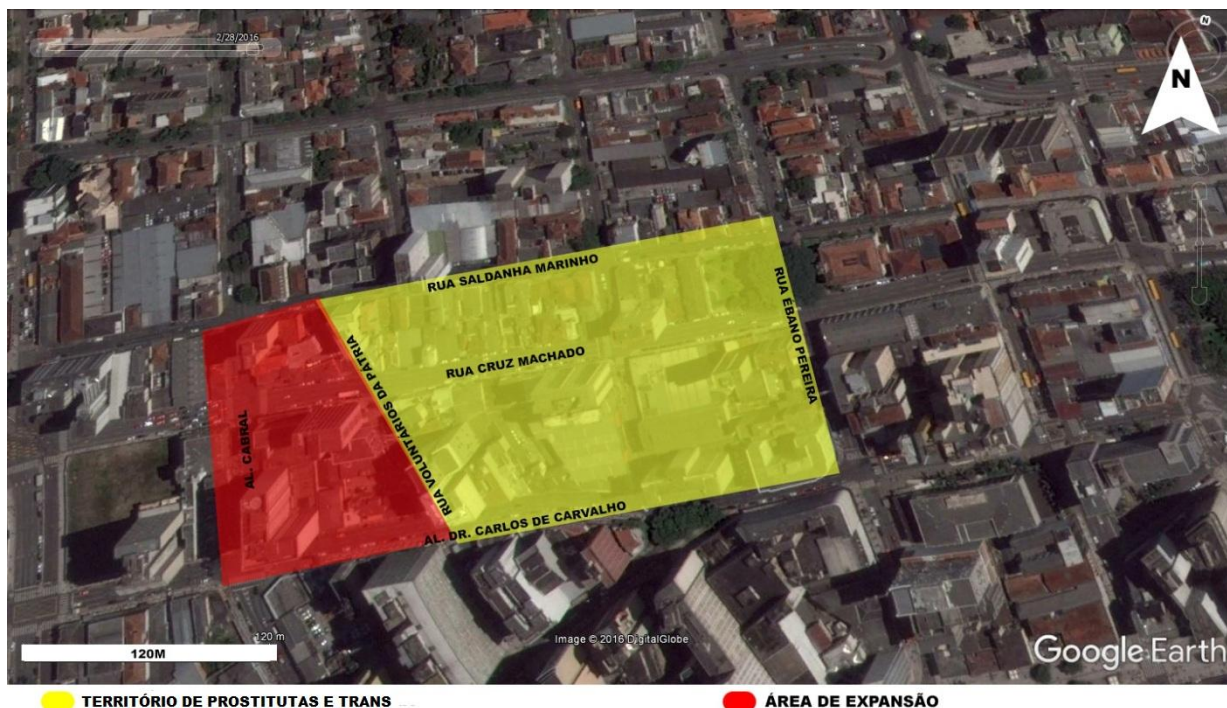
#### 4.2.5 Rua Cruz Machado: “Cada um pro seu lado”

À noite esta rua no centro de Curitiba se transforma totalmente da Alameda Cabral a Rua Ébano Pereira nas imediações da Praça Santos Dumont. Este território se estende as ruas paralelas como a Dr. Carlos de Carvalho a sul e Saldanha Marinho a norte, além de ruas transversais como a Desembargador. Clotário Portugal e Desembargador Ermelino de Leão (Figura 35).

Este espaço é servido por muitos estacionamentos, pensões e hotéis de alta rotatividade, localizados principalmente na Rua Saldanha Marinho e um número significativo de casas noturnas e bares que servem como ponto de encontro entre profissionais do sexo e clientes.



Figura 35: Território Misto: Rua Cruz Machado



Base de Imagem Googlemaps/ Org. TANGERINA, (2017).

O território é caracterizado pela presença de prostitutas e Trans. Em meados da década de oitenta, a Rua Cruz Machado foi disputada de forma violenta por estes dois grupos, resultando na expulsão de grande parte das Trans daquela época para outras ruas da região central. É comum encontrar prostitutas de rua que já trabalharam nas casas noturnas situadas neste trecho da cidade. Entrevistamos uma delas (Prostituta colaboradora 6) que nos explicou as vantagens e as desvantagens de se batalhar nas ruas e nas casas.

Concorrência, autonomia, preço e segurança foram elementos apontados pela entrevistada para diferenciar a prática da atividade nas casas noturnas e nas ruas. Explica que em geral, nas casas a concorrência é maior, a autonomia da prostituta é menor, pois a prostituta deve seguir as normas da casa, inclusive no preço do programa. No entanto, destaca que por motivos de violência, o trabalho nas casas é considerado mais seguro.

“As da rua, acham que lá dentro tem muita concorrência e o preço tem que seguir um padrão entendeu? Aqui fora é mais livre entendeu?” Percebemos nas entrelinhas que na rua, a prostituta dispõe de certa autonomia para estabelecer o preço, geralmente mais barato que nas casas. “Outra diferença é que lá (na casa noturna), as meninas não usam droga pra não trazer problemas pro dono se a polícia de repente fazer batida entendeu? Mais pra quem tá começando, se conseguir uma

casa é melhor porque é mais seguro lá entendeu? Aqui (se referindo a rua) é cada um que me aparece (risos)” (Prostituta colaboradora 6 em entrevista concedida ao autor).

Figura 36: Os dois lados da Rua Cruz Machado



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: A noite, a calçada do lado direito é ocupada por Trans e a do lado esquerdo por prostitutas. Notamos que os dois segmentos acabam utilizando a mesma estrutura ali presente, constituída de pensões, hotéis de curta duração e bares.

Importante mencionar que ao longo da Rua Cruz Machado é possível estacionar nos dois lados. Tomando como referência a direção do trânsito, percebemos que as Trans ocupam mais as calçadas do lado direito enquanto as prostitutas ficam no lado oposto, em especial no quarteirão onde se situam bares e restaurantes dançantes e casas de show de conteúdo erótico.

Figura 37: Rua Cruz Machado: Bares e casas noturnas



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Bares e casas noturnas na Rua Cruz Machado. Calçadas são ocupadas por prostitutas durante a noite.



O Restaurante Pantera Negra (antigo Gato Preto) é o mais conhecido de todos. Prostitutas frequentam o estabelecimento localizado na Rua Ermelino de Leão e dali se dispersam pelas ruas próximas (Figura 38). Percebemos durante o trabalho de campo que as ruas que atravessam a Cruz Machado são como capilares que levam tudo o que ali acontece para as imediações, principalmente para a Rua Saldanha Marinho, onde estão situados vários hotéis de alta rotatividade.

Figura 38: Rua Ermelino de Leão



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Imediações do Restaurante Pantera Negra (Gato Preto). Rua ocupada por prostitutas durante a noite.

Figura 39: Comércio nas ruas Dr. Carlos de Carvalho e Cruz Machado



Fonte: TANGERINA, (2017).

Nota: Comércio formal durante o dia e ponto de prostituição (ocupação de marquises e calçadas) do segmento Trans durante a noite.

Este território vai desaparecendo com a chegada do sol. O comércio variado, que tem suas marquises ocupadas por profissionais do sexo durante a noite abre suas portas e, aos poucos, o vai e vem de pessoas volta a aumentar. Assim, uma nova dinâmica se inicia perdurando até a chegada da próxima noite.

Com base naquilo que presenciamos em campo, podemos inferir que este território está voltado completamente para as atividades desenvolvidas nas imediações da Cruz Machado, mais especificamente, em virtude da concentração de casas noturnas e bares. Em outros horários as ruas deste espaço, como ambientes sociais, são constituídas por outras pessoas e por outras práticas. Deste modo, é um espaço re-significado pelo período de tempo e pela dinâmica da prostituição exercida por prostitutas e Trans.

É válido salientar que existe uma multiterritorialidade neste espaço além daquelas promovidas pela prostituição. Durante a pesquisa de campo, ao circular pelas ruas deste território, nos deparamos com “moradores” de rua, usuários de droga e “flanelinhas” conferindo ao espaço aquilo que Carmona (2010) chama de “Espaços Perdidos” cuja premissa é a crítica à deterioração física do espaço público atrelado a má gestão e negligência e “Espaços Assustadores” ao retratar o aumento da percepção do medo, em especial, nas grandes cidades.

### 4.3 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A seguir apresentaremos as informações que foram levantadas por meio de entrevistas junto a profissionais do sexo (prostitutas, michês e Trans) que atuam nas ruas da região central de Curitiba.

No total, foram treze entrevistas sendo três com prostitutas que trabalham no Passeio Público, duas com prostitutas que atuam na Rua Riachuelo (sendo uma no período diurno e outra no noturno) e outra que batalha na Rua Cruz Machado. Quanto aos michês foram realizadas três entrevistas na Praça Osório, todas no período da noite. Já com as Trans, duas entrevistas ocorreram na Rua Cruz Machado e outras duas nas imediações da Praça Ouvidor Pardinho. Portanto, foram seis prostitutas, três michês e quatro Trans que colaboraram voluntariamente com a pesquisa.

Parte das entrevistas ocorreu entre o segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016. Por questões estratégicas (maior tempo de observação e anonimato em campo), as que ocorreram nos territórios noturnos foram às últimas a serem realizadas (entre novembro e dezembro de 2016).

Todas as informações foram agregadas e não há qualquer tipo de identificação individual dos/das participantes, conforme preconiza a Resolução 510 do Conselho Nacional de Ética. A idade das(os) entrevistadas(os) variou entre 23 e 46 anos. A Figura 40 mostra a representatividade dos diferentes territórios nas entrevistas.

A maior parte das(os) participantes exerce a profissão há mais de três anos. Em relação à escolaridade, duas responderam ter estudado o ensino fundamental incompleto, duas possui o ensino fundamental completo, cinco estudaram o ensino médio incompleto e quatro terminaram o ensino médio.

A exposição das informações obtidas buscou seguir a metodologia da análise de conteúdo. As entrevistas foram organizadas em seis tópicos de abordagem, que não necessariamente seguiram a mesma ordem com todos participantes, em virtude das condições do momento e da facilidade ou não destes entenderem as perguntas. Por meio das respostas obtidas (unidades de registro), elaboramos categorias de análise para posterior discussão e reflexão. As informações estão dispostas em quadros explicativos.

Figura 40 – Mapa de representatividade dos territórios nas entrevistas



Fonte: TANGERINA, (2017).

A presença da letra X, nas colunas dos diferentes segmentos da prostituição, significa que a categoria em questão foi relacionada a um ou outro grupo de acordo com o número de enunciações captadas durante as entrevistas. Salientamos que a pesquisa é qualitativa e interpretativa, e, que categorias (e subcategorias) podem

variar de acordo com a quantidade de entrevistas, complexidade que envolve o cotidiano da prostituição de rua e interpretação por parte do pesquisador.

#### 4.3.1 Entrada na Prostituição

A prostituição é um fenômeno social complexo e multifacetado que envolve diversos aspectos que influenciam no seu ingresso. Tais aspectos podem ser de ordem econômica, moral, cultural e social (Quadro 2).

Quadro 2 : Entrada na Prostituição

Quais são os motivos?				
<b>Categoria</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>PROST</b>	<b>MICHÊS</b>	<b>TRANS</b>
<b>Emergência financeira</b>	Desemprego; sustento da família; pagamento de dívidas.	xxx	x	xx
<b>Complementação de renda</b>	Ganhar mais; comprar coisas, guardar dinheiro.	x	x	
<b>Influência de terceiros</b>	Amizades;cafetinagem	x	x	
<b>Discriminação</b>	Expulso de casa; preconceito.			xx
<b>Opção profissional</b>	Dinheiro rápido; Flexibilidade de horário;	x		

Fonte: TANGERINA, (2017).

Segundo Barros (2005), o dinheiro constitui-se como a principal ficha simbólica das relações de troca, pois consiste em um equivalente universal, impessoal e garantidor das relações de mercado. Tal é a sua relevância, principalmente em se tratando da prostituição de rua, que serve como justificativa e motivo alegado por membros dos diferentes segmentos para seu ingresso no mercado sexual.

Para Gaspar (1985) a ideia de possibilidade de ganho e o *status* social são determinantes no início, devendo-se levar em conta também, que as mulheres buscam esse caminho às vezes não por opção, mas sim por uma busca desesperada de renda. No entanto, a causa de ingresso pode apresentar motivos diversos, e reduzir o ingresso na atividade a questões somente econômicas tende a empobrecer a compreensão sobre a complexidade do fenômeno.

Apesar das razões dos participantes serem específicas, próprias de cada contexto, a maior parte iniciou-se na prostituição para garantir seu sustento, estando



envolvidas as questões familiares. Essa informação corrobora o exposto por Gaspar (1985) quando destaca que as profissionais do sexo utilizam-se da justificativa econômica para ingressarem e permanecerem na prostituição de baixo meretrício, pois muitas vezes ocupam o papel de chefes de família e encontram nessa prática uma forma de sustentá-la. Essa motivação monetária foi percebida no discurso de integrantes de todos os grupos, as quais acentuaram que o programa é baseado unicamente no dinheiro. Assim, não estão em busca de um tipo específico de relação, mas sim, do dinheiro pago por ela, reafirmando o caráter profissional da atuação.

Sobre a influência de terceiros, destaca-se as menções atribuídas à indicação/apresentação por parte de pessoas conhecidas que já atuavam na atividade. Outro motivo que foi justificado como porta de entrada nesta categoria, foi à ação de cafetões/cafetinas. Em especial, sobre a figura do cafetão, Moraes (1995) argumenta que a figura do cafetão é reconhecidamente, presente em todas as modalidades de prostituição e nas mais diversas épocas.

A presença da proteção masculina no cotidiano da prostituição faz parte do jogo de representação de poder que está colocado na estrutura interna da atividade. Isto indica que pra se proteger de situações ameaçadoras e violentas, muitas vezes as prostitutas tiveram necessidade de considerar uma estratégia de relativa segurança junto às figuras masculinas. (MORAES, 1995, p.155).

No entanto, os movimentos de organização e entidades de classe explicam que, de modo em geral, as formas de dominação masculina sobre a feminina ainda persistem nos dias de hoje, porém em graus que podem ser cada vez mais relativizados. Este fato está associado a pressões reivindicativas relacionadas exclusivamente ao exercício da profissão por parte de grupos organizados e de seu engajamento político.

No que diz respeito à identidade de gênero, destaca-se que o ingresso na prostituição por parte das Trans está muito associado à discriminação quanto à orientação sexual. Silva e Ornat (2011) refletem sobre a relação entre sexualidade, espaço e prostituição travesti, resgatando resultados obtidos no estudo de Ornat (2008a) sobre territórios intra-urbanos em Ponta Grossa (PR). Os autores explicam que,

A linearidade entre sexo, gênero e desejo sexual é uma característica comum da sociedade ocidental contemporânea, que procura a todo custo manter explicações da ordem heterossexual baseadas na natureza dos corpos e comportamentos. Sob essa perspectiva, os sujeitos que não correspondem aos padrões estabelecidos são considerados desviantes, doentes e outros

tantos qualificativos criados para classificar a sociedade e manter sua pretensa ordem natural. (SILVA; ORNAT, 2011, p. 167-8).

Pelo fato de tais indivíduos romperem com as categorias clássicas de masculino e feminino, a discriminação ganha corpo, resultando na falta de oportunidades, que tende a favorecer o ingresso das Trans na batalha.

A entrada na prostituição também se dá por opção profissional. Apesar das dificuldades, tal atividade acaba sendo reconhecida como mais vantajosa do que outras ocupações destinadas às classes desprivilegiadas e empobrecidas. Tais menções foram atreladas a possibilidade de dinheiro rápido e flexibilidade de horários.

#### 4.3.2 Relações Socioterritoriais no grupo

Para melhor refletirmos sobre as relações que se estabelecem dentro do próprio grupo, devemos levar em consideração que as pessoas têm uma necessidade premente de pertencimento e reconhecimento em relação à comunidade ou grupo social no qual estão inseridas. Nesse sentido, é no processo de organização em torno de projetos comuns, em que os indivíduos identificam e compartilham não só o mesmo território, mas seus interesses e necessidades, constituindo suas identidades individuais e coletivas.

Pode-se definir o grupo como um todo dinâmico (o que significa dizer que ele é mais que a simples soma de seus membros). Lane e Codo (2006) explicam que o grupo se caracteriza “pela reunião de um número de pessoas (que pode variar bastante) com um determinado objetivo compartilhado por todos os seus membros, que podem desempenhar diferentes papéis para a execução desse objetivo”. (p. 221).

Os mesmos autores esclarecem que na dinâmica de grupos existem fatores preponderantes a serem observados tais como: a coesão do grupo (condições necessárias para a sua manutenção), pressões e padrão do grupo (argumentos reais ou imaginários, manifestos ou velados que seus membros utilizam para garantir a fidelidade dos demais aos objetivos do grupo e ao padrão de conduta estabelecido), motivos individuais e objetivos do grupo (elementos que garantem fidelidade e que estão relacionados com a escolha que cada indivíduo faz ao decidir participar de um grupo), liderança e realização do grupo (força de convencimento exercido por um ou mais indivíduos sobre os outros e o tipo de atividade exercida pelo grupo) e por fim,

as propriedades estruturais dos grupos (padrões de comunicação, desempenho de papéis, relações de poder etc.) (LANE e CODO, 2006).

Moraes (1995) explica que nas regras de convívio, o cotidiano vai tecendo uma rede de interações simbólicas em que a diversidade que caracteriza o grupo, ao mesmo tempo em que produz rupturas, coloca a necessidade de se estabelecerem alternativas cooperativas nas relações de trabalho, o que também acaba auxiliando na construção de uma identidade profissional e fortalecendo a rede de identificação do grupo como um todo.

Goffman (1988) explica que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida.

Convém salientar que os/as profissionais do sexo que atuam nas ruas da capital paranaense, constitui um grupo social que tem sua “inserção social” caracterizada pela desigualdade e privação de bens (materiais e/ou simbólicos) e direitos. Durante as entrevistas (Quadro 3), constatamos que respeitar as regras e o código de conduta são essenciais para se manter na prostituição de rua.

Quadro 3: Relações Socioterritoriais no grupo

O que fazer para se estabelecer na atividade?				
Categoria	Unidades de registro	PROST	MICHÊS	TRANS
<b>Código de conduta</b>	Respeitar o piso do programa; não aceitar menores de idade; não atravessar as colegas; não queimar o ponto; Respeitar os/as mais antigos(as); ajudar o pessoal; ser humilde.	xxx	xx	xxx
<b>Pedágio</b>	acertar com os/as mais antigos; pagar multa	x	x	
<b>Cafetinagem</b>	Acertar para poder trabalhar; garantir ajuda (proteção).	x		x
<b>Persistência</b>	Resistir à concorrência; suportar o começo; segurar a pressão.	x		

Fonte: TANGERINA, (2017).

O acerto do “pedágio” não é uma prática comum a todos. No entanto, quando “solicitado”, seu “acerto” representa um sinal de respeito e humildade aos mais



antigos, principalmente para aqueles recém-chegados no território. Algo semelhante ocorre com a cafetinagem, porém aqui o que está em jogo não é meramente o respeito ou a humildade aos mais antigos, mais sim, pagar por uma suposta proteção, independente de ser nova ou veterana na “batalha”.

A menção ao acerto do “pedágio” e acordos com a cafetinagem não foi captada nas entrevistas de forma explícita, pois é sabido que tais práticas se enquadram no crime de rufianismo. Percebemos que esses acordos, quando existem, são tratados de forma bastante velada, ficando nas entrelinhas das falas, cabendo assim, interpretação por parte do pesquisador.

Na entrevista realizada com a Polícia Militar, foi dito que quando há suspeita de exploração sexual, a abordagem policial ocorre, entretanto o enquadramento no crime de rufianismo fica dificultado já que o suspeito geralmente alega ser companheiro/namorado da pessoa que poderia estar sendo explorada. No código de ética das Travestis e Transexuais profissionais do sexo (anexo 6) existem alertas e orientações sobre a ilegalidade de pagamento de qualquer tipo de “pedágio” a quem quer que seja.

Abordar homens acompanhados de mulheres e crianças, expor ou furtar clientes e não respeitar o piso mínimo do programa acordado pelo grupo fere os princípios éticos e podem resultar em retaliações. Evitar conflitos com moradores e comerciantes, ter discrição e bom senso no uso de roupas e na exposição do corpo são vistos como estratégias para preservar a imagem do grupo, em especial para aqueles que atuam nos territórios diurnos.

De acordo com Hiram (2015), que estudou a transexualidade e a prostituição de rua em Curitiba, prevalece no cotidiano do grupo uma questão de identificação e até mesmo de proteção nos territórios, pois as pessoas se sentem mais seguras umas próximas as outras, já que não são raros os casos de violência e até mesmo assaltos e assassinatos vindos dos próprios clientes.

#### 4.3.3 Relações Socioterritoriais com outros segmentos da prostituição

Haesbaert (2002;2004) esclarece que todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no campo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais. Ainda segundo o mesmo autor, cada grupo se faz seguindo seus signos de referência, que são, ao mesmo tempo, excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados códigos urbanos.

Na concepção de Souza (1995) e Gomes (2006) a ideia de território traduz, ao mesmo tempo, uma classificação que exclui e inclui; um exercício de gestão que é objeto de mecanismos de controle e subversão; e uma qualificação do espaço que cria valores diferenciais, redefinindo uma morfologia de cunho socioespacial. Estes pares (exclusão/inclusão), (submissão/subversão), (valorização/desvalorização), criam tensões e resultam em lutas territoriais que almejam modificar seus limites, sua dinâmica, suas regras ou seus valores. Por isso, os autores chamam este fenômeno de geopolítica, ou seja, lutas que tem como objeto de disputa a busca pela afirmação de um poder que é também a luta por um território.

Em sua análise sobre a geopolítica urbana, Gomes (2006), considera a cidade como um fenômeno de origem político-espacial, um tipo de associação entre as pessoas, argumentando que sua dinâmica territorial pode ser observada pela ordem espacial, isto é, “[...] sua disposição física unida à sua dinâmica sociocomportamental, são os elementos fundadores da condição urbana” (GOMES, 2006, p.16).

O confronto da disposição locacional dos objetos espaciais com o comportamento social que aí tem lugar devem, na opinião de Gomes (2006), permear uma análise geográfica do espaço urbano. Essa reflexão baseia-se na matriz conceitual que o autor denominou de “genoespaço”. Tal conceito fundamenta-se na ideia de grupo, de comunidade. “Em termos geográficos, podemos dizer que a classificação das ações não é feita pela sua distribuição no espaço, “[...] ela é, antes, este espaço, [...] alvo de disputa por um poder supremo de uma comunidade que se considera pela sua historicidade, tradição ou força, com maior habilidade para controlar um território (GOMES, 2006, p.61). E ainda,

Tal espaço é ocupado por signos inclusivos que delimitam o controle ou a presença em um território. Suas fronteiras são fluidas e instáveis, uma vez que comportam, segundo critérios de domínio e controle coletivos, a afirmação da diferenciação de direitos. Isto remete a uma identidade comunitária (social) que se relaciona com uma identidade territorial, pois, a primeira só existe quando definida em relação a um território de homogeneidade, de domínio e de pleno desenvolvimento de espírito de grupo. (GOMES, 2006, p.62).

Diante destas premissas, o quadro 4 apresenta o que é levado em consideração por membros de diferentes segmentos no que diz respeito ao processo de territorialização do espaço urbano, frente a existência de outros grupos de prostituição de rua no centro de Curitiba.

Quadro 4: Relações Socioterritoriais com outros segmentos da prostituição

Imposição ou consenso sobre onde ocupar?				
Categoria	Unidades de Registro	PROST	MICHÊS	TRANS
<b>Identidade Territorial</b>	Tradição do local; História do grupo.	xxxx	xx	xx
<b>Perfil do cliente</b>	Orientação sexual; Condição financeira;	x	x	x
<b>Tratativas informais</b>	conversa entre os/as mais antigos (as); acordo com o “pessoal”	x		
<b>Uso de Violência</b>	Bater; xingar; dar “corridão”; ameaçar.			x

Fonte: TANGERINA, (2017).

Por meio das entrevistas foi possível perceber que as prostitutas geralmente não aceitam Trans em seu território, pois o cliente pode confundir estas com aquelas e não frequentar mais o ponto. Em contrapartida, as Trans geralmente não aceitam prostitutas em seu território, pois além da concorrência, o cliente pode se sentir constrangido em abordar uma mulher Trans na frente de mulheres biologicamente do sexo feminino. Já Michês e Trans não dividem o mesmo território também pela competitividade, já que o perfil de parte da clientela de ambos é o mesmo (pessoas do sexo masculino que buscam o papel de passivo no ato sexual).

Captamos que os acordos sobre a demarcação dos territórios para cada grupo segue a tradição que alguns locais têm com cada segmento, como por exemplo, o Passeio Público com as prostitutas, a Praça Osório com os michês e a Praça Ouvidor

Pardinho com as Trans. Podemos dizer que há certo consenso sobre quando e onde ocupar. Tratos informais também são realizados entre os profissionais mais antigos do ponto e quando há algum tipo de impasse, acordos são firmados com o intermédio das associações e entidades de classe com o propósito de evitar confronto nas ruas como ocorrera em outros tempos, inclusive, envolvendo assassinato entre Trans e prostitutas na Av. Getúlio Vargas no início dos anos 2000. Pela literatura de referência discutida no capítulo 2, podemos inferir que tais práticas se aproximam da ideia de “poder” exercido de forma consensual.

Embora seja ilegal, e pela complexidade da dinâmica destes territórios, não podemos deixar de mencionar que as fronteiras funcionais e simbólicas também podem ser demarcadas por acordos envolvendo a cafetinagem. Assim, o controle do território entre os diferentes segmentos também pode se dar pela violência.

Além de estar relacionado ao uso e adoção de códigos, ações discursivas e corporais, o controle também se faz por meio de ameaças e agressões a possíveis invasores. Neste caso, o conceito de “poder” nos territórios da prostituição, vai ao encontro de práticas impositivas.

#### 4.3.4 Relações Socioterritoriais com clientes

Mesmo tomando certas precauções, os riscos inerentes à prática da prostituição são conhecidos por quem está na “batalha”. Esse aspecto foi percebido de várias maneiras, seja pelo medo de agressões físicas, pelo contágio de doenças sexualmente transmissíveis ou simplesmente pelo receio de não receber pelo programa.

De fato, apesar dos(as) profissionais geralmente imporem os critérios e limites para o programa, jamais estarão totalmente protegidos, pois, como afirma Pasini (2000), nunca se sabe ao certo o que encontrarão na sua relação com o cliente, entretanto, esse risco não interfere na atuação, pois continuam realizando seus programas, o que nos leva a interpretar que o dinheiro ganho com a prostituição paga também pelos riscos iminentes a ela.

Sousa (1998) argumenta que há uma representação errônea da profissional do sexo. A autora explica que as pessoas, de modo geral, supõem que a prostituta faz tudo o que o cliente desejar; entretanto, a maior parte delas faz o mesmo que qualquer mulher pode fazer – o sexo trivial. “Assim percebemos que, embora as

profissionais do sexo sejam pagas pelo cliente para satisfazê-los, são elas quem dá a palavra final do programa". (p.16).

O quadro 5 apresenta algumas das relações socioterritoriais que profissionais do sexo estabelecem com sua clientela. Mais do que uma simples relação comercial, as práticas territoriais são de suma importância, seja para o grupo de profissionais no que se refere às táticas de “caça”, seja para os clientes que buscam os/as profissionais de acordo com o (re) conhecimento que possuem sobre estes territórios.

Quadro 5: Relações Socioterritoriais com clientes

O que é importante saber para evitar problemas e obter êxito?				
<b>Categoria</b>	<b>Unidades de Registro</b>	<b>PROST</b>	<b>MICHÊS</b>	<b>TRANS</b>
<b>Riscos</b>	Agressões; doenças; calote	xxx	x	xx
<b>Táticas de “caça”</b>	Circular pelas calçadas; trocar olhares; flertar; expor o corpo.	xx	xx	x
<b>Práticas coletivizadas de autoproteção</b>	trocar informações; fazer o programa perto do ponto; fazer escândalo (sob perigo); correr; pedir ajuda.	x		x

Fonte: TANGERINA, (2017).

Durante as entrevistas foi enfatizado por integrantes dos três segmentos que para evitar desentendimentos e conflitos com os clientes, o programa deve ser combinado previamente de forma bastante clara e objetiva incluindo informações fundamentais como valor, tempo e conteúdo, além de valores adicionais de uso do quarto e da necessidade do uso de preservativo.

Sobre o acerto do programa, Pasini (2005) discute o empoderamento das prostitutas. A autora percebe que seus corpos e sua prática não são tão alienados e vitimizados quanto parecem ser, pois, "apesar de estarem na rua e, a princípio dispostas a realizarem sexo em troca de dinheiro, mostram que também são mulheres dotadas de vontades e escolhas" (p. 5). Já no que se refere às táticas de “caça” foi mencionado o *trottoir* (vai e vem pelas calçadas), a troca de olhares, as “cantadas” como forma de convite para o programa, o elogio ao possível cliente e a exposição de parte do corpo, mais comum nos territórios noturnos.

No período da noite, em virtude da predominância significativa de clientes motorizados, as Trans profissionais do sexo atentam-se para ocupar,

preferencialmente, o lado esquerdo das ruas com o objetivo de facilitar a abordagem aos veículos, fato constatado nas observações em campo nas imediações da Praça Ouvidor Pardinho. Carros e motos circulando lentamente, assim como o uso dos faróis pelos clientes são tratados como senha para a aproximação e oferta do programa, seja na Praça Ouvidor Pardinho com as Trans, seja na Praça Osório com os michês. No caso do Parque Passeio Público, um homem desacompanhado observando animais nos viveiros serve de senha para uma abordagem, ainda mais se existirem troca de olhares entre estes e as prostitutas que lá atuam.

Sobre a existência de práticas coletivizadas de autoproteção, captamos em entrevistas com prostitutas que atuam no Passeio Público e na Rua Riachuelo, que o compartilhamento de informações sobre o perfil do cliente cativo se coloca como uma estratégia de defesa. Sobre estes clientes frequentes, informações sobre o estado de saúde (ser saudável ou não), ser bom pagador ou pechincheiro e ser violento ou amável, são socializadas, na medida do possível, pelas pessoas que ocupam o território.

Outra estratégia de defesa é procurar fazer o programa próximo ao “ponto”, pois em caso de perigo, é mais fácil obter ajuda. Percebemos aí, a relevância dos hotéis de curta duração nas imediações como fundamental, não apenas para a realização do ato sexual comercial em si, mas também como tática de autoproteção, configurando assim, uma prática territorial.

Dar escândalo seja no hotel ou no carro, em caso de perigo também foi apontado pelas Trans como forma de solicitar socorro. Evitar roupas e adornos que possam ser utilizados como arma para clientes violentos, como lenços no pescoço, colares e bolsas também foi apontado como possibilidade de risco em caso de confronto com o cliente. Recomenda-se também o uso de sapatos fáceis de serem retirados ou que permitam correr em caso de perigo. Cobrar pelo programa em dinheiro e previamente também é recomendado, já que reforça ao cliente o caráter comercial da atividade e dificulta o possível calote.

Outras orientações foram mencionadas como não se debruçar nas janelas dos automóveis, pois negociar à distância é uma tática que visa maior segurança em virtude do medo da violência. Fazer o programa dentro de veículos também não é recomendável, seja por questões legais (atentado ao pudor) que resultará em problemas com guardas/policiais, seja por motivos de segurança. Entretanto, durante as observações em campo, percebemos que o carro torna-se sim um dos locais

possíveis para a realização do programa, via de regra mais barato por não ter valores adicionais de hotel.

Uma das Trans entrevistadas na Rua Cruz Machado (Trans colaboradora 3) explicou que fazer o programa na parte de trás de carro de duas portas dificulta uma possível fuga em caso de perigo. Sugere ainda, que ao entrar no veículo, a profissional deve testar discretamente o mecanismo de abertura da porta como precaução para empreender fuga se necessário for.

#### 4.3.5 Relações Socioterritoriais com Moradores e Comerciantes

Para compreendermos a instabilidade constante entre a prostituição de rua com moradores e comerciantes locais (Quadro 6), não podemos deixar de resgatar a marginalização da referida atividade. Tal marginalização muito se deve ao estigma, construído e fortalecido pelos valores morais de uma época.

Goffman (1988) ensina que o registro negativo imputado pelo estigma pode produzir uma identidade deteriorada. Como afirma Crandall (2003), essa necessidade de reelaborar as definições menos tolerantes de desvio e de reafirmar as “virtudes” de nossa sociedade firma-se através de uma ideologia que justifica o estigma carregado pela prostituição através de discursos que naturalizam a sua posição no meio social. Tal lógica, engendrada pelos grupos estabelecidos, serve como meio de controle social para que o grupo *outsider* acabe por se perceber como inferior, reforçando e mesmo legitimando sua posição de estigmatizado. (ELIAS E SCOTSON, 2000).

Quadro 6: Relações Socioterritoriais com Moradores e Comerciantes

Como evitar/amenizar conflitos?				
<b>Categoria</b>	<b>Unidades de Registro</b>	<b>PROST</b>	<b>MICHÊS</b>	<b>TRANS</b>
<b>Disciplina espacial</b>	Evitar permanecer na frente de residências e comércios em funcionamento. Não usar a calçada como banheiro.	xxxxx		xx
<b>Exposição do corpo</b>	bom senso com vestimentas.			xx
<b>Diálogo</b>	Bater-papo; trocar ideia; ser conhecido (a).	x	xxx	

Fonte: TANGERINA, (2017).

Vale aqui lembrar o que diz Goffman (1988), quando explica que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e atribuir valores aos membros de cada uma dessas categorias, condicionando os relacionamentos entre os indivíduos de diferentes grupos. Nessa lógica, aqueles que dispõem de um atributo, seja na aparência física ou na conduta moral, rotulado como diferente do que seja “normal”, tornam-se um perigo e ameaça para a sociedade.

O conceito de estigma de Goffman pode ser relacionado ao conceito de *habitus* de Bourdieu. Ressaltamos aqui, que para este último, o *habitus* explica a reprodução acrítica de estruturas sociais que resultam na reprodução de estereótipos. Na mesma linha de raciocínio, Castro (1993) argumenta que:

[...] É comum que as mulheres prostituídas compartilhem dois mundos de níveis polarizados: o mundo de fora e o mundo de dentro da prostituição. Esta aparente dicotomia se manifesta para que o indivíduo de identidade social estigmatizada possa transitar da periferia ao centro das formações sociais sem ser visto, sendo invisibilizado para evitar a discriminação. O ‘mundo de fora’ se refere ao modelo governado pelo moralismo; o de ‘dentro’, aos valores e expressões de comportamento antagônicos ou incompatíveis com os de fora que as prostitutas precisam adotar no exercício da prostituição. (CASTRO, 1993, p. 149).

Segundo Castro (1993), a divisão entre esses “mundos” é tão cristalizada que não só se dimensiona no plano psicológico, como também cria projeções no meio físico. Isto se traduz da seguinte forma: os espaços simbólicos de conduta moral expressam-se em territórios físicos. No trabalho de campo, percebemos isso nitidamente, quando tivemos os primeiros contatos com as prostitutas nas imediações da Rua Riachuelo. Elas se encontram na rua oposta ao calçadão principal que dá acesso as lojas. Analogamente, um muro de concreto é erguido para que as pessoas ditas normais não se cruzem com mulheres “desprovidas de pudores”.

Essa demarcação psico-sócio-espacial à qual as mulheres prostituídas devem se submeter na Praça Generoso Marques (margeada pela Rua Riachuelo) é um exemplo do modo de reprodução das estruturas de poder e de manutenção higienizada da “ordem das coisas”.

Mas com certeza, o território mais emblemático envolvendo a tensão entre moradores e comerciantes com a prostituição de rua é a Praça Ouvidor Pardinho. Junto aos moradores e comerciantes, adiciona-se a insatisfação de religiosos, frequentadores da Igreja Imaculado Conceição de Maria, localizada de frente a praça



e de promotores imobiliários, por esse território estar em um setor da cidade que apresenta alto valor no mercado de imóveis.

O embate está travado entre a conformação da família nuclear, composta pela figura da mulher e do homem e as relações de gênero que envolve a venda do sexo estabelecida nas ruas deste território. Pesavento (2001) denomina estas ruas como “lugares de enclave” (p.32).

[...] é na rua que se defronta e se expõe a diferença e onde se exercita o registro da linguagem que nomeia o outro. É ainda nas ruas da cidade que se exibem as práticas convenientes, consagradas pela moral, estética, saúde e justiça, de modo que é nessa mesma rua que se torna ostensivo o “comportamento desviante”. A rua seria o espaço em que se estabeleceria os limites entre o social e o antissocial, o lugar em que se estabeleceria a linha simbólica que definiria a marginalidade urbana. (PESAVENTO, 2011, p.32).

Para amenizar o embate com moradores, as Trans procuram se concentrar nas imediações da Praça Ouvidor Pardinho, em ruas que são predominantemente ocupadas por edificações comerciais, que na grande maioria já estão fechadas nas altas horas da noite, quando um grande número de profissionais do sexo deste segmento vai para a batalha.

A participação e o engajamento político nas entidades representativas também se fazem importante, pois, geralmente são essas entidades que participam das reuniões e que dão voz as profissionais junto ao CONSEG - Conselho de Segurança do Bairro e ao próprio poder público, geralmente representados pela Guarda Municipal de Curitiba e Polícia Militar do Paraná, já que na maioria das vezes, as referidas reuniões tratam de impasses envolvendo interesses conflitantes entre profissionais do sexo, moradores e comerciantes.

Já os michês da Praça Osório e as prostitutas do Passeio Público e da Rua Riachuelo, mencionaram a importância de se procurar fazer amizade com outros tipos de trabalhadores frequentes do espaço em que atuam. Donos de bares e hotéis, taxistas, vendedores ambulantes e frentistas, foram citados por profissionais do sexo neste tópico. “É Importante conhecer o pessoal que também tá todo dia aqui né (...) afinal tá todo mundo ralando mesmo” (Michê colaborador 2). Tal fala leva a considerar a importância destas relações de sociabilidade que são tecidas no cotidiano da prostituição de rua.

De acordo com Moraes (1995, p.90), a mobilidade que caracteriza o grupo aparece como elemento que dinamiza as relações sociais, e diante, do leque de

situações discriminatórias que tendem a vivenciar, termina por se constituir numa importante estratégia de sua proteção.

#### 4.3.6 Relações socioterritoriais com policiais

Silva (2011) esclarece que apesar de ser uma instituição do Estado, a polícia é uma organização que depende de iniciativas individuais. É a visão da lei e da ordem pelo policial que prevalecerá no momento de atuação da força policial. A polícia tem no controle do espaço um fundamento para todos os seus esforços.

[...] O poder policial se apoia sobre uma política geográfica, ou melhor, uma política territorial. Como agente da lei do Estado, a polícia é um agente de controle social, com capacidade de usar a força legitimada. A polícia é detentora, dentro do Estado, do uso da força legitimada. (SILVA, 2011, p.28-9)

O autor explica que as ações policiais, como também o uso da força policial, ocorrem em locais específicos, sendo moldados por um contexto espacial. Assim, essas ações e o uso da força “dependem de como os policiais veem as situações e de como entendem o que é normal ou não para determinado lugar”. (SILVA, 2011, p.29).

[...] Para os policiais, uma das funções da polícia é ‘proteger o bem e combater o mal’. Assim, os agentes de polícia tendem a associar áreas dentro da cidade onde prevalecem um ou outro. Os policiais agem no sentido de manter a ordem moral das áreas que patrulham. Para tal, agem mais de acordo com o entendimento do que fazem da ordem, do que no uso da lei. (SILVA, 2011, p.29).

Os espaços públicos vão receber mais atenção da polícia, assim como as classes mais baixas, as minorias, e as pessoas que gastam boa parte do seu tempo em atividades no espaço público, como os profissionais do sexo. Essa maior atenção pode ser entendida como uma tentativa de se manter maior controle social sobre tais espaços e categorias.

Apresentamos no quadro 7, informações captadas nas entrevistas sobre as relações socioterritoriais da prostituição de rua com o poder policial, considerando também neste quesito a Guarda Municipal de Curitiba.

Quadro 7: Relações Socioterritoriais com policiais

Como lidar com este Poder?				
Categoria	Unidades de Registro	PROST	MICHÊS	TRANS
<b>Disciplina espacial</b>	Não permanecer na frente de batalhões e postos.	xx		x
<b>Obediência</b>	acatar ordens.		x	
<b>Leis e contravenções</b>	Atentar para perturbação do sossego, atentado violento ao pudor; exploração sexual; porte de drogas.	xxx	xx	xx
<b>Truculência</b>	Identificar guardas/policiais violentos; Anotar dados da viatura; Denunciar as entidades de classe.	x		x

Fonte: TANGERINA, (2017).

Silva (2011) explica que a lei não é um recurso usado apenas na delimitação dos lugares públicos e privados; ela define os crimes, os quais estão associados às diversas áreas da cidade. De acordo com o autor, a lei é a principal ordem normativa na estruturação da territorialidade policial; ela molda como a polícia conceitua as áreas que patrulha. Assim, atividades como a prostituição sofrerão mais com a repressão policial em áreas consideradas de residência familiar e serão mais permitidas em outras consideradas moralmente decadentes.

Relacionando com a ideia de vigiar e punir de Foucault e com a disciplina espacial de Deleuze, os policiais constroem uma fronteira social e moral classificando no espaço o que é certo ou errado, bom ou ruim, influenciando suas visões sobre os suspeitos e as áreas. Pelo que vimos na literatura de referência, este fato atrela-se ao poder simbólico explicado por Bourdieu e, por que não, pela construção do estigma trabalhada por Goffman. Assim, a polícia se define como moralmente certa e seus oponentes como moralmente repugnantes, “sendo considerado poluído o espaço ocupado por esses últimos [...] o território de atuação da polícia necessita do uso constante de estratégias territoriais para a sua manutenção”. (SILVA, 2011, p.30)

A polícia trata o meretrício no sentido de controlá-lo, mantendo a “ordem social”. Para manter o controle social, especificamente em relação a prostituição, a polícia também poderá fazer diversas leituras da legislação pertinente, tratando os profissionais do sexo com maior ou menor rigor, dependendo de atitudes individuais de chefes de polícia, delegados e até mesmo de policiais comuns. (SILVA, 2011, p.31).

Na Praça Osório, captamos o conflito com relação ao uso e a apropriação do espaço pelos michês, quando estes fazem das cabines do sanitário masculino o local da realização dos programas sexuais. Fica nítido neste caso, o conflito levantado por Gomes (2006) por meio das categorias “nomoespaço”, (que preza pelo uso normativo do espaço público) e “genoespaço” (caracterizado pela apropriação do espaço público por grupos urbanos).

Por meio de entrevistas e notícias publicadas na mídia local, constatamos que o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, em especial, com o grupo de travestis e transexuais que ocupa a Praça Ouvidor Pardinho, tem na territorialidade da polícia um de seus principais fatores. O Poder instituído pelo estado, por meio da atuação policial, influencia de forma significativa a mobilidade do grupo que por sua vez resiste, seja pelo dia a dia da rua, seja pela organização e engajamento político de associações representativas que “batalham” em outras frentes da esfera pública.

#### 4.4 UM BREVE RETROSPECTO

Este estudo na região central de Curitiba busca contribuir com a ideia de que a prostituição, por meio de seus atores sociais, é um dos componentes da organização/reorganização do espaço geográfico, materializando territórios com suas territorialidades e seus significados. Nesse contexto, este fenômeno social foi analisado a partir das práticas e estratégias de apropriação e legitimação de seus territórios. Procuramos mostrar sua relevância na perspectiva da Geografia, pelo viés da compreensão (de parte) da dinâmica de apropriação do espaço urbano pelos diferentes segmentos que nela atuam.

Concordamos com Carlos (1996) ao explicar que a cidade, vista como uma forma de organização do espaço pelo homem é resultante de processos sociais que produzem forma, movimento e conteúdos, diferenciados de suas áreas e consequentemente, conduzem uma articulação dessas áreas, na qual a rua passa a ter uma função importante quanto aos seus diferentes usos. Para a autora, “a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares, e rostos, as pistas das diferenças sociais”. (CARLOS, 1996, p.86).

Neste contexto, por conta da dinâmica do campo de forças do espaço urbano, os territórios da prostituição de rua, aqui investigados, podem sofrer expansão, contração ou até mesmo desaparecimento, em decorrência de serem móveis, cíclicos e fluídos, acompanhando a própria complexidade social expressa na materialidade urbana.

A prostituição precisa do centro da cidade pelo fluxo de pessoas (e clientes) aí existentes e pelo anonimato que a multidão oferece. Vimos que uma forma de afirmação territorial evidenciada nesses territórios, em especial nos noturnos, é a comunicação por meio de posturas corporais e de códigos de conduta, numa clara intenção de diferenciação das outras pessoas.

Apesar de apresentarem características comuns, os territórios aqui investigados, são dotados de singularidades. Além de se diferenciarem quanto ao tempo (período do dia) e segmento da prostituição, alguns territórios são mais "fixos" (embora todos cíclicos) do que outros, como o Passeio Público (território exclusivo de prostitutas) e a Praça Osório (território exclusivo dos michês). Ambos são reconhecidos há décadas como territórios de prostituição e os impasses, embora existentes, são de intensidades menores se comparado ao território (móvel) das Trans que ocupam atualmente as imediações da Praça Ouvidor Pardinho.

Como o território trata da apropriação do espaço a partir de interesses e necessidades pré-existentes, constatamos que na Praça Ouvidor Pardinho (e suas imediações), o conflito existente por parte de moradores, comerciantes, agentes imobiliários e religiosos em relação às travestis e transexuais profissionais do sexo, se evidencia de forma nítida, já que os valores sociais (e econômicos) não são solidários entre os grupos sociais que disputam o uso deste espaço.

Desta forma, a diferença de interesses dos grupos sociais envolvidos no processo de apropriação do espaço é um fator determinante para o surgimento de conflitos no território da Praça Ouvidor Pardinho. A permanência das Trans nas avenidas Getúlio Vargas e Iguaçu, mesmo que nas altas horas da noite, é objeto de críticas e campanhas, por parte de outros agentes sociais que são favoráveis a erradicação deste território. No entanto, o grupo resiste. Por meio da ocupação das calçadas (noite após noite) busca seu direito à cidade.

Desse modo, a existência dos territórios da prostituição não depende apenas de quem está dentro, mas também de atores externos, o que inclui também o próprio poder público.

Já a Rua Riachuelo, que durante o dia é territorializada por prostitutas, a noite tem nas Trans a sua territorialidade predominante, embora também com a presença de prostitutas dividindo o mesmo ponto. Assim, este território no período noturno se apresenta de forma mais flexível no que diz respeito à presença de diferentes segmentos, quando comparado ao território da Praça Ouvidor Pardinho (exclusivo das Trans).

Por sua vez, na Rua Cruz Machado, um elemento importante para ser abordado refere-se aos inúmeros estabelecimentos de comércio e serviços de entretenimento (casas noturnas), dispostos neste território, principalmente aqueles localizados nos pisos inferiores das edificações junto às calçadas, que influenciam nas estratégias de ocupação das profissionais do sexo que na rua trabalham.

Durante o dia, observa-se a presença de estabelecimentos comerciais diversos, o movimento de pessoas que residem nos prédios e hotéis de suas imediações e o movimento intenso de veículos que circulam em direção a outros locais da cidade. Já durante a noite, há uma mudança significativa de seu conteúdo em decorrência de grande parte dos estabelecimentos de entretenimento começarem a funcionar, fazendo com que a rua e suas imediações ganhem uma dinamicidade com a presença de prostitutas e Trans, além, é claro, de uma população que vem usufruir destes serviços. Assim, esse território é temporalmente muito bem marcado.

Embora seja um território compartilhado entre prostitutas e Trans, a Rua Cruz Machado apresenta uma demarcação quase imperceptível entre os dois segmentos, que se organizam ocupando calçadas de lados opostos, expandindo o território em dias de maior movimento (noites de sexta e sábado) para outras ruas adjacentes, como a Dr. Carlos de Carvalho e Saldanha Marinho.

Deste modo, como ensina Haesbaert (2002, p. 93), há uma “[...] complexa rede de relações entre grupos que traçam laços de identidade com o espaço que ocupam, criam formas de apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar que o conceito de território na Geografia vem assumindo novos significados e tem possibilitado o estudo de novas abordagens, como a dos territórios informais inseridos na dinâmica do espaço urbano, como é o caso da prostituição de rua. Entretanto, investigar este fenômeno social não é tarefa fácil, seja pelos tabus e barreiras que a ele estão subjacentes, seja pela dificuldade de articular conceitos ou pela complexidade que as relações humanas revelam sobre esta prática. Todavia, como ensina Denis Cosgrove (1998, p.92) “a geografia está em toda parte”.

Entendemos que a Geografia tem como compromisso refletir e procurar explicar os fenômenos sociais que permeiam o nosso cotidiano. Assim, a prostituição merece ser alvo de estudo, pois constitui um fenômeno territorial causador de embates sociais presente no contexto dos centros urbanos. Procuramos contribuir com o temário, lançando mão de alguns conceitos, em especial, o de espaço e território, tendo na abordagem dialética a interpretação do objeto de estudo sob a ótica das tensões e conflitos que o caracterizam. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi impossível não dialogar também com pressupostos que tratam do simbolismo e da vida cotidiana, em razão da multidimensionalidade (política, econômica e simbólica) que envolve e caracteriza a dinâmica dos territórios da prostituição no centro de Curitiba.

Entendemos que a busca pela compreensão da dinâmica social passa pelo desvelamento da dialética que se estabelece entre a sociedade e sua espacialidade. É nesse sentido que o espaço não pode ser lido apenas como palco ou produto das relações sociais, pois sua existência se mostra indispensável como condição para estas relações. Vimos que o cotidiano da prostituição de rua no centro de uma metrópole como Curitiba não é homogêneo e tampouco estável. Muito pelo contrário, é composto de impasses, conflitos, hierarquias e identidades socioterritoriais.

Constatamos que as práticas sexuais comerciais levam a ocupação de uma determinada porção do espaço para a realização da prostituição. Para isso, a construção de um território é de vital importância para que um determinado grupo possa exercer o controle, de modo a permitir a manutenção da atividade e,

inevitavelmente, realizar o exercício do poder e coesão interna como forma de manter a ordem e a perpetuação da atividade.

Neste contexto, o conceito de territorialidade foi utilizado enquanto condição *sine qua non* para compreendermos certas nuances da dinâmica da prostituição de rua no centro de Curitiba. Verificamos que por meio da vivência territorial da prostituição, os diferentes grupos (segmentos), ao promoverem a territorialização do espaço, reafirmam suas identidades por meio destes territórios, caracterizando-os como reflexo e condicionante para a reprodução das relações sociais de poder.

Devido à dificuldade de se defender de outros agentes (seja de dentro ou de fora da prostituição), profissionais do sexo em geral tendem a se organizar em grupos. Desta forma, seus territórios possuem uma especificidade bastante marcante, que consiste no fato de haver uma separação territorial dos diferentes segmentos. Isso ficou evidente na exclusividade de três dos territórios aqui investigados: o Parque Passeio Público (de prostitutas), a Praça Osório (de michês) e a Praça Ouvidor Pardinho (das Trans).

Nas observações em campo, constatamos que cada grupo delimita seu próprio território e, quando ocorre de existir a co-presença de diferentes segmentos - caso das Ruas Riachuelo e Cruz Machado (ambas no período noturno) - as distintas territorialidades de prostitutas e Trans podem se apresentar de forma bastante tênue, quase imperceptível, no entanto, elas existem. Um exemplo elucidativo disso é os dois lados da Rua Cruz Machado que, separados por poucos metros, servem de referência para prostitutas (de um lado) e para as Trans (do outro).

Entretanto, esclarecemos que a territorialidade dos diferentes segmentos da prostituição de rua é definida não apenas pela iniciativa desses agentes, mas por outros fatores que vão influenciar de forma decisiva na construção e desconstrução desses territórios. Entre eles estão às intervenções frequentes por parte do poder público, principalmente por meio da atuação policial e/ou por iniciativa de vereadores (o que ficou demonstrando no embate com as Trans profissionais do sexo que atuam nas imediações da Praça Ouvidor Pardinho), porém, percebemos que em outros territórios (Passeio Público e Praça Osório), o poder público, representado pela atuação policial não se mostra tão incisivo.

Outros fatores como a dificuldade de acesso para os clientes em ruas periféricas e a rejeição por parte de moradores e comerciantes locais também acabam influenciando de maneira considerável a dinâmica dos territórios e



consequentemente sua possibilidade de extinção ou manutenção. Seguindo a linha de raciocínio de Ribeiro e Mattos (1996), acreditamos que os territórios investigados nessa pesquisa acompanham a dinâmica da própria cidade na qual estão inseridos e, uma vez estabelecidos, podem sedimentar-se durante algum tempo, tendendo à expansão caso aumente a procura do comércio do sexo. Da mesma forma, podem fragmentar-se em decorrência de invasões de outros grupos, ou mesmo, da intervenção dos poderes instituídos, levando em alguns casos à sua extinção em uma área e/ou o seu reaparecimento em outra.

Em geral, constatamos o caráter elástico dos territórios em virtude de sua capacidade de contração e expansão de acordo com o campo de forças do momento. Ecoando Souza (1995), podemos tipificar os territórios da prostituição de rua aqui investigados como “regulares” (se formam frequentemente), entretanto “flutuantes”, “móveis” e “cíclicos”, sendo que seus limites tendem a ser instáveis e a demarcação de suas fronteiras invisíveis ocorre de forma simbólica, combinando uma direção no espaço-tempo e a legitimação de sua posse.

Assim, não buscamos analisar o fenômeno como um sistema rígido e imóvel. Acreditamos que o centro da metrópole é, antes de tudo, uma totalidade, ou ainda, um conjunto de múltiplas totalizações processadas no espaço geográfico, e são essas totalizações que deliberam acordos e conflitos no “mundo da batalha”.

Relacionando a manutenção e a dinâmica da prostituição com a situação constitucional do grupo de profissionais do sexo, tomamos a liberdade de avaliar que, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro garante a condição de ocupação e exercício da profissão, criminaliza seu entorno e vitimiza esse grupo de trabalhadores urbanos. Consideramos que esta condição contraditória faz com que as pessoas que praticam a prostituição, independente de seu segmento, acabem criando condutas e códigos internos de ação cotidiana para que seja possível manter suas práticas atuantes, transitando entre a formalidade e a informalidade e, em alguns casos, entre a legalidade e a ilegalidade.

Imerso no dinamismo e na complexidade do espaço e da sociedade urbana, com base nas observações em campo e na análise das entrevistas, podemos inferir que práticas coletivizadas de autoproteção servem de estratégia para a defesa e manutenção desses territórios. Assim, as demandas coletivas percebem a necessidade de se reinventar além das estratégias convencionais frente ao frenético campo de forças do espaço urbano.

Historicamente considerada o lugar da diversidade, percebemos durante a trajetória da pesquisa, que a urbe vem se tornando cada vez menos tolerante. Essa leitura pode ser feita mediante um olhar atento ao próprio comportamento dos cidadãos, em que a perda da capacidade de abrigar as diferenças fica evidente. No caso da prostituição, este fato pode ser mais bem compreendido ao lançarmos mão da concepção do “estigma” (visto em Goffman) e do “poder simbólico” (tratado por Bourdieu).

Por outro lado, o engajamento político e a representatividade dos/das profissionais do sexo por meio de associações e entidades de classe, vem possibilitando, a duras penas, um caminho para o diálogo. É na cidade (campo da política, dos conflitos e da utopia) que as novas experiências podem eclodir, numa capacidade de mobilização e inteligência crítica. Como nos ensina Arendt (2007), “[...] a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. (p.13).

Diante deste cenário, resgatando os ensinamentos de Massey, mais do que uma Geografia que se debruce nas diferenças, temos que pensar (e praticar) geografia(s) pautada(s) no esforço de compreensão da diversidade, pensada aqui em suas múltiplas dimensões espaciais e territoriais. Tomando de empréstimo a expressão literária do poeta Reinoldo Atem (1982) podemos dizer que a “Urbe urge” e, porque não, a geografia da prostituição também.

Para não concluir e incentivar ainda mais a discussão e reflexão no âmbito acadêmico ou fora dele, nos despedimos aqui com os ensinamentos de Boaventura de Sousa Santos (2003): “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (p.53). Seja dentro ou fora da “batalha”!

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Mariana. e SCOPINHO, Rosemeire. **Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. **“Um incomodo moral”**: o controle policial do meretrício em Curitiba (1929-1937) – Nayara Elisa de Moraes Aguiar. Curitiba, 2016, 202f.
- ALCÂNTARA, Jean, Moreira. **Territórios invisíveis: territorialidades dos garotos de programa na área central de Manaus** / Jean Moreira Alcântara. - Manaus: UFAM, 2009.
- ALVAREZ, Gabriel; TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de saúde (HIV/Aids). **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n.1/2, p. 53-68, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- ALVES, Flamarion Dutra. **Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana**. DIALOGUS. Ribeirão Preto, v.4, n.1, p. 227-241, 2008
- ALVES-MAZZOTTI, Alda. Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1999. 203p.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ATEM, Reinoldo. **Urbe urge**. Curitiba. Zéblue, 1982.
- AUGRAS, Monique. **Poder do desejo ou desejo de poder?** Rio de Janeiro. Arquivo Brasileiro de Psicologia, 1985.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 7ª tiragem. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARRETO, Lourdes. Todos calam, nós falamos. *In*: COMITÉ LATINO AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CLADEM). **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: Cladem-Brasil, 1995, p. 447-461.
- BARROS, Lúcio Alves de. **Mariposas que trabalham. Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte**. *Jus Navigandi*, 2005. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/23535/public/23535-23537-1-PB.pdf>
- BASSERMANN Lujó. **História da Prostituição: Uma Interpretação Cultural**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**; 1968.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Rio de Janeiro: Celta editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: editora Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertharnd Brasil, 2010.

BRASIL. **Câmara Federal. Projeto de Lei n. 98 de 2003** (do Sr. Fernando Gabeira). Brasília: Câmara Federal, 2003. Disponível em: <<http://200.219.132.4/sileg/integras/114091.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Câmara Federal. Projeto de Lei n. 377 de 2011** (do Sr. João Campos). Brasília: Câmara Federal, 2011. Disponível em: <<http://200.219.132.4/sileg/integras/114091.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Câmara Federal. Projeto de Lei 4.211 de 2012** (do Sr. Jean Wyllys) Brasília: Câmara Federal, 2012. Disponível em: <<http://200.219.132.4/sileg/integras/114091.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, pp.25-43, jul./dez. 2000.

CARDOSO, Diogo da Silva. Um passeio pela cidade: notas geográficas sobre a vida social na metrópole. Geoambienteonline. **Revista eletrônica do curso de Geografia**, Campus Jataí – UFG, Goiás, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. “Novas” contradições do espaço. In: \_\_\_\_\_; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CARMONA, Matthew. **Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique**. In: Journal of Urba Design, v. 15. n. 1, Fev. 2010.

CASTRO, Ricardo. Representações sociais da prostituição na cidade de Rio de Janeiro. In: SPINKY, Mary. Jane. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 149-187.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Organizadores) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CAVALCANTI, Sylvia.; ELALI, Gleice. (orgs.) **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato Espaço e indústria. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática 1995b.

\_\_\_\_\_. **Análise crítica dos textos geográficos**: breves notas. GeoUERJ, Rio de Janeiro, n.14, p.7-18, 2º. Semestre de 2003.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-122.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CRANDALL, Christian S. Ideology and Lay Theories of Stigma: The Justification of Stigmatization. In: HEARTHERTON, Todd F. et al. (Org). **The social psychology of stigma**. New York: The Guilford Press, 2003. p. 126-150.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.115, pp.139-154. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>.

DUARTE, Darlon Costa. Projetos de lei sobre prostituição: análise crítica. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano21, n.4599, 3 fev. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46246>. Acesso em: 2 set. 2016.

DUDEQUE, Iran; TEIXEIRA, Valéria Marques (org). **História de Curitiba: Urbanizações de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John . **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FONSECA, Cláudia. "A dupla carreira da mulher prostituta". **Revista Estudos Feministas**, n. 1. 1996, p. 7-33.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. "O sujeito e o poder" in RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANCO, Maria Laura. O que é análise de conteúdo. **Cadernos de Psicologia da Educação**. São Paulo, PUCSP.2008.

FRANCO DA SILVA, Carlos .Alberto. Prefácio. In: **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

FRAYA Frehse (2002). **O Mundo das Calçadas - Por uma política de espaços públicos em São Paulo. Resenha da obra de Eduardo Yázig (1997)**. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52448/56442>. Acesso em 20 de maio de 2016.

FREITAS, Renan. **Bordel, Bordéis: negociando identidades**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes. 111 p. 1985.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun.1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC. 1988.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: Prostituição em Copacabana e identidade social**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1985.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: 2ª edição, Bertrand Brasil, 2006.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? Psicologia. **Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/jun 2006.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**.Vol 2.Lifeworld and sistem: A critihique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004/2012.

\_\_\_\_\_. Território e região numa "constelação" de conceitos. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. Da. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAM, 2009.

\_\_\_\_\_. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD Ester. **O território em tempos de Globalização. etc..., espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradutores: SILVA, Tomaz Tadeu da e LOURO, Guacira Lopes. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDING, Sandra. A instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista, in **Revista de Estudos Feministas**, vol.1, no.1, 1993, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, p.19.

HIRAMI, Anni Caroline Harue Belmont. **Meu corpo, minhas regras: Travestis e Transexuais em Curitiba**. Departamento de Ciências Sociais, UFPR, 2015.

HUGHES, Donna. A **Legalização da Prostituição refreará o Tráfico de Mulheres?** In:<www.apf.pt/temas/tema>Acesso em: jul. 2016.

JAPIASSÚ, Hilton. & MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LACERDA, Cláudio. de. **Passeio Público: Primeiro Parque Público de Curitiba**. Volume 28. Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins, 2001.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LANE, Sílvia. e CODO, Wanderley. (orgs.) **Psicologia Social. O Homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense.2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **Laproduction de l'espace**. 4º Ed. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. In HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. Ed. UNESP. São Paulo. 2009, p. 198-203.

LEITE, Gabriela Silva. Prostituição: máscaras antigas, nova cidadania. In: COMITÉ LATINO AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CLADEM). **Mulheres: vigiadas e castigadas**. São Paulo: Cladem-Brasil, 1995, p. 463-470.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

LIMA, Michel Brito de. **Territorialidades da prostituição nos limites entre as cidades de Belém e Ananindeua no Estado do Para**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre - RS, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Heloísa Helena Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai/ago 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L. ; PESSÔA, Vera L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.279-291.

MATTOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In: **Revista Território**. Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro. Jul/ Dez, 1996, p. 59 – 76.

MATTOS, Rogério Botelho. Dinâmica dos espaços de prostituição na cidade do Rio de Janeiro: 1840-1940. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. São João do Meriti, Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002. p. 57-87.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2ª.ed. Tradução IlanaHeineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Mônica Queiroz de. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – O trabalho na vida nada fácil**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ORNAT, Márcio José. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terra Plur@l**, v. 1, 2008a.

\_\_\_\_\_. Sobre espaço, gênero e sexualidade. **Terr@ Plural**, n. 2, p. 309 322, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil** / Tese ( Doutorado em Geografia ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

PASINI, Elisiane. **“Corpos em Evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.



\_\_\_\_\_. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagu**. Campinas, jul.-dez. 2005. N. 25, p. 185-216.

PELÚCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2005.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1986.

PEREIRA, Cristiana. Schettini. Lavar, passar e receber visitas: Debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, s/v. n. 25, p. 25-54, jul/dez 2005.

PEREIRA, Danilo Cardoso. **O Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual**. ETIC ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. Vol. 8, Nº 8, 2012. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/3153>: Acesso em: 15 out. 2015.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. Ed. UNESP. São Paulo. 2009, p. 203-208.

PIMENTEL, Ivan Ignácio. e BARBOSA, Ana Carolina Santos . **A Invisibilidade do Ser e a Visibilidade do Prazer: A Identidade Travesti e a Formação do Espaço Simbólico no Bairro da Glória - RJ**. In: 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2010, Belém. Anais do 2º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia Norte, 2010.

POULIN, Richard. Quinze Teses Sobre o Capitalismo e o Sistema Mundial de Prostituição. In: **Desafios do livre mercado para o feminismo**. Nalu Faria; Richard Poulin. Ed SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo, 2005.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1991.

\_\_\_\_\_. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). In: Parker, Richard; Barbosa, Regina Maria (orgs). **Sexualidades Brasileiras**. Ed. RelumeDumará: ABIA: IMS/UERJ. Rio de Janeiro. 1996.

\_\_\_\_\_. A prostituição ontem e hoje. In: **Sexo e Violência – Realidades antigas e questões contemporâneas**. Grillo, J. G. C.; Garraffoni, R. S.; Funari, P. P. A. (orgs.) Annablume editora. São Paulo. 2011.

QUEIROZ, Rita Suely Bacuri de. **Territórios do prazer – ambiente e prostituição na área central de Manaus**. Manaus, 1999. 150 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Ambientais). Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas - UFAM.1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione, In: TURCO A. **Regione e regionalizzazione**, Milano, Franco Angeli, 1984, p.69-82.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima & PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

REY, Fernando Luis. Gonzales. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005.

REYNA, Carlos Pérez. **Vídeo e pesquisa antropológica: encontros e desencontros. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. 1997. Disponível em: Acesso em 14 de dezembro de 2010.

RIBEIRO, Miguel Ângelo; MATTOS, Rogério Botelho de. **Territórios da Prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro**. Revista Território, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Miguel. Ângelo; OLIVEIRA, Rafael. Silva. **Território, Sexo e Prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. RJ. Tradução de Magda Lopes. Record: Rosa dos Tempos, 1998.

RUIZ, João. Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SACK, Robert. **Human Territoriality**. Cambridge, Cambridge Univer. Press, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997 (Coleção Espaços)

SAQUET Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**, Porto Alegre, EST Edições, 2003/2001.

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, Anamaria Santana.; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. (Orgs.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os**

**mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS.** Brasília: OIT, 2005.

SILVA, Jean Carlos da. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Rafael (orgs). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SILVA, Joseli. Maria. **Culturas e Territorialidades Urbanas.** Revista de História Regional, Ponta Grossa, vol. 5, nº 2, p. 9 – 36, Inverno de 2000.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT; Márcio José. Sobre sexualidade e espaço: prostituição e território travesti'. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael (orgs). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento e SILVA, Joseli. Maria. **Interseccionalidades, Gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Todapalavra. 2014.

SILVA, Rodrigo; ALVES NETO, Celso. **Meretrizes: A geografia da Prostituição em Florianópolis.** Cecca - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. (1997).Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/104.pdf>. Acesso em 10/12/2015.

SIMÕES, Soraya. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca.** Niterói: EdUFF. 2010.

SOBARZO, Oscar Alfredo Miño. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente.** Presidente Prudente, 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia).

SOJA, Edward. **The political Organization of Space.** Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SOUSA, Francisca. **O cliente: o outro lado da prostituição.** São Paulo: Annablume. 1998.

SOUZA, Marcelo. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. In: **Geographia.** IV Nº.7 jan./jun. 2002.

TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. **Prostituição e polícia: um estudo de caso.** 372 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: O administração de conflitos, discriminação e exclusão\*** Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 151-172, jan./jun. 2004

TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 242 p.

URIARTE, Urpi Montoya. Olhar a Cidade. **Contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos**. 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, SP, Brasil, 2012.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Riode Janeiro, 1981.

WOLFINGER, Nicholas **On writing fieldnotes: collection strategies and background expectancies**. *Qualitative Research*, London, v. 2, n. 1, p. 85-95, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas - Por uma política de espaços públicos em São Paulo**. Livre Docência (Tese), São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

ZANELLI, José Carlos. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas**. Estudos de Psicologia, v. 7, p. 79 - 88, 2002.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula: contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores**. Portugal: Porto, 1994. 206p.

### Outras Referências

ABGLT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** - Disponível em <http://www.abglit.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>: Acessado em 20 de maio 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Fundo do Instituto de Identificação**. Promptuario das Meretrizes (1920-1929).

BANDA B. **Aposentado vai a banheiro público, paga R\$ 1 e toma susto com cena que nunca viu em 64 anos**. Por Luiz Henrique de Oliveira e Antônio Nascimento. Publicado em 2 de março de 2016. Disponível em <http://www.bandab.com.br/jornalismo/motel-aposentado-vai-a-banheiro-publico-paga-r-1-e-toma-susto-com-cena-que-nunca-viu-em-64-anos/>. Acesso em 20 de abril de 2016.

BANDNEWS; BEM PARANÁ. **Para acabar com a "putaria", vereador propõe multa aos clientes**. Publicado em 25/02/14.

Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/306547/para-acabar-com-a-putaria-vereador-propoe-multa-aos-clientes>. Acesso em 10 de maio de 2015.

BEM PARANÁ. **Banheiros públicos viram espaços de libidinagem e encontros "amorosos"**. Publicado em 03/03/2016.

Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/431958/banheiros-publicos-viram-espacos-de-libidinagem-e-encontros-amorosos>. Acesso em 20 de abril de 2016.

GAZETA DO POVO. **Sexo e drogas mancham o Passeio Público**. Por André Simões. Curitiba, p. 9. 30/09/2012

GAZETA DO POVO. **A Riachuelo nunca foi santa**. Por José Carlos Fernandes. Publicado em 20/12/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-riachuelo-nunca-foi-santa> ehm2n615o7rca5vji4b9bq3im. Acesso em 10 de maio de 2015.

GAZETA DO POVO. Sexo e drogas mancham o Passeio Público. **Por A.S Simões. Publicado em 30/09/2012, p.09.**

GAZETA DO POVO. **Travestis fazem acordo e ganham local próprio em Curitiba.** Por José Marcos Lopes. Publicado em 19/01/2007. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/travestis-fazem-acordo-e-ganham-local-proprio-em-curitiba-aca32uopm85s6z36g7bykih5a>. Acesso em 10 de maio de 2015.

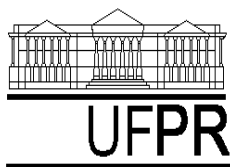
O ESTADO DO PARANÁ. **Pipoqueiros do Passeio Público pedem segurança.** Por Cíntia Vegas. Publicado em 17 de abril de 2002, p. 13.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Moradores do Rebouças reclamam da atuação de travestis.** Publicada em 18/02/2014. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/painel-do-crime/moradores-do-reboucas-reclamam-da-atuacao-de-travestis/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Marginalidade é rotina na Riachuelo.** Por Cintia Végas. Publicado em 26/01/2004. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/marginalidade-e-rotina-na-riachuelo/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Damas do Passeio.** Por Eduardo Santana. Publicado em 10 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/centro/damas-do-passeio/>. Acesso em 10 de maio de 2015.

## **ANEXOS**



## ANEXO 1 - DIÁRIO DE CAMPO

### IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome do mestrando:</b> Rafael da Silva Tangerina
<b>Orientador:</b> Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini
<b>Tema do estudo:</b> Prostituição de rua no centro de Curitiba
<b>Grupo de Pesquisa ao qual está vinculado na UFPR:</b> NUPOTE – Núcleo de Estudo em População e Território

### Localização do território:

\_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Período do dia:** ( ) manhã ( ) tarde ( ) noite

**Grupo que ocupa (pode ser mais de um):** ( ) Prostitutas ( ) Michês ( ) Trans

**Intensidade de ocupação:** ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

**Tipo de observação:** ( ) fixa de baixo ( ) móvel de baixo - a pé ( ) móvel de baixo - de carro

**Foi possível o registro fotográfico?** ( ) sim ( ) não

**Houve realização de entrevistas?** ( ) sim ( ) não

Se “sim”, especificar \_\_\_\_\_

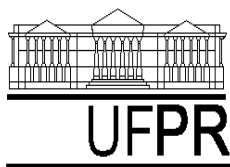
### Ocorrências relevantes para a pesquisa durante a observação:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome do mestrando:</b> Rafael da Silva Tangerina
<b>Orientador:</b> Prof. Dr. Adilar Antônio Cigolini
<b>Tema do estudo:</b> Prostituição de rua no centro de Curitiba
<b>Grupo de Pesquisa ao qual está vinculado na UFPR:</b> NUPOTE – Núcleo de Estudo em População e Território

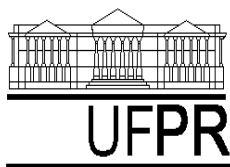
### Parte I – QUESTÕES FECHADAS

- **Município de residência:** \_\_\_\_\_
- **Idade:** \_\_\_\_\_
- **Tempo de profissão:** \_\_\_\_\_
- **Tempo no ponto:** \_\_\_\_\_
- **Escolaridade:** \_\_\_\_\_

### Parte II – QUESTÕES ABERTAS

1. Entrada na prostituição – Quais são os motivos?
2. Relações socioterritoriais no grupo - O que fazer para se estabelecer na atividade?
3. Relações socioterritoriais com outros grupos (segmentos) de prostituição – Imposição ou consenso sobre onde ocupar?
4. Relações socioterritoriais com clientes – O que é importante saber para evitar problemas e obter êxito?
5. Relações socioterritoriais com moradores e comerciantes - Como evitar/amenizar conflitos?
6. Relações socioterritoriais com policiais – Como lidar com este Poder?





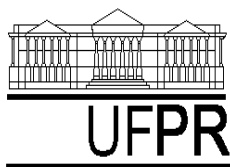
### ANEXO 3 - SÍNTESE DE INFORMAÇÕES CAPTADAS NAS ENTREVISTAS

**Prostituta Colaboradora 01.** Moradora de Curitiba, 46 anos, 26 anos de profissão, 09 anos no Passeio Público, Ensino Fundamental Incompleto, mãe e avó. Entrevista realizada em 17/05/2016. Citação: “Quando a gente é mocinha é uma coisa, não é difícil conseguir uma casa pra trabalhar, agora quando a idade vai chegando e a gente já não fica lá essas coisa, não tem muito o que fazer né (...) a gente precisa da rua pra sobreviver”.

1. Motivo principal de entrada: sustentar a família
2. Relações com o grupo: não furtar o cliente, não permitir menores, respeitar as mais antigas;
3. Relações com o cliente: acerto do programa, usar preservativo, andar pra lá e pra cá, troca de olhar, chamar o pessoal (gritar em caso de perigo)
4. Relação com outros grupos: história do lugar
5. Relação com moradores e comerciantes: não ficar na frente do comércio; usar roupas discretas
6. Relação com a polícia: respeitar; não ficar na frente do posto.

**Prostituta Colaboradora 02.** Moradora de Almirante Tamandaré (região metropolitana de Curitiba), 41 anos, 15 anos de profissão, 04 anos no Passeio Público, Ensino Fundamental completo, mãe. Entrevista realizada em 17/05/2016. Citação: “Não posso reclamar de nada não (...) sou contente com minha vida, consigo criar meus dois filhos e isso já está bom demais (...) mais a rua não é para qualquer uma não”.

1. Motivo principal de entrada: estava desempregada
2. Relações com o grupo: respeitar as mais antigas; não brigar, não ir no lugar da outra, não abordar homens acompanhados de mulheres e crianças, respeitar o cliente.
3. Relações com o cliente: prevenir doenças, paquerar, não ir pra muito longe pra fazer o programa



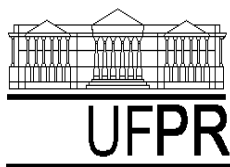
4. Relação com outros grupos: tradição do ponto
5. Relação com moradores e comerciantes: fazer amizade (com comerciantes), cuidar das roupas que usa
6. Relação com a polícia: não ficar lá do lado deles.

**Prostituta Colaboradora 03.** Moradora de Curitiba, 37 anos, 14 anos de profissão, 05 anos no Passeio Público, Ensino Médio completo. Entrevista realizada em 20/05/2016. Citação: “Gosto daqui, as meninas aqui são mais maduras, são tudo gente boa (...) uma respeita a outra e no final todo mundo se ajuda”.

1. Motivo principal de entrada: ganhar mais; poder comprar coisas
2. Relações com o grupo: respeitar as mais antigas; ajudar a outra; ser certinha no preço do programa, aguentar o começo.
3. Relações com o cliente: calote e agressão (riscos), olhar pra ele, elogiar, falar do jeito que ele gosta (táticas), dar escândalo (autoproteção)
4. Relação com outros grupos: cada um no seu (referindo-se ao território)
5. Relação com moradores e comerciantes: não ficar muito exposta (referindo-se ao corpo)
6. Relação com a polícia: eles lá, a gente aqui (não permanecer próximo ao posto).

**Prostituta Colaboradora 04.** Moradora de Curitiba, 35 anos, 10 anos de profissão, 05 anos na Praça Generoso Marques, Ensino Fundamental completo. Entrevista realizada em 26/08/2016. Citação: “Aqui passa muita gente toda hora (...) de dia é bem tranquilo, o tiozinho (do bar) deixa a gente usar o banheiro dele (...) eu já tô aqui há muito tempo sabe, o pessoal já tá acostumado que eu trabalho aqui”.

1. Motivo principal de entrada: pagar dívidas
2. Relações com o grupo: ser humilde e honesta, não ser individualista
3. Relações com o cliente: trocar informações com colegas, acertar o programa antes, olhar.
4. Relação com outros grupos: tradição da rua



5. Relação com moradores e comerciantes: fazer amizade na medida do possível, não ficar na frente de lojas, aproveitar o movimento dos bares.

6. Relação com a polícia: não deixar meninas menores no ponto

**Prostituta Colaboradora 05.** Moradora de Colombo (região metropolitana de Curitiba), 45 anos, 27 anos de profissão, 08 anos na Praça Generoso Marques, Ensino Médio incompleto. Entrevista realizada em 16/09/2016. Citação: “O preço do programa varia aqui (Rua Riachuelo) de acordo com o horário, de dia fica na faixa dos trinta reais e a noite a média é de cinquenta, mais o valor do quarto”.

1. Motivo principal de entrada: sustentar a família

2. Relações com o grupo: fazer o meu, ganhar honestamente, ajudar as meninas

3. Relações com o cliente: circular pelas calçadas; expor o corpo.

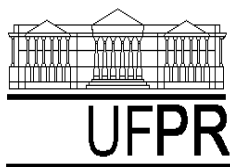
4. Relação com outros grupos: a gente ocupa o lugar de acordo com o perfil (econômico) do cliente

5. Relação com moradores e comerciantes: não ficar na frente das lojas

6. Relação com a polícia: não se meter com gente errada, ficar na minha pra não ter problemas com eles (policiais).

**Prostituta Colaboradora 06.** Moradora de Curitiba, 34 anos, 08 anos de profissão, 03 anos na Rua Cruz Machado, Ensino Médio completo. Entrevista realizada em 25/11/2016. Citação: “As da rua, acham que lá dentro (se referindo as casas noturnas) tem muita concorrência e o preço tem que seguir um padrão entendeu? Aqui fora é mais livre entendeu? (...) Outra diferença é que lá (na casa noturna), as meninas não usam droga pra não trazer problemas pro dono se a polícia de repente fazer batida, entendeu? Mais pra quem tá começando, se conseguir uma casa é melhor porque é mais seguro lá entendeu? Aqui (se referindo a rua) é cada um que me aparece (risos)”.

1. Motivo principal de entrada: flexibilidade de horário e dinheiro rápido



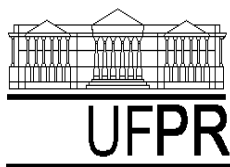
2. Relações com o grupo: garantir ajuda (proteção)
3. Relações com o cliente: pedir ajuda em caso de perigo
4. Relação com outros grupos: história do lugar
5. Relação com moradores e comerciantes: ser conhecida pelo meu trabalho limpo (honesto)
6. Relação com a polícia: cuidar com as roupas

**Michê Colaborador 01.** Morador de Curitiba, 27 anos, 02 anos de profissão, 02 anos na Praça Osório, Ensino Médio completo. Entrevista realizada em 19/10/2016. Citação: “Nos primeiros meses foi difícil, era tudo novo pra mim (...) nunca tinha trabalhado com isso (...) depois a gente vai fazendo amizade e os caras mais velhos já confiam mais na gente e vão dando dica de como se virar por aqui”.

1. Motivo principal de entrada: motivos financeiros
2. Relações com o grupo: fazer amizade; ganhar a confiança
3. Relações com o cliente: flertar; ser educado e prestativo
4. Relação com outros grupos: tradição da praça
5. Relação com moradores e comerciantes: conversar com comerciantes; fazer amizade (com vendedores ambulantes)
6. Relação com a polícia: preocupação com as blitz

**Michê Colaborador 02.** Morador de Curitiba, 25 anos, 04 anos de profissão, 03 anos na Praça Osório, Ensino Médio incompleto. Entrevista realizada em 19/10/2016 Citação: “(...) o pessoal que faz programa sabe onde ficar (...) do mesmo jeito que não vou lá na rua dos cara aqui é nosso (...) isso já é certo já”.

1. Motivo principal de entrada: independência financeira
2. Relações com o grupo: respeitar os mais velhos



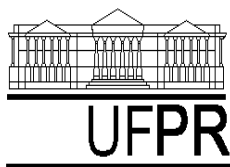
3. Relações com o cliente: se prevenir de doenças.
4. Relação com outros grupos: história da praça
5. Relação com moradores e comerciantes: trocar ideia com os comerciantes
6. Relação com a polícia: acatar ordens para evitar problemas

**Michê Colaborador 03.** Morador de Campo Largo (região metropolitana de Curitiba), 31 anos, 08 anos de profissão, 08 anos na Praça Osório, Ensino Médio completo. Entrevista realizada em 19/10/2016. Citação: “Na época entrei porque não conseguia arrumar trabalho (...) queria ter meu próprio dinheiro e não ficar dependendo do dinheiro dos outros (...) conheci um piá que já trabalhava aqui e aí já era, daí não parei mais”.

1. Motivo principal de entrada: desemprego e influência de amigo
2. Relações com o grupo: respeito e não sujar a imagem do ponto fazendo coisas erradas
3. Relações com o cliente: trocar olhares; ser flexível.
4. Relação com outros grupos: fama do ponto
5. Relação com moradores e comerciantes: ocupar a rua somente à noite
6. Relação com a polícia: preocupação com as rondas

**Trans Colaboradora 01.** Moradora de Curitiba, idade não informada, 09 anos de profissão, 06 anos na Praça Ouvidor Pardino, Ensino Médio incompleto. Entrevista realizada em 07/12/2016. Citação: “Aqui todo mundo se conhece, tem as monas que ficam pro lado de lá (se referindo a Av Getúlio Vargas) e de cá (se referindo a Av. Iguaçu). Hoje em dia é mais difícil briga por causa de ponto e quando têm elas mesmas se resolvem. O problema aqui é mais os ladrão e os boyzinho que passam xingando (...) eu já vi mona saindo daqui suja de mijo que jogaram nela”.

1. Motivo principal de entrada: questões financeiras
2. Relações com o grupo: ser humilde e honesta, respeitar a história dos outros
3. Relações com o cliente: não tomar calote



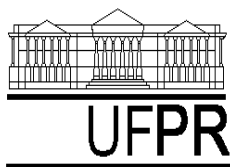
4. Relação com outros grupos: local já conhecido por todos
5. Relação com moradores e comerciantes: não ocupar frente de casas e cuidar do tipo de roupa
6. Relação com a polícia: não ficar perto do trabalho deles

**Trans Colaboradora 02.** Moradora de Curitiba, idade não informada, 06 anos de profissão, 04 anos na Praça Ouvidor Pardini, Ensino Médio incompleto. Entrevista realizada em 07/12/2016. Citação: “(...) de uns anos pra cá a cidade tá cheia de moleque homofóbico batendo em travesti (...) por isso bofe, se a gente não cuidar uma da outra não tem como trabalhar não”.

1. Motivo principal de entrada: discriminação de gênero
2. Relações com o grupo: se ajudar, não atravessar a outra (se referindo ao espaço)
3. Relações com o cliente: ter cuidado com agressões físicas
4. Relação com outros grupos: orientação sexual do cliente que conhece o lugar
5. Relação com moradores e comerciantes: atentar ao horário e vestimenta
6. Relação com a polícia: não provocar; denunciar preconceito

**Trans Colaboradora 03.** Moradora de Curitiba, 35 anos, 13 anos de profissão, 05 anos na Rua Cruz Machado Ensino Médio incompleto. Entrevista realizada em 13/12/2016. Citação: “As trans ficam pro lado de cá, mulher mesmo só lá na quadra do Gato Preto (restaurante dançante de Curitiba localizado nas imediações da Rua Cruz Machado), do outro lado da rua”.

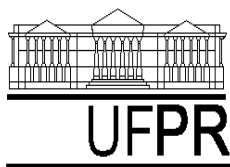
1. Motivo principal de entrada: sem oportunidades de emprego
2. Relações com o grupo: acordo pra ficar na rua
3. Relações com o cliente: dar escândalo em caso de perigo ou calote
4. Relação com outros grupos: tradição da rua
5. Relação com moradores e comerciantes: não ficar nua



6. Relação com a polícia: não portar drogas

**Trans Colaboradora 04.** Moradora de Curitiba, 32 anos, 07 anos de profissão, 03 anos na Rua Cruz Machado, Ensino Fundamental Incompleto Entrevista realizada em 13/12/2016. Citação: “ (...) aqui já é ponto há muito tempo. O pessoal vem pra cá porque tem muito barzinho e casas famosas na cidade”.

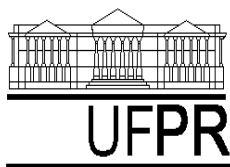
1. Motivo principal de entrada: desempregada por discriminação de gênero.
2. Relações com o grupo: disposição para ajudar as colegas
3. Relações com o cliente: mostrar o corpo
4. Relação com outros grupos: se impor
5. Relação com moradores e comerciantes: aproveitar os clientes dos bares e casas noturnas existentes na rua
6. Relação com a polícia: não se meter com gente errada, ficar na minha.



**ANEXO 4 - Roteiro de Entrevista realizada com Carla Amaral – Fundadora e ex-presidente do TransGrupo Marcela Prado e Coordenadora do CPATT**

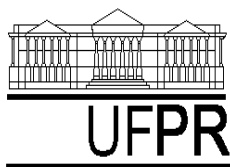
1. Qual a importância do Transgrupo Marcela Prado para os(as) profissionais do sexo? E como surgiu o CPATT?
2. Quais são as áreas principais que servem de territórios para a prostituição de rua no centro de Curitiba?
3. Como evitar embates ou agir em casos de interesses conflitantes com relação a ocupação da rua pelas profissionais do sexo? Existem conflitos atuais em algum espaço específico?
4. Quais são os principais motivos para o ingresso na prostituição?
5. O que fazer para conseguir se estabelecer na atividade?
6. Quais são os riscos, as dificuldades e as táticas inerentes a prática da prostituição de rua?
7. Imposição ou consenso sobre onde e como ocupar o espaço público?
8. Qual o seu posicionamento sobre a condição constitucional dos profissionais do sexo no Brasil?





**ANEXO 5 - Roteiro de entrevista realizada com a Polícia Militar do Estado do  
Paraná/Guarda Municipal de Curitiba**

1. Como a Polícia Militar/Guarda Municipal percebe o fenômeno da prostituição de rua no centro de Curitiba?
2. Quais são as áreas principais que servem de territórios para a prostituição de rua no centro de Curitiba?
3. Como agir em casos de interesses conflitantes entre profissionais do sexo, moradores e comerciantes? Existem conflitos atuais em algum ponto específico?
4. Existe diálogo entre a PM/GM e as Ongs/entidades de classe que representam as/os profissionais do sexo?



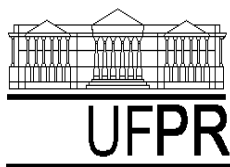
## **ANEXO 6 – Código de ética das travestis e transexuais profissionais do sexo de Curitiba**

Por Transgrupo Marcela

**Cláusula 1. RESPEITE O AMBIENTE.** Do mesmo modo como qualquer pessoa tem o direito de ir e vir livremente e exercer qualquer profissão sem ser molestado, assim também ninguém pode ter a calçada e jardins de seu ilê invadidos, sua tranquilidade ameaçada por profissionais do sexo bafãozeras, que fazem suas necessidades fisiológicas na frente de residências. Nenar, desaquendar o chá, jogar camisinha usada, puxar a neca, sujar calçadas e jardins de ilês, prédios, cinemas e boates, gritar, fazer baderna em bairros residenciais é grave desrespeito à tranquilidade pública, devendo ser rigorosamente evitado, além de ser uma conduta de mau gosto é uma contravenção penal chamada Perturbação da Tranquilidade (art. 65 da Lei de Contravenções Penais, Pena – Prisão Simples, 15 dias a 02 meses ou multa) e Ato Obsceno (Art. 233 do Código Penal, Pena – Detenção de 03 meses a 1 ano, ou multa). Do mesmo modo como queremos respeito, assim também, devemos também dar respeito.

**Cláusula 2. NÃO USE PAPAPUM.** O uso de papapum é ilegal, dá cadeia e é crime inafiançável (art. 14 da Lei 10.826/2003, Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa). Infelizmente sabe-se que algumas travestis portam papapum ou outras armas de fogo. Também se sabe que muitas travestis são assassinadas com tiros, que é um crime grave e que precisa ser rigorosamente punido. Não leve pra rua gilete, estilete, faca etc.: se você for encontrada com estes objetos perfuro-cortantes, os alibãs podem acusá-la de estar armada, e a situação fica ainda mais complicada. Não agrida os clientes, as monas ou os transeuntes com obe, pedaços de pau, pedras, fivelas, cacos de vidro, tesoura, canivete etc. Isto é crime de lesão corporal ( Art. 129 do Código Penal – Lesão corporal, Pena - detenção, de três meses a um ano).

**Cláusula 3 - USAR DROGA É CRIME.** Muitas profissionais do sexo só conseguem “batalhar” estando “colocadas”. Uma dose de “otim” provoca alegria, desinibição, mas se ultrapassar os limites, a profissional do sexo “otinzada” ou drogada fica muito mais vulnerável, faz coisas que se estivesse sóbria não arriscaria fazer. Pior ainda quem consome taba, cocaína, craque e demais drogas ilícitas, pois esquece de praticar sexo seguro, pode ficar agressiva ou lesada demais e se meter em confusão. Nunca ultrapasse o seu limite quando estiver “colocada”. Não se deixe ser induzida pelo cliente a usar drogas. Traficar entorpecentes além de ser considerado um crime muito grave é um crime hediondo, onde a pessoa não pode responder o processo em liberdade. Não caia neste esparro! (Lei de Tóxicos, Art. 12 uso próprio de drogas entorpecentes Pena - Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa) (Lei de Tóxicos, Art. 16 tráfico de drogas entorpecentes, Pena - Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa)



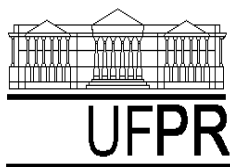
Cláusula 4. AZUELAR CLIENTE É CRIME GRAVÍSSIMO. Muitas travestis foram espancadas, presas, assassinadas por engano, pagando inocentemente pelo azuelo de monas assaltantes. Azuelar a carteira, jóias, celular, relógios, talão de cheque, cartão de crédito, etc do cliente ou de motoristas nos cruzamentos das ruas, é crime gravíssimo, dá cadeia. Fazer a porta, dar peixinho no carro de desconhecidos, arrancar a chave do veículo, jogar pedra no vidro, quebrar o carro dos clientes é tão grave quanto o crime dos boyzinhos que jogam pedra, foguetes quanto com nena, com o chá, extintores e agridem travestis na rua. Lugar de trava azueladeira e na cadeia. Não adianta inventar desculpas... (Código Penal, Art 155 dispõe sobre o crime de furto, Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. ) (Código Penal Art. 157 dispõe sobre o crime de roubo, Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa).

Cláusula 5. ACERTAR ANTES TODOS OS DETALHES. Antes de consumir uma mercadoria a gente pergunta o preço. Antes de contratar um serviço, combinam-se todos os detalhes. Muita confusão pode ser evitada, se a profissional do sexo acertar todos os detalhes antes da aqueção: o que faz e o que não faz, o tempo disponível, o preço de cada serviço prestado. Acertado o preço, caso o cliente queira ir além do combinado, a melhor solução é dizer claramente: “isso está fora do combinado: custa tanto a mais!”. Se ele concordar em pagar o novo preço, ok; se não, limite-se ao que foi combinado. A melhor maneira de ganhar o cliente é com jeitinho. Acertando antes todos os detalhes, evita-se confusão.

Cláusula 6. EVITE BAFÃO COM AS MONAS. Em caso de haver pessoas que fazem máfia, extorquindo pedágio, cobrando multa das novatas no pedaço. Seja esperta, saiba chegar no espaço! Não seja inocente em pagar para compartilhar com outras profissionais do sexo o mesmo espaço, seja em rua, cinema ou boate. Se alguém quiser cobrar pedágio ou multa, tente conversar, se una às outras monas para acabar com essa exploração. Procure ser companheira e solidária com as outras monas pois a união faz a força! Denuncie qualquer tipo de violência e discriminação a autoridade competente. Evite bafão, fofoca, tirania, pois unidas somos mais fortes para enfrentar nossos verdadeiros inimigos.

Cláusula 7. ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR. Andar nua em lugares públicos ou praticar atos obscenos na rua, cinema ou boate é crime (Art. 233 do Código Penal dispõe sobre o crime de Ato Obsceno, Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa). Mostrar os apetis, o edí, puxar a neca, vai contra os chamados “bons costumes” (apesar de se tolerar cenas de nudez na televisão e no carnaval!). Muitas travestis dizem que os clientes querem ver a “mercadoria” antes de acertar o negócio, tudo isso é balela, as travas querem mostrar os apetis o edí para competir uma com as outras. O melhor lugar para aqueção é em motéis, pensões, hotéis ou “privê”. Não corra o risco de ir para terrenos baldios, ilês em ruína ou em construções, atrás de árvores, nos becos escuros, mesmo dentro do carro, pois assaltantes ou alibãs podem infernizar a vida das monas e de seus clientes.

Cláusula 8. ESCRAVIDÃO JÁ ERA! Não se submeta a tirania de machão, bofe, marido ou amante violento. Ter um companheiro pode trazer segurança, apoio emocional, sexo gostoso dentro de seu ilê. Mas não se sinta obrigada a entregar pra ninguém o “aquê” que custou tanto você ganhar. Não aceite ser humilhada, espancada, nem azuelada por ninguém. Muitas



morreram assassinadas por seus amantes violentos. Mas também não humilhe ou discrimine seu parceiro, pois todos nós somos iguais.

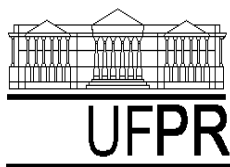
**Cláusula 9. SE AFASTE DOS MARGINAIS.** Minha avó dizia: “diga-me com quem andas, que direi quem és!” Certíssimo. Ser travesti, fazer prostituição, não é crime. Crime é azuelar, matar, traficar droga, praticar agressão física, extorquir, explorar a prostituição alheia. Ladrões, assassinos e traficantes são criminosos perigosos, você pode ser a próxima vítima, e se tem amizade com esses indivíduos, algum dia seu nome vai chegar no ouvido dos alibãs e você estará em maus lençóis. Portanto, evite se marginalizar, pois estará evitando ser perseguida e presa, sendo inocente.

**Cláusula 10. NÃO DESPREZE OS CLIENTES.** Do mesmo modo como você não gosta de ser chamada de traveco, homem de saia, rapaz de peito, também os gays e seus clientes, não querem ser chamados de mariconas nem de tia velha. Este é um termo que humilha. Não use termos racistas para se referir aos negros, deficientes físicos, idosos, pois tais insultos podem ser punidos com a prisão. Racismo é crime inafiançável!

**Cláusula 11. SEXO SEGURO.** Ninguém gosta de comprar mercadoria estragada. Cada vez mais o mundo moderno exige especialização, limpeza, asseio. A boa profissional do sexo tem sempre em mãos, várias quanto disponíveis, gel lubrificante, lenço de papel para se limpar depois da transa. A Aids não brinca em serviço, e qualquer ato sexual com troca de esperma ou secreções sexuais, tem de ser protegido pelo quanta. Pesquisas revelam que na maioria das vezes, é a mona quem toma a iniciativa e exige o uso do quanta. Ótimo! Ponto a mais para as travestis e transexuais! Não caia na tentação de fazer aquecimento com risco mesmo se o cliente oferece pagar o dobro. Use quanta também com seu marido ou no “vício”, pois a paixão não basta para evitar Aids e demais doenças sexualmente transmissíveis.

**Cláusula 12. NÃO PROVOCAR OS ALIBÃS.** A Lei não permite aos alibãs humilhar, espancar ou prender as profissionais do sexo ou travestis simplesmente por estarem batalhando ou vestidas de forma sexy. Embora também a Lei não obrigue ninguém a andar com a carteira de identidade, é melhor estar sempre com algum documento para evitar confusão. Há muita travesti que gosta de enfrentar os alibãs. Evite provocar os alibãs utilizando termos baixos e racistas. Não se esqueça que nestes confrontos eles têm mais poder, seja pelo uso de armas, algemas, camburão, etc. Memorize e anote o nome dos alibãs violentos e o número das viaturas e horário que praticarem qualquer discriminação, homofobia ou transfobia. Se foi espancada, humilhada ou azuelada, vá o mais cedo possível à Delegacia Policial registrar Boletim de Ocorrência e ir ao Instituto Médico Legal para fazer exame de corpo de delito;

**Cláusula 13. NÃO AQUENDAR ERÊS.** Cada vez mais o Estatuto da Criança e Adolescente protege os menores de 18 anos, considerando “abuso sexual” “aquendar” rapazes até 17 anos. “Aquendar” menores de 18 anos é considerado crime grave e o adulto além de ser preso, corre o risco de ser linchado na delegacia ou cadeia. Travestis com menos de 18 anos na rua podem ser levados ao Conselho Tutelar. Explorar a prostituição de travestis



adolescentes é crime grave. Portanto, cuidado com os “erês”. É covardia agredir travestis novinhas.

**CONCLUSÃO:** se você acha que o mundo se divide em dois tipos de pessoas, as espertas e as lesadas, e se considera “a rainha da cocada branca ou preta” da malandragem, saiba que está redondamente enganada, pois cada vez mais todo mundo está se cuidando, correndo atrás de seus direitos, exigindo respeito. As travestis, transexuais, michês, prostitutas, gays e lésbicas também estão cada vez mais organizados, exigindo cidadania plena como os demais cidadãos. Se queremos respeito, temos de dar respeito e respeitar todo mundo. Esse CÓDIGO DE ÉTICA pode parecer duro, mas o que aqui está descrito é a pura realidade, não adianta querer esconder o sol com a peneira e esconder o lixo debaixo do tapete. Ser educada e respeitar o código lhe dará condições para ser bem tratada onde quer que esteja. Procure discutir com suas colegas essas sugestões e adotar comportamentos que não comprometam nossa categoria, pois não é justo que as inocentes paguem pelas culpadas.

Este Código de Ética vai assinado com as travestis e transexuais que participaram das reuniões do Transgrupo Marcela Prado, realizado no dia 26 de abril de 2006, com início às 17:30 h. na sede do Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros, na Avenida Marechal Floriano Peixoto n. 366, cj. 47 – Centro – Curitiba - PR .

Disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/>